



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

MARIA SANDRA XAVIER GELPKE

**IMIGRAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SUL
OCIDENTAL: O ESTADO DO ACRE COMO LOCAL DE PERMANÊNCIA**

**RIO BRANCO - AC
2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

MARIA SANDRA XAVIER GELPKE

IMIGRAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SUL
OCIDENTAL: O Estado do Acre como local de permanência

Dissertação submetida à banca examinadora como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, da Universidade Federal do Acre.

Área de Concentração: Produção do Espaço e Ambiente nas Fronteiras da Amazônia Sul Ocidental.

Orientador: Prof. Dr. José Alves

RIO BRANCO - AC
2025

- G321i Gelpke, Maria Sandra Xavier, 1971 -
Imigração na tríplice fronteira da Amazônia Sul Ocidental: o
Estado do Acre como local de permanência / Maria Sandra Xavier
Gelpke; orientador: Prof. Dr. José Alves. – 2025.
128 f. : il.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre,
Programa de Pós-graduação em Geografia. Rio Branco, 2025.
Inclui referências bibliográficas, apêndice e anexo.
1. Migração Internacional. 2. Trabalhadores estrangeiros. 3.
Brasil – Fronteiras - Bolívia. 4. Brasil – Fronteiras – Peru. I. Alves,
José (orientador). II. Título.

CDD: 910

MARIA SANDRA XAVIER GELPKE

**IMIGRAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SUL
OCIDENTAL: O Estado do Acre como local de permanência**

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. José Alves
Orientador e Presidente – PPGeo/Ufac

Profa. Dra. Maria de Jesus Moraes
Membro Interno – PPGeo/Ufac

Prof. Dr. Guilherme Marini Perpetua
Examinador Externo - Programa de Pós-Graduação em Geografia-Mestrado Profissional
(MPG) da Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Campus de Presidente Prudente/SP

Prof. Dr. Victor Régio da Silva Bento
Membro interno (suplente) - PPGeo/Ufac

DEDICATÓRIA

À Jesus Cristo que é Senhor e Salvador da minha vida, à minha família, às minhas queridas e amadas filhas Ana Clara e Gabriela, pois elas têm sido a minha maior inspiração nessa trajetória. Dedico ainda aos migrantes protagonistas dessa pesquisa, homens e mulheres, corajosos que estão no Acre reescrevendo sua história.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, Autor e Consumador de todas as coisas, à Universidade Federal do Acre-Ufac e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade de conhecer e entender a Geografia.

À minha família, as minhas filhas Ana Clara e Gabriela que me motivaram a prosseguir no desenvolvimento dessa pesquisa e que são a razão da minha vida; ao meu esposo Gabriel que me sugeriu a temática apresentada, meu genro Vitor pelo apoio e incentivo, e em especial meus pais Maria Lucimar Xavier e José Rodrigues Xavier (in memoriam), que sempre me incentivaram a estudar.

Ao meu brilhante orientador Prof. Dr. José Alves pelas orientações e credibilidade auferida, e em nome de quem cumprimento ao competentíssimo corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre – PPGeo/Ufac, em especial à Profa. Dra. Maria de Jesus, Profa. Dra. Karina Furini, Prof. Dr. Silvio Simione e Prof. Dr. Cleilton Sampaio, o meu muito obrigada!

Aos amigos e amigas discentes da quarta turma (2022) do Mestrado em Geografia pelo companheirismo, exemplo de superação e pelas conquistas.

A Prof.^a Dr.^a Maria de Jesus Moraes, a quem admiro por sua história de amor pela geografia, pelas indicações de bibliografias no Exame de Qualificação tão necessárias na construção dessa dissertação e ao Prof. Dr. Guilherme Marini Perpetua, pela participação e importante orientação também na minha Banca de Qualificação.

A Defensoria Pública do Estado do Acre-DPE, na pessoa do Defensor Público Dr. Celso Araújo Rodrigues, instituição na qual trabalhei tendo os meus primeiros contatos com a temática migratória; à Secretaria Estadual de Administração–SEAD, na qual trabalho atualmente como Gestora de Políticas Públicas e membro do Comitê de Crise Humanitária, na pessoa da Secretária Adjunta de Gestão Administrativa Keuly Tavares; e aos meus queridos amigos Soraia, Marília e Carlos, que muito me incentivaram; à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH, na pessoa de Maria da Luz França Maia e Hélio Koury, que colaboraram compartilhando suas experiências profissionais e dedicação a causa migratória; à Pastoral do Migrante/AC, em especial na pessoa de Aurinete Brasil, amiga querida que sempre me incentivou e orientou quanto a temática.

Aos migrantes, protagonistas desta dissertação, com quem tive contato nas cidades de Rio Branco, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, minha eterna gratidão pelo compartilhamento de suas experiências de vida, pelo exemplo de fé, esperança e coragem na

busca de um futuro melhor, que muito nos inspiram a escrever, que Deus os abençoe!

RESUMO

A Amazônia Sul Ocidental, especificamente a fronteira acreana, tem sido um lugar de muitas transformações sociais, incluindo o fenômeno da migração internacional. A pesquisa tem como objetivo analisar e compreender como os imigrantes internacionais estão, se estão, firmando residência no Estado do Acre e como está a inserção deles no mercado de trabalho local. Inicialmente, procuramos entender como se desenvolve o fenômeno migratório na tríplice fronteira amazônica, que possui particularidades fronteiriças, como a Rodovia Interoceânica que se tornou uma alternativa para acesso ao Brasil, chegando até o Estado do Acre. Abordamos ainda, a inserção de imigrantes no mercado de trabalho formal e informal, como fator determinante para estabelecer uma residência no estado, especificamente nas cidades de Rio Branco e Brasília, bem como o Acre como local de longo termo de imigrantes internacionais. A pesquisa tem como base metodológica o levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica, o levantamento e a análise de dados secundários, como do Relatório Anual 2023 do Observatório das Migrações - OBMigra e da Cáritas Brasileira, além de entrevistas com migrantes temporários, de longo termo e servidores públicos que atuam na área. Assim, o Estado do Acre, embora tenha se constituído como um corredor migratório, também pode ser compreendido como um local de longo termo, ou seja, onde os imigrantes decidem permanecer e fixar residência por mais de um ano.

Palavras-chave: Migração Internacional. Trabalho. Tríplice fronteira acriana. Rio Branco.

ABSTRACT

The South Western Amazon, specifically the Acre border, has been a place of many social transformations, including the phenomenon of international migration. The research aims to understand and analyze how international immigrants are, if they are, taking up residence in the State of Acre and how their insertion in the local job market is going. Initially, we sought to understand how the migratory phenomenon develops in the Amazon triple border, which has border particularities such as the Interoceanic Highway, which has become an alternative for access to Brazil, reaching the state of Acre. We also address the insertion of immigrants into the formal and informal job market, as a determining factor in establishing a residence in the state, specifically in the cities of Rio Branco and Brasília, as well as Acre as a long-term location for international immigrants. The methodological basis of the research is the bibliographical survey for the theoretical basis, and in terms of methodology the analysis of data from the 2023 Annual Report, the Migration Observatory - OBMigra and Cáritas Brasileira, interviews with temporary and long-term migrants and public servants who work in the area. Thus, the State of Acre, although it was established as a migration corridor, can also be understood as a long-term place, that is, where immigrants decide to stay and take up residence for more than a year.

Keywords: International Migration. Work. Acreian triple border. White River.

RESUMEN

La Amazonia sudoccidental, específicamente la frontera de Acre, ha sido un lugar de muchas transformaciones sociales, incluido el fenómeno de la migración internacional. La investigación tiene como objetivo comprender y analizar cómo los inmigrantes internacionales, si lo están, están fijando su residencia en el Estado de Acre y cómo va su inserción en el mercado laboral local. Inicialmente, buscamos comprender cómo se desarrolla el fenómeno migratorio en la triple frontera amazónica, que tiene particularidades fronterizas como la Carretera Interoceánica, que se ha convertido en una alternativa de acceso a Brasil, llegando hasta el estado de Acre. También abordamos la inserción de inmigrantes en el mercado laboral formal e informal, como factor determinante para establecer una residencia en el estado, específicamente en las ciudades de Rio Branco y Brasiléia, así como en Acre como lugar de residencia de largo plazo para inmigrantes internacionales. La base metodológica de la investigación es el levantamiento bibliográfico para la base teórica, y en términos metodológicos el análisis de datos del Informe Anual 2023, el Observatorio de Migraciones - OBMigra y Cáritas Brasileira, entrevistas a migrantes temporales y de largo plazo y servidores públicos. que trabajan en la zona. Así, el Estado de Acre, si bien se estableció como un corredor migratorio, también puede entenderse como un lugar de larga duración, es decir, donde los inmigrantes deciden quedarse y fijar su residencia por más de un año.

Palabras clave: Migración Internacional. Trabajar. Triple frontera de Acrea. Río Blan

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CEAM - Centro Especializado de Atendimento à Mulher

CEAMAR - Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Refugiados e Apátridas

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT - Conselho Tutelar

DRT/AC - Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no Acre/Ministério da Economia

DPE - Defensoria Público do Estado do Acre

DPU - Defensoria Pública da União FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal

IFAC - Instituto Federal do Acre

MPAC - Ministério Público do Acre

MPF - Ministério Público Federal

MTP - Ministério do Trabalho e Previdência

NETP - Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAAHM - Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante

PF - Polícia Federal

PRF - Polícia Rodoviária Federal

SEASD - Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

SASDH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

SEE - Secretaria de Esporte, Cultura e Educação

SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

SESACRE - Secretaria de Estado de Saúde do Acre

STR - Superintendência Regional do Trabalho

TJ - Tribunal de Justiça do Estado do Acre

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UFAC - Universidade Federal do Acre

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Rota dos Haitianos no Brasil	33
----------	------------------------------	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira Brasileira	26
Mapa 2	Número de registros de mulheres imigrantes residentes por unidade da 54 federação 2011-2022	
Mapa 3	Número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo 68 países de origem 2013 e 2022	

LISTA DE FOTOS

Fotografia 1	Entrada da Estrada do Pacífico pela Cidade de Assis Brasil (AC), na 31 fronteira com o Peru	
Fotografia 2	Entrada de imigrantes pela Ponte da Integração -Assis Brasil-Acre	34
Fotografia 3	Imigrantes dividem espaço em alojamento, em Brasiléia-Acre	35
Fotografia 4	Haitianos reunidos em praça na cidade de Brasileia no Acre	35
Fotografia 5	Local de trabalho da migrante - Armazém Paraíba	87
Fotografia 6	Migrante entrevistado em seu local de Trabalho	89
Fotografia 7	Local de Trabalho do Migrante - Mercado Municipal de Brasiléia	91
Fotografia 8	Local de Trabalho do Migrante - Restaurante e Hotel Floresta	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de 44 trabalho brasileiro, segundo nacionalidades selecionadas, 2013/2015/2019-2022	
Gráfico 2	Proporção de Trabalhadores Imigrantes no Mercado Formal de 62 Trabalho, por Sexo no Brasil – 2013 a 2022	
Gráfico 3	Número de solicitação de residência de longo termo e temporário no 93 Brasil	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número absoluto e proporção de trabalhadores imigrantes no Brasil segundo grandes regiões e unidades da Federação - 2013/2019/2021/2022	45
Tabela 2	Número absoluto e relativo de ocupados imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, por continentes, 2013 a 2022	46
Tabela 3	Número Absoluto Por Profissão de Migrantes no Brasil	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Migrantes Temporários e Residentes nas cidades de Rio Branco e Brasília	48
Quadro 2	Resumo dos Imigrantes Entrevistados	50
Quadro 3	Entrevistas com Mulheres Imigrantes	55

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	14
1.1 Problematização.....	15
1.2 Objetivo Geral	16
1.3 Procedimentos metodológicos	16
2 – CAPÍTULO 1 - A DINÂMICA DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO ESTADO DO ACRE NO PERÍODO DE 2010 A 2024	19
2.1 A Tríplice Fronteira Amazônica e o Fenômeno Migratório	20
2.1.1 Área da faixa de fronteira brasileira	24
2.1.2 A Rodovia Interoceânica: uma via de acesso a fronteira Acreana.....	31
3 - CAPÍTULO 2 - A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO COMO FATOR DE RESIDÊNCIA DE LONGO TERMO NO ESTADO DO ACRE.....	38
3.1 O Trabalho e suas formas de mediação	38
3.2 O mercado de trabalho formal e informal no Brasil e no Estado do Acre.....	40
3.2.1 A Mulher migrante no mercado de trabalho formal e informal.....	54
4 – CAPÍTULO 3 - O ACRE COMO LOCAL DE RESIDÊNCIA DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS.....	66
4.1 Direitos da Pessoa Migrante no Brasil e no Acre	69
4.1.1 As políticas públicas migratórias no Brasil e no Acre	70
4.2 O acesso a programas sociais pelos migrantes no Estado do Acre.....	80
4.3 Migrações Temporárias e de Longo Termo no Estado do Acre	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICES	109
ANEXOS.....	110

1 - INTRODUÇÃO

O contexto geográfico amazônico engloba muitos assuntos que são recorrentes no cenário da região Norte, os quais não são iguais para as demais localidades do País. Uma dessas temáticas é a migração, que pode ser compreendida como um fenômeno que abrange diversos aspectos socioeconômicos, culturais e geopolíticos, fazendo parte da constituição da região da Amazônia Sul-Occidental brasileira, pelos Estados do Acre, Rondônia e sul do Amazonas, e do outro lado da fronteira com o Peru pelos Departamentos de Madre de Dios e na Bolívia, pelo Departamento de Pando.

A migração faz parte dos eventos mais importantes da sociedade contemporânea, pois trata de dinâmicas populacionais, e engloba uma série de fenômenos essenciais que ajudam na compreensão das transformações do mundo atual. Também pode ser interpretada como uma necessidade de gerar recursos de sobrevivência, é o caso da busca por trabalho e estudo, como apontam Ghizzo e Rocha (2008), e no Brasil esses movimentos migratórios aparecem constantemente ao longo de sua história. Portanto, a migração é um instrumento imprescindível de análise do desenvolvimento das sociedades (Marandola JR, 2008; Ghizzo; Rocha, 2008).

Nesse contexto, Mamed (2016), descreve que durante os dois governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da Presidente Dilma Rousseff (2011- 2016), alinhado aos projetos de grandes obras de infraestrutura executados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a Copa do Mundo, no ano de 2014, para os Jogos Olímpicos, no ano de 2016, e pela expansão do agronegócio no Brasil, sendo divulgado pelas redes de relações entre os imigrantes, de maneira preliminar, induziu os mesmos a migrarem em decorrência do crescimento do cenário econômico brasileiro.

Em agosto de 2016, com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, assumiu o então vice-presidente Michel Temer, com mandato presidencial até o mês de dezembro de 2018. Em seu mandato, Michel Temer sancionou a Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, que em seu art.º 6º instituiu o “Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise migratória”, denominada Operação Acolhida, sendo criada pela Medida Provisória nº 820/2018, convertida pelo Congresso Nacional na Lei 13.684/2018 (BRASIL, 2018; 2021), decorrente da crise humanitária na Venezuela. Em 24 de maio de 2017, sancionou a Lei de Migração, que passou a ser designada como Lei 13.445/2017.

No entanto, no início do Governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em janeiro de 2019, o Brasil deixou o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, pois

supostamente representava uma ameaça à soberania nacional. Porém, em 05 de janeiro de 2023, no início do terceiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil retornou ao Pacto em comunicado enviado à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Assim, considerando a migração internacional que ocorre pelas fronteiras amazônicas do Estado do Acre, no período de 2010 a 2024, com impactos positivos e negativos nas áreas sociais e econômicas para as cidades, e em consequência para todo o País, pesquisar essa temática é de grande relevância, pois contribui para o entendimento dos processos e conquistas dos movimentos migratórios.

Além disso, definir o objeto principal da pesquisa foi bem desafiador, diante das dificuldades na obtenção de dados, como tão bem expõe Jakob (2015), os movimentos migratórios internacionais demonstraram ser uma questão ainda bem mais complexa, já que envolve questões como a subnotificação de população migrante, em decorrência da falta de declaração das pessoas que residem na situação de indocumentados ou sua preferência por não responder ao Censo Demográfico.

Essas pessoas chegam esperançosas por novas oportunidades, buscando empregos, assistência social, bem como outros serviços, mas findam se deparando com uma realidade difícil, como por exemplo: falta de empregos, moradia, atendimento médico e ainda enfrentam a xenofobia e o racismo, o que coloca esses imigrantes em uma situação de vulnerabilidade ainda maior.

1.1 Problemática

O Estado do Acre passou a ser rota de destaque de migrantes internacionais a partir da abertura da rodovia denominada Interoceânica, no ano de 2010, cortando a tríplice fronteira composta por Brasil, Bolívia e Peru. Assim, os imigrantes que cruzam constantemente as fronteiras acreanas necessitam de atenção e políticas públicas que atendam suas vulnerabilidades, levantando ao questionamento: o Estado do Acre se constitui apenas como corredor/rota migratória ou também como local de permanência de longo termo para população migrante?

Dos imigrantes que decidem ficar definitivamente no Acre, em quais atividades laborais estão se inserindo no mercado formal ou informal? Dos que estão se inserindo no mercado formal de trabalho quais os principais ramos e condições de trabalho e salários desses trabalhadores em relação aos nacionais? Daqueles imigrantes que estão em atividades laborais

informais, quais setores ou quais atividades essas famílias estão exercendo? E em ambos os casos, esses salários ou recursos financeiros permitem com que essas famílias sobrevivam do trabalho no Acre?

1.2 Objetivo Geral

A presente pesquisa busca analisar e compreender como os imigrantes internacionais estão, se estão, firmando residência no Estado do Acre e como está a inserção deles no mercado de trabalho local.

Objetivos Específicos

Compreender a dinâmica da imigração internacional no Estado do Acre no período de 2010 a 2024, levando em conta a imigração de haitianos, a partir do ano de 2010, e mais recente de venezuelanos;

Analisar a inserção do imigrante internacional no mercado de trabalho do Estado do Acre, especificamente nos municípios de Brasiléia e Rio Branco;

Entender os motivos que levam os imigrantes a permanecerem a longo termo no Estado do Acre.

1.3 Procedimentos Metodológicos

De acordo com conhecimentos obtidos através das disciplinas de Teoria e Métodos da Geografia e Metodologia da Pesquisa em Geografia, a presente pesquisa é baseada no método do materialismo histórico dialético, como também na análise qualitativa e quantitativa dos dados e pesquisa de campo com entrevistas realizadas ao longo da investigação. A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2010), tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito e publicado sobre determinado assunto, em livros, jornais, revistas, artigos, monografias, teses, dissertações, meios de comunicação oral, filmes e televisão.

Em consonância ao elencado, esta pesquisa se baseia nos pressupostos teóricos da Geografia do Trabalho, com foco em conceitos como migração internacional na fronteira acreana, o trabalho como mediação nas relações do homem/sociedade e a natureza, capital, mudanças do trabalho no Brasil, informalidade e plasticidade do trabalho, luta de classes, território e territorialidade. Os conhecimentos obtidos ocorreram através das disciplinas cursadas no mestrado em geografia, bem como, em autores que analisam a mobilidade do

trabalho migrante, tais como Alves (2014), Thomaz Júnior (ano), e demais autores como Antunes (1999) e Martins (2009).

Outra atividade da pesquisa necessária foi a localização das famílias imigrantes residentes no Estado do Acre para a realização de entrevistas. Buscamos ainda a cooperação de instituições que acompanham e coordenam a imigração internacional no Estado do Acre como a Secretaria de Estado de Assistência Social Direitos Humanos – (SEASDH/ACRE), a Polícia Federal (PF), a Cáritas Brasileira e a Pastoral do Migrante, organizações que trabalham em conjunto para apoiar migrantes e refugiados no Brasil, com foco em acolhida, integração, proteção e promoção de direitos.

Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 178), as entrevistas constituem-se em técnicas de coleta de dados que permitem a “investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

Ademais, para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro com perguntas abertas para alcançar os objetivos determinados, se embasando na problemática da investigação.

Assim, através de um contato prévio com a coordenadora da casa de passagem em Rio Branco, as entrevistas foram agendadas e realizadas através de uma roda de conversa, no pátio da Casa, nos dias 22 e 23 de novembro de 2023, na Rua Men de Sá, no Bairro Bahia Nova, onde 06 (seis) mulheres, se dispuseram a falar sobre suas experiências migratórias. No dia 11 de janeiro de 2024, realizamos outra roda de conversa na Igreja Evangélica Geração Santa, com outras 03 (três) mulheres imigrantes residentes na cidade Rio Branco, indicadas pela Caritas, ressaltando que também convidamos imigrantes do sexo masculino, mas não puderam comparecer no referido dia.

Nos dias 27 e 28 de novembro de 2023, participamos do trabalho de campo realizado pelo Grupo PET da Geografia, em conjunto com a disciplina Geografia da América Latina e orientandos de pesquisa do PPGEIO e do PIBIC do Prof. Tutor José Alves. O trabalho campo ocorreu nas cidades de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, com objetivo de realizar visitas técnicas e observações estruturadas na região da tríplice fronteira entre o Estado do Acre e os Departamentos de Pando (Bolívia) na cidade de Cobija, e Madre de Dios (Peru) cidade de Inapari, divisa com a cidade de Assis Brasil. Os temas abordados foram “mobilidade do trabalho e migração na tríplice fronteira da Amazônia Sul-Occidental”, sendo que o objetivo da pesquisa institucional do orientador foi avançar na análise das dinâmicas do trabalho na faixa de fronteira da Amazônia brasileira com o Peru e a Bolívia, o que já vem ocorrendo a partir dos fluxos internacionais de trabalho migrante na referida fronteira.

O trabalho de campo foi de fundamental importância para a pesquisa de mestrado, pois através das observações in loco do processo migratório que ocorre na fronteira, muitas informações foram coletadas, através de rodas de conversa com mulheres: 06 (seis) que se encontravam abrigadas na casa de passagem e 05 mulheres residentes de longo termo na cidade de Rio Branco, entrevistamos também 01 (uma) mulher imigrante abrigada na casa de passagem e 04 mulheres e 05 (cinco) homens, residentes de longo termo, na cidade de Brasília.

A presente pesquisa está estruturada com introdução, problematização, objetivos, além de três capítulos, as considerações finais e as referências.

O Capítulo 1 intitula-se “A dinâmica da migração internacional no Estado do Acre no período de 2010 a 2024”, buscando assim, compreender esse complexo fenômeno que ocorre pela fronteira acreana.

O Capítulo 2 apresenta “A inserção de imigrantes no mercado de trabalho como fator determinante para residência de longo termo no estado do Acre”, entendendo como o imigrante se insere no mercado formal e informal no Brasil e no Acre, bem como se dá a mobilidade desse trabalhador e como essas condições são determinantes para a sua decisão de permanecer por longo termo no Estado do Acre.

O Capítulo 3 apresenta “O Acre como local de longo termo de imigrantes internacionais”, compreendendo as migrações temporárias e de longo termo, as políticas públicas voltadas para migrantes no Brasil e no Acre, os direitos, o acesso a programas sociais, os atores estratégicos e suas responsabilidades e para corroborar com todo esse arcabouço de informações, realizamos entrevistas com migrantes que decidiram fixar residência nas cidades de Rio Branco e Brasília, bem como, servidores públicos que atuam na referida área. Nas Considerações Finais, foram apresentadas as conclusões do trabalho, conectando os objetivos supracitados com os resultados encontrados.

2 – CAPÍTULO 1 - A DINÂMICA DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO ESTADO DO ACRE NO PERÍODO DE 2010 A 2024

No primeiro capítulo tratamos sobre a dinâmica da migração internacional nas fronteiras acreanas, no período de 2010 a 2024, considerando que o Estado do Acre é visto como rota para imigrantes internacionais, através da Rodovia Interoceânica, a qual dá acesso a tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Peru. Assim, buscamos compreender o complexo fenômeno da migração internacional que ocorre pelas fronteiras amazônicas, apropriando-se de referencial teórico em especial da área da geografia, a fim de pesquisar os aspectos que permeiam esse evento, objeto da pesquisa.

O Brasil possui uma das populações mais diversificadas do mundo, com intensa migração de povos africanos, portugueses e de diversos países da Europa, movidos por fatores econômicos, ambientais, políticos e sociais. Assim, avaliando o fenômeno migratório na tríplice fronteira amazônica, tem-se como objetivo entender como o Estado do Acre se insere nesse contexto, suas particularidades fronteiriças e os impactos da abertura da Rodovia Interoceânica (Estrada do Pacífico) como uma alternativa terrestre internacional para o Estado do Acre.

O antropólogo haitiano radicado no Brasil Joseph Handerson (2015), na tese de doutorado “Diáspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa” traça um rico percurso metodológico, analítico e de escrita que relaciona suas experiências pessoais e coletivas como imigrante, professor e pesquisador com atuação internacional nas tramas vivenciadas por haitianos em diásporas pelo Brasil. Ao realizar suas pesquisas de campo de uma perspectiva multilocal a estender o acompanhamento dos deslocamentos para além das fronteiras nacionais brasileiras, o pesquisador unifica forma e conteúdo ao explicitar os sentidos transnacionais e simbólicos do termo diáspora.

De acordo com Handerson (2015), as lógicas de mobilidade impostas aos imigrantes, mas também criadas por imigrantes haitianos(as), o funcionamento dos espaços de convivência elaborados nesses trânsitos como condição de possibilidade de permanência, não estão desvinculados do imaginário social constituído através dos séculos no Haiti, onde as palavras viajar, diáspora, casas, roupas, dinheiro, entre outros, podem ser relacionados às experiências migratórias, ressignificadas na língua haitiana para dizer dessas relações migrar/permanecer ou das possibilidades de ficar no Haiti através da migração dos outros.

Nós tivemos vários movimentos, o de entrada e inclusive o movimento de retorno, de saída do Brasil em busca dos Estados Unidos ou em busca do seu país de origem também, que foi um outro momento, que com o tempo da pandemia isso também ficou um pouco bem mais visível. Com relação a isso e nesse processo todo, tivemos a

percepção de que o agente público tem que fazer algo para tornar essa movimentação mais segura para as pessoas. Foi aí que começamos a buscar organizar essa política, mesmo sabendo que tem mudanças na configuração. Hoje, por exemplo, o público maior de entrada é de pessoas da Venezuela, mas nós temos também um fluxo de pessoas que se movimentam para sair, que são os africanos, vietnamitas e outras nacionalidades que tem passado por aqui e não é tão visível porque não buscam serviços de acolhimento (Maria da Luz França Maia, entrevista concedida em 18/04/2024).

Assim, é evidente que a fronteira acreana é um espaço com alta mobilidade e uma população com múltiplas necessidades, precisando de fortalecimento dos equipamentos de atendimento e melhorias das rodovias, visando tornar essa movimentação segura, Maria da Luz França Maia, relata ainda como funciona o atendimento a população migrante.

Então, a nossa fronteira acreana é um local bem movimentado e que precisa realmente, de fato, um olhar humanizado, que é o que a gente vem buscando fazer. Houveram muitas mudanças, já foi construído o fluxo e um plano de contingência, já foram, como eu posso dizer, renovadas ou estruturadas também as casas de passagens, isso também tem melhorado para que as pessoas possam ter um pouco mais de segurança, mas que como é um movimento muito grande, também não é o suficiente para dar apoio para todas as pessoas no tempo das suas necessidades. Então, precisa-se fortalecer também os equipamentos, como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, melhorar inclusive os acessos, às estradas, tudo isso são ações importantes para que possa fluir o deslocamento das pessoas, essa mobilidade. A falta de manutenção das estradas dificultam muito, às vezes encarecem inclusive o transporte. Então tudo isso acaba refletindo nessa movimentação segura e na mobilidade das pessoas e na fronteira também. Minha percepção de fronteira com a chegada das agências da Organização da Nações Unidas - ONU, foi que nós passamos a ter um pouco mais de apoio inclusive na construção e organização da política, o último exemplo, foi a Conferência de Migração que nós fizemos em conjunto, o próprio Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados (CEAMAR/AC), tem fortalecido as ações, então tudo isso são reflexos, e uma forma que nos obriga a buscar meios de organizar a política, sendo um processo constante (Maria da Luz França Maia, 2024. Informação verbal).

Prosseguindo na compreensão dessa dinâmica, conforme relatado pela entrevistada acima, já houveram alguns avanços com relação às políticas de atendimento, como a construção de fluxos para a orientação quanto aos encaminhamentos de acordo com cada situação e a reestruturação das casas de passagem.

Assim, através de pesquisa bibliográfica e documental, procuramos desmistificar o fato do Estado do Acre se configurar apenas como um corredor migratório, mas apresentar um Estado que acolhe, reconhecendo que ainda é necessário avançar na construção de políticas eficientes, para atendimento da população migrante. Deste modo, para melhor o entendimento da referida temática abordaremos nos próximos tópicos.

2.1 A Tríplice Fronteira Amazônica e o Fenômeno Migratório

Ao estudar a geografia amazônica, pode-se perceber que muitos assuntos são recorrentes nas pesquisas dessa área por possuírem uma relevância econômica e social, que em maioria tornam-se matérias de jornais, ganhando reconhecimento de todo o país. Porém, depois de algum tempo esses temas são colocados no esquecimento, pois mesmo que a região Norte do Brasil seja a maior em território e rica em biodiversidade ainda está muito longe dos grandes centros nacionais, fazendo com que a realidade vivida nesses espaços não fique muito tempo em evidência, como as questões do intenso fluxo de entrada de imigrantes na fronteira amazônica.

Becker (1990) apresenta os projetos estruturais para o processo de gestão espacial da Amazônia, descrevendo as estratégias do Estado ao qual cria as condições para apropriação da terra, principalmente para acumulação monopolista ao tempo em que integra e ordena o território. Assim, a autora conceitua a fronteira como um espaço não plenamente estruturado e, por isso, dotado de elevado potencial político. Além disso, chama a atenção para a dinâmica da transformação social, aquela comandada pela população e diversas forças sociais no processo de expansão da Amazônia que ao mesmo tempo vivencia a produção de uma nova Amazônia. Enfatiza que a expansão da fronteira só pode ser entendida a partir do contexto da inserção do Brasil no capitalismo global.

Nesse sentido, Singer (1998, p. 29) revela a materialidade histórica do fluxo migratório e para sua apreensão, implica:

[...] encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para seu estudo [...] a [possibilidade de] formular a hipótese da existência de tipos historicamente definidos de migrações, condicionadas pela industrialização (Singer, 1998, p. 29).

De acordo com Alves (2014), no período que compreende os anos de 1930-1985, tivemos governos com projetos nacionais desenvolvimentistas, com o que corresponde à chegada ao poder do presidente Getúlio Vargas, onde houve a internacionalização da economia com as exportações dos produtos primários ou agroexportador. Nesse contexto, temos a crise econômica mundial de 1929, onde o Estado torna-se o principal sujeito no desenvolvimento capitalista nacional, ou seja, a industrialização de substituição de importações, nesse sentido surge uma aliança entre o Estado e a burguesia nacional emergente.

No Brasil as políticas imigratórias passam por um percurso histórico, que começa ainda no seu processo de “colonização” e se intensifica ainda no período escravocrata. A ascensão do capitalismo industrial, a partir do século XVIII, possibilitou na lógica da produção e reprodução

do capital e do trabalho o movimento mais dinâmico de migrantes entre outras fronteiras e continentes, em especial da classe trabalhadora da Europa para a América do Norte e do Sul, entre 1810 e 1930. Por essa época que o Brasil recebeu, especialmente, no auge do ciclo cafeeicultor, maciços fluxos de estrangeiros do continente europeu como forma de branqueamento da população negra até então escravizada (Martins, 2019, p. 45- 46).

O processo de urbanização, por exemplo, foi paulatino conforme a sofisticação dos sistemas técnicos de sociedades eminentemente autóctones em parte da Europa e Ásia, isto é, a sociedade foi se transformando conforme as relações foram se complexando. Diferentemente ocorreu na América do Sul, em que tal processo se vincula a uma série de questões que envolviam imigração maciça e espacialidades de fora para dentro, originárias de diversas heranças continentais e, principalmente, de relações de poder entre outras nações (colonizadoras) a fim de propósitos e interesses alheios à realidade da sociedade (Martins, 2019, p. 21).

É nesse cenário de relações complexas, que de acordo com Singer, são expostos os fatores de expulsão que “definem as áreas de origem dos fluxos migratórios:

[...] são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego [...] e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física da terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários [...] (Singer, 1998, p. 37, grifos do autor).

Logo, os fatores de atração determinam a orientação e as áreas de destino dos fluxos migratórios. Um dos fatores é “a demanda por força de trabalho” nas áreas econômicas como: “empresas industriais, prestações de serviços por empresas capitalistas, repartições governamentais (concursos), empresas públicas, indivíduos autônomos” (Singer, 1998, p. 40).

Convém sempre distinguir os motivos individuais para migrar das causas estruturais da migração. Os motivos se manifestam no quadro geral de condições socioeconômicas que induzem a migrar. É óbvio que os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características dos indivíduos: jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais que casados e assim por diante (Singer, 1998, p. 53).

Para Singer,

Se a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo, também deixa de

ter sentido investigar-se a migração como um movimento de indivíduos num dado período entre dois pontos, convencionalmente considerados como de origem e de destino. Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo. Uma vez compreendidos o fluxo, as suas causas e os fatores condicionantes, determinados movimentos que o compõem podem ser nvestigados isoladamente. A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina os movimentos unitários, e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele (Singer, 1998, p. 54).

Segundo Alves (2014, p. 55) “Ação do governo após a metade do século XX como a Amazônia brasileira” entra em um novo processo de integração como fronteira econômica, e um dos fatores foi a infraestrutura energética, que intensificou o capital com relação apropriação da natureza, na articulação dos projetos de infraestruturas políticas territoriais, planejado e executado pelo Estado, com financiamento internacional.

Os deslocamentos nacionais e internacionais de trabalhadores em geral figuram como a face visível de fenômenos estruturais nem sempre aparentes. As grandes movimentações humanas tendem a preceder ou seguir mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Elas sempre integraram a história da humanidade, mas é possível considerar que a partir da década de 1980 houve uma ampliação dos fluxos internacionais de trabalhadores, em razão do processo de mundialização do capital, associado ao de reestruturação produtiva (Antunes, 1999; Alves, 2000).

No atual momento, Hélio Koury, Servidor Público da Secretaria de Estado, Assistência Social e Direitos Humanos do Acre - SEASDH, em entrevista ressalta o respeito a cultura do migrante, atuando na interface com a migração e a defesa dos direitos humanos, conforme relata.

Eu estive no final de 2020 a 2024 na SEASDH, na área de direitos humanos, e isso tem interface com a migração, pois eles sofrem xenofobia, e nós cuidamos para que eles tenham a garantia de seus direitos. Na pandemia foi muito delicado também essa atenção, pois os abrigos eram bem cheios, tivemos que fazer um acolhimento especial, até na Chácara Aliança, e tivemos que trabalhar com eles, com um serviço bem precarizado; tivemos que reforçar os cuidados e entrar em parcerias com a Funai, porque também tinham migrantes indígenas, acordando com eles, sobre a orientação para essa população, e isso foi um dos avanços que tivemos. Logo após esse tratamento, observamos que muitos deles começaram a sair do abrigo, em direção ao estado do Mato Grosso, buscando continuar seu trajeto, e depois que eles perceberam que a gente tinha dificuldade de manter essa alta quantidade aqui, eles pediram ajuda para ir para Rondônia, onde tinha um grupo em um abrigo. Eles queriam ir para lá, para encontrar seus parentes. Eu considero que o trabalho é um fator primordial para que eles se estabeleçam em qualquer lugar, mas de modo geral, eles conseguem subempregos, ou seja empregos precarizados, em sua maioria informal, saindo do abrigo para moradias precárias, mas claro que com um tempo eles avançam, mas orientamos sempre eles a ficarem atentos, para não terem seus direitos violados. Então, continuamos acompanhando essas famílias, que saem da condição de acolhida e entram na condição de autonomia, enquanto o município fornece benefícios

eventuais, que são por exemplo uma cesta básica, pois as vezes a renda é inferior ao salário mínimo e dá somente para pagar aluguel, considerando que às vezes tem criança, ou pode receber o aluguel social durante 6 meses (Hélio Koury, Informação verbal - 18/07/2024

A fronteira acreana tem se configurado como uma rota para milhares de imigrantes que desafiam seus limites em busca de trabalho, com esperança que trará melhorias para sua vida na região de fronteira. É sobre esse tema que o próximo item 2.1.1 abordará.

2.1.1 Área da faixa de fronteira brasileira

O contexto das fronteiras brasileiras se apresenta de diversas formas para o migrante que está em busca de melhores condições de vida. Esses aspectos são delineados a partir de definições necessárias à compreensão do funcionamento da faixa de fronteira, identificando suas particularidades relativas à extensão, rotas migratórias, políticas públicas de atendimento ao migrante, dentre outras.

Machado (1998) descreve que a palavra fronteira implica, historicamente (etimologicamente), “aquilo que está na frente”. Essa origem mostra um uso associado não a um conceito legal, político ou acadêmico, mas a um fenômeno espontâneo da vida social, indicando a margem do mundo habitado. Com o desenvolvimento dos padrões de civilização para além do nível de subsistência, as fronteiras tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Apesar disso, não tinham a conotação de limite: “na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir” (Machado, 1998, p. 2).

Os municípios da faixa de fronteira, em função da posição geográfica, compõem dois grandes grupos, os lindeiros e os não lindeiros. O grupo dos municípios lindeiros se subdivide em três subgrupos: i) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades gêmeas); ii) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e iii) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da faixa de fronteira (Brasil, 2010).

O grupo dos municípios não lindeiros, por sua vez, se subdivide em dois subgrupos: aqueles com sede na faixa de fronteira; e aqueles com sede fora da faixa de fronteira. A base territorial das ações do governo federal para a faixa de fronteira estabelece como áreas de planejamento três grandes arcos, definidos a partir da proposta de reestruturação do Programa

de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional (MI) (Machado, 1998). A região da faixa de fronteira brasileira é entendida como uma área legalmente estabelecida pelo Estado, a qual recebe um tratamento político diferenciado em relação aos demais espaços nacionais. Esse tratamento está associado às políticas específicas de defesa e segurança nacional, bem como àquelas que dizem respeito à questão do desenvolvimento econômico e social dessas regiões (Furtado, 2015).

A faixa de fronteira brasileira foi regulamentada pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, disposto no “Art. 1º. É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira”. (Brasil, 2009)

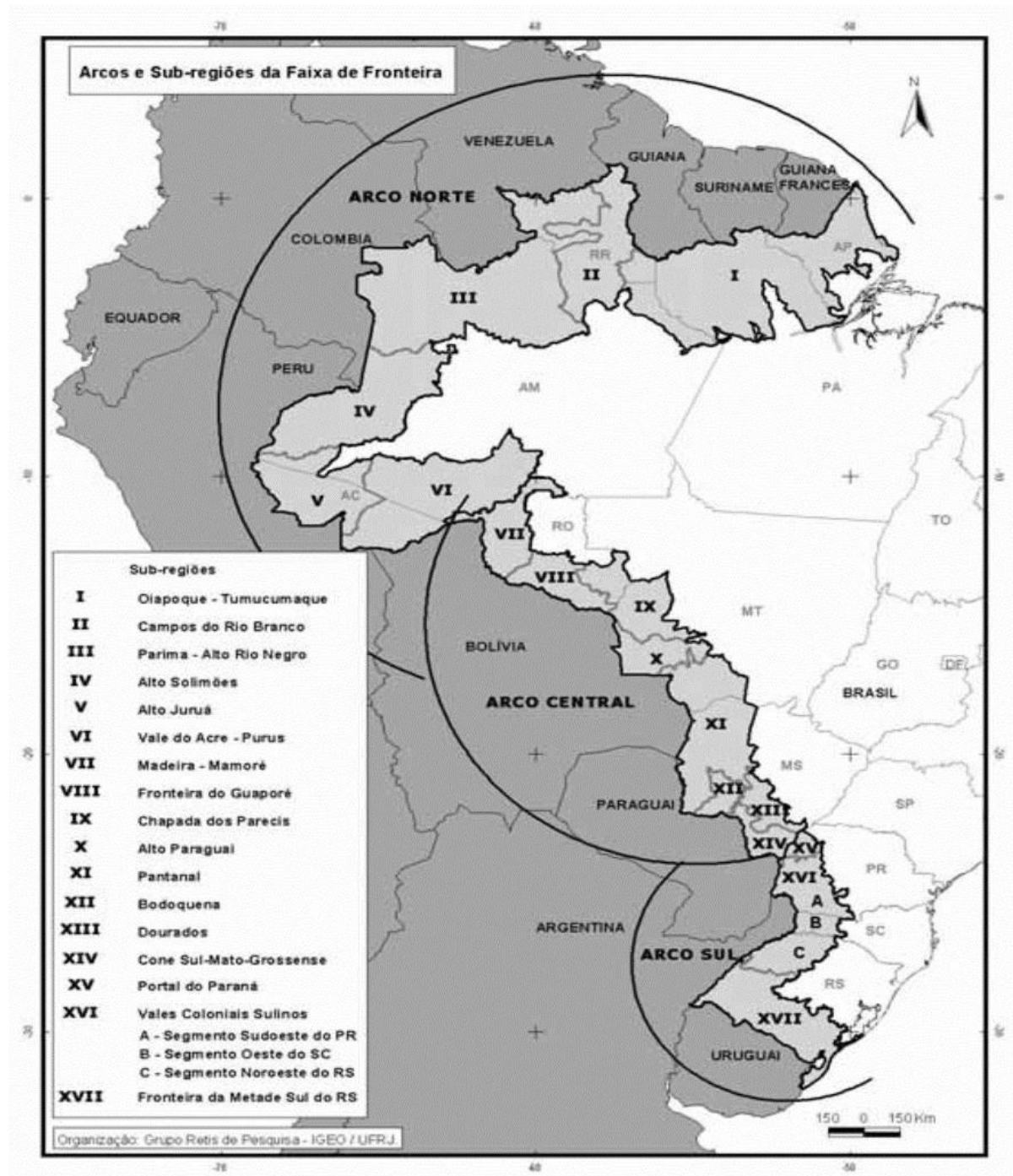
Na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a matéria encontra-se no Título III, que trata da Organização do Estado, capítulo II – da União:

Art. 20 São bens da União:

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) está dividido em três grandes arcos: Arco Norte, Arco Central e Arco Sul, compostos por dezessete sub-regiões, que, juntas, detêm 588 municípios distribuídos em onze estados da Federação (Mapa 1).

Mapa 1: Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira Brasileira



Fonte: Grupo Retis de Pesquisa, IGEO, UFRJ (2005).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, cuja versão preliminar foi apresentada em 2003, mas institucionalizada em 2007, recolocou a questão do desenvolvimento regional na pauta de discussão no cenário nacional. Em 2013, uma nova versão da PNDR foi editada. Essa nova política surgiu com base nas contribuições da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (I CNDR), promovida pelo então Ministério da Integração - MI, e

partiu do entendimento de que a proposta original não alcançou o status de política de Estado. A versão da PNDR de 2013 visou ao atingimento de quatro objetivos principais, sendo estes: I) convergência de renda inter-regional; II) competitividade regional e geração de emprego e renda; III) agregação de valor e diversificação econômica; e IV) construção de uma rede de cidades policêntrica (Coelho, 2017).

Em relação às ações do governo federal, no que diz respeito à faixa de fronteira nacional, é possível elencar algumas iniciativas importantes. No campo da defesa e da segurança pública, foi instituído o Plano Estratégico de Fronteira, em 2011, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Ministério da Defesa (MD), o qual visava prevenir, controlar, fiscalizar e reprimir delitos praticados na faixa de fronteira. As ações anunciadas por esse plano buscavam integrar as atividades entre órgãos da Segurança Pública, Forças Armadas e Receita Federal do Brasil, com possibilidade de cooperação internacional com países vizinhos interligados pela faixa de fronteira (Silva e Ruckert, 2016).

A faixa de fronteira possui 150 km de largura a partir da linha divisória do território nacional, ao longo da extensão de 16.885 km de fronteira terrestre, que abrange 588 municípios de 11 Unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. O Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul e busca a ocupação e a utilização da Faixa de Fronteira de forma compatível com sua importância territorial estratégica. A Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, dentre seus objetivos houve a formulação de “nova base territorial para a faixa de fronteira” com as “tipologias das macrorregiões” da faixa de fronteira com as designações: “Arco Norte; Arco Central; Arco Sul” (Brasil. Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 52. O Arco Norte abrange a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. Apesar de também fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e outros indicadores sócio-econômicos apontaram no sentido de deslocar a Faixa de Fronteira de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso, outro Estado componente da Amazônia Legal). Diferenças na base produtiva, posição geográfica e predomínio de população indígena foram os principais critérios para a definição das sub-regiões do Arco Norte. (BRASIL. IBGE, 2020).

Um dos principais vetores de comunicação e ocupação no arco Norte são os grandes rios. Independentemente da linha de fronteira, eles tornam possível a interação entre povos – especialmente grupos indígenas, pescadores, seringueiros e outros extrativistas – que habitam os vales fluviais do Alto Solimões, Juruá e Purus. Seu principal eixo de circulação, o rio Amazonas, articula a faixa de fronteira e a Região Amazônica à Colômbia e ao Peru. Dois eixos

de articulação rodoviária com os países vizinhos encontram-se parcialmente estabelecidos: a rodovia Transamazônica (BR-230) em direção ao Peru (Leste-Oeste) e o eixo do Caribe, sentido Norte-Sul, na direção da Venezuela e Guiana. A rodovia Interoceânica (BR- 317) completa o sistema de conexão internacional, em direção ao Peru e à Bolívia, passando pelo Acre. Estes cortam ou estão nas proximidades de reservas extrativistas, áreas indígenas e unidades de conservação (Brasil, 2010, p. 19)

Assim, podemos destacar aspectos próprios ao longo de toda a faixa de fronteira do território brasileiro, especificamente o arco norte onde está localizado o Estado do Acre, que tem uma população originariamente indígena, também foi possível constatar a existência de imigrantes indígenas, conforme demonstrado na dissertação de mestrado de Araújo Neto (2023), que após cinco anos dos primeiros registros oficiais de mobilidade de indígenas Warao da Venezuela, em território nacional, chegaram no estado do Acre, na capital Rio Branco. Esse primeiro grupo de indígenas Warao foi registrado no segundo semestre de 2019, mais precisamente no final do mês de setembro e início do mês de outubro, há poucos meses da pandemia de Covid-19. A origem desse fluxo, se deu por Tucupita, capital do Estado de Delta Amacuro, que é localizado no bioma amazônico em território venezuelano e transpassam o limite político Brasil/Venezuela, através do estado de Roraima e segue pelas demais capitais da Amazônia ocidental brasileira para chegar à capital Rio Branco.

Os indígenas Warao que chegaram em Rio Branco/Acre em meados de setembro de 2019, eram formados por um grupo familiar de 11 pessoas. Após percorrer uma longa rota, da cidade de Tucupita, capital do estado de Delta Amacuro (VEN), transpassar o limite fronteira venezuelano e chegam na cidade de Pacaraima (RR), primeira cidade brasileira no estado de Roraima, se deslocam até a capital Boa Vista (RR), depois se deslocaram para Manaus (AM) pela BR 319, indo até Porto Velho (RO). Outro momento foi quando seguiram pela BR 364 até chegarem à capital Rio Branco, isso em um trajeto de 3.293 Km, sendo a pé e de ônibus durante um mês (Araújo Neto, 2023).

Conforme podemos evidenciar através dos relatos do servidor público Hélio Koury da Secretaria de Estado, Assistência Social e Direitos Humanos do Acre - SEASDH, sobre o grupo Warao que migrou para o Estado do Acre:

Tivemos um grupo familiar de indígenas, Warao, que não quiseram ir para o abrigo, sendo direcionados para que a prefeitura fizesse o atendimento. Foram feitas várias tentativas de inserir esses indígenas waraos, em reservas, ou em terras para assentamentos, ou em grupos na Transacrea, mas como tinham costumes muito diferentes não aceitaram, mas acolhemos esse grupo por muito tempo, eram 75

peessoas. Todos eles foram escritos nos programas sociais, como o Bolsa Família e as crianças foram inseridas nas escolas. Atualmente ainda existe uma família residindo no bairro da Base (Rio Branco), sendo acompanhada pela a Cáritas, a Prefeitura e o CRAS, a assistência social do Estado, só assume se houver incapacidade do município em nível de alta complexidade, por exemplo, o município de Rio Branco é responsável pela gestão plena ou seja ele é responsável pela proteção social básica. Então todo serviço da assistência social em Rio Branco é responsabilidade do município, por exemplo o abrigo dos Waraos, o Estado assumiu por conta da situação emergencial (Hélio Koury, Informação verbal - 18/07/2024).

Assim, podemos concluir através da referida entrevista como esses indígenas foram atendidos, bem como, as dificuldades de interação local devido aos seus costumes, entrando em conflito algumas vezes com as políticas de atendimento do município. No entanto, com todas as dificuldades de inclusão, ainda há uma família que fixou residência na cidade de Rio Branco-Acre, por longo termo.

O arco Central abrange a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma região de grande diversidade geográfica, por se encontrar na zona de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do país. Nos anos recentes, essa área vem sendo fortemente impactada pelo avanço da fronteira econômica (principalmente a agrícola) e pelo deslocamento para a região de grandes empresas do Sul (Brasil, 2005; 2010), porém, o que mais marca essa faixa de fronteira é a conjunção de uma série de ilícitos e atos de violência. Registra-se no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a ocorrência do maior número de apreensões de drogas, o que evidencia a existência de grandes “corredores” por onde passam os maiores fluxos do tráfico. É possível que em outros estados fronteiriços predomine o tráfico “formiga”, mais difícil de ser apreendido pela multiplicidade de rotas e pequenas quantidades traficadas (Brasil, 2016b).

A faixa de fronteira no estado do Mato Grosso do Sul possui algumas terras indígenas fortemente pressionadas – muitas delas invadidas –, seja pela riqueza mineral, seja pelas frentes pastoris. Essa pressão teve seu auge com a construção da BR-364 e da BR-174, nos anos 1970, quando grandes parcelas foram apropriadas por pecuaristas do Sul e Sudeste, ou por grandes empresas de mineração. O Mato Grosso não apresenta arranjo transfronteiriço, mas se registra intensa comutação entre Cáceres e San Matias, na Bolívia, distantes entre si 103 km, ligados pela BR-070 (Gayoso, 2013).

Dentre as demais características, o Estado do Acre e de Roraima correspondem às UF com 100% dos seus municípios diretamente vinculados à abrangência territorial da faixa de fronteira internacional. A região Norte representa 2/3 (dois terços) do total da extensão da faixa de fronteira, o que equivale a 11.244 km, em porcentagem o correspondente a 66,6% de toda a faixa de fronteira (BRASIL. IBGE, 2020).

O arco Sul compreende a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Compõe a região mais influenciada pela dinâmica transfronteiriça, devido ao projeto de integração econômica do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (Brasil, 2010).

O Paraná comparte arranjos transfronteiriços com Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. A ocupação da região da fronteira desses estados remonta ao período da extração clandestina de madeira e da erva mate do território brasileiro, com transporte fluvial para a Argentina e o Uruguai. Remonta, também, aos projetos nacionais de ocupação e controle do território, como o denominado Marcha para o Oeste, na década de 1930 – que teve seu similar do lado paraguaio, denominado Marcha para Leste. Mais recentemente, na década de 1970, as obras da hidrelétrica de Itaipu, no oeste paranaense, marcaram um novo momento histórico na ocupação dessa porção do território, com reorientação dos vetores de expansão e novas relações com os principais centros urbanos nacionais e internacionais. Atualmente, ambos os estados se caracterizam pelo desenvolvimento de importantes atividades dos setores secundário e terciário nas porções leste e relevante produção agropecuária, com presença da atividade agroindustrial na porção oeste. Com notável padrão de desenvolvimento e urbanização, além de quatro arranjos transfronteiriços, os estados contam ainda com passagens fronteiriças singulares (Moura, Cardoso e Vaccari, 2010).

Na fronteira com o Paraguai, o Paraná e o Mato Grosso do Sul compartilham o arranjo transfronteiriço Guaíra, Mundo Novo e Salto del Guairá, que articula os arcos Central e Sul (Petri, 2013). Pouco mais ao sul, encontra-se o maior e mais complexo arranjo transfronteiriço/trifronteiriço de toda a linha de fronteira do país, formado por Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Ciudad del Este, Hernandarias, Minga Guazú, Presidente Franco e Puerto Iguazú (Carneiro Filho e Rückert, 2011; Cardoso e Moura, 2013). Na fronteira com a Argentina, registra-se o arranjo transfronteiriço de Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita e San Antonio. Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen formam uma mancha de ocupação contínua entre estados e países, que se caracteriza pelo tipo de interação em sinapse, com fronteira seca (Moura, Cardoso e Vaccari, 2010; Gonçalves, 2011).

Assim, apesar de existir uma regulamentação da faixa de fronteira, ainda existe a necessidade de uma política forte e organizada para melhor qualidade de vida dos que atravessam ou habitam nessa área, conforme apontam Silva e Ruckert (2016):

A ausência de uma política que contemple essas particularidades regionais dificulta a formulação de um planejamento de longo prazo nas regiões fronteiriças, abrindo espaços para programas com alcance limitado em direção à redução das desigualdades regionais. Como esses programas tendem a beneficiar apenas as áreas com mais dinamismo econômico, como é o caso das mais industrializadas.

2.1.2 A Rodovia Interoceânica: uma via de acesso a fronteira Acreana

A construção da Estrada do Pacífico começou oficialmente em 2002, mas a maior parte das obras tiveram início entre 2003 e 2005. Em 2006 foi inaugurada a ponte ligando o Acre ao Peru, conforme Fotografia 1. A Rodovia Interoceânica ou Estrada do Pacífico – BR 317, que inicia em Humaitá, no estado do Amazonas, passa pelo estado do Acre e se liga ao restante do território nacional, a partir da BR 364, em sentido ao estado de Rondônia, e ao Oceano Pacífico, via fronteira trinacional do Acre (BR), Bolívia e Peru. Partindo de Rio Branco, a Interoceânica chega à cidade de Assis Brasil na fronteira com o Peru, e Iñapari, cidade peruana na tríplice fronteira. No Peru, segue até o Oceano Pacífico, como Carretera Interoceânica Sur, totalizando 2,6 mil quilômetros. A Rodovia liga essa fronteira brasileira aos portos peruanos de San Juan de Marcona, Matarani e Ilo, via a rota de Iñapari, Ibéria, Puerto Maldonado, Azángaro, Juliaca e Matarani.

Fotografia 1: Entrada da Estrada do Pacífico pela Cidade de Assis Brasil (AC), na fronteira com o Peru



Fonte: Edmilson Ferreira (22/10/2023)

Os haitianos, pioneiros na migração pela rota da Estrada do Pacífico, partiram de um Haiti em crise estrutural e abalado pelo terremoto de janeiro de 2010. Assim, decidiram vir para o Brasil devido à presença brasileira no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), ao crescimento da economia brasileira no início do

século XXI e às oportunidades de trabalho abertas pela Copa do Mundo de 2014, pelas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016 e, posteriormente, pela possibilidade de obtenção do visto humanitário. Esses fatores contribuíram para que o Brasil se tornasse um novo destino dessa corrente migratória (Moraes, Alves, Bonfanti, 2020).

A rota dos imigrantes haitianos acompanhados por Mamed (2016a) era a seguinte, conforme Figura 1: os imigrantes partiam da capital haitiana, Porto Príncipe, e seguiam de ônibus até Santo Domingo, capital da República Dominicana, que fica na mesma ilha. Nesse local compravam passagem de avião até o Panamá. Da Cidade do Panamá eles prosseguiram de avião para Quito ou Guayaquil, as duas maiores cidades equatorianas. Ao desembarcarem no Equador, passavam pelo serviço de fiscalização do aeroporto como turistas, se reorganizavam durante alguns dias e seguiam em viagem para Lima, em ônibus ou veículo fretado, e, inclusive a pé.

Nesse percurso, ressalta Mamed (2016a), os imigrantes haitianos, evitavam, por exemplo, a zona urbana da cidade peruana de Tumbes, na fronteira entre Equador e Peru, onde há o serviço policial de migração dos dois países. Para tanto, os coiores conduziam os grupos de imigrantes por rotas alternativas até o ingresso em território peruano. Já no Peru, passavam pelas cidades de Mâncora, Talara, Piura, Chiclayo, Trujillo, Chimbote, Huaraz, até chegarem a Lima, em viagem terrestre com duração, em média, de 25 a 30 horas.

Na capital peruana também havia uma reorganização da viagem durante alguns dias, mas logo ela seguia por via terrestre, pela Interoceânica, responsável pela ligação do Peru com o Brasil. Partindo de Lima, passavam por Cusco e chegavam a Puerto Maldonado. Nessa cidade, os coiores definiam o prosseguimento em táxi ou em carros alugados, que levavam os imigrantes, por cerca de 4 horas, até Iñapari, cidade que faz fronteira com a cidade de Assis Brasil (AC), a primeira em território brasileiro. Em Assis Brasil, no Posto Alfandegário, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia os imigrantes se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal para registrar em seus passaportes a data de ingresso em território brasileiro. Depois continuavam pela Interoceânica e chegavam nas cidades gêmeas de Eptaciolândia e Brasiléia, onde existe a delegacia de Polícia Federal responsável pela região de fronteira, unidade na qual davam entrada à solicitação de refúgio (Mamed, 2016a, p. 83- 84).

Figura 1: Rota dos Haitianos no Brasil - (2010)



Fonte: Andressa Virginia de Faria (2011)

Os primeiros registros de haitianos de acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS, 2014) e a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH, 2013, 2014), responsáveis pelo atendimento aos estrangeiros que ingressam pelo e

na Fotografia 4, onde dezenas de pessoas ocupam a praça da cidade por não terem para onde ir. Acre, na cidade acreana de fronteira (Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia), são de dezembro de 2010, com a chegada de pouco mais de 37 imigrantes, todos homens e jovens. Nos anos de 2011 e 2012, os números foram de 1.175 e 2.225 imigrantes, respectivamente. No ano de 2013, os números aumentaram consideravelmente com a chegada de 10.779 haitianos à região. A tendência de crescimento continuou, e estimava-se a passagem de mais de 31 mil imigrantes pela fronteira acreana até dezembro de 2014, principalmente haitianos, mas também de outras nacionalidades, conforme Fotografia 2. Entre 2010 e 2022, mais de 44 mil pessoas, entre haitianos e migrantes de outras nacionalidades, entraram no Brasil pelas fronteiras do Acre, vindos principalmente pelo Peru, conforme dados da secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Fotografia 2: Entrada de imigrantes pela Ponte da Integração -Assis Brasil-Acre



Fonte: Dinair Alves (Maio,2014).

Esses imigrantes entraram pela fronteira acreana com muita esperança que suas vidas melhorassem significativamente, mas até cruzarem a fronteira enfrentaram muitos desafios e perigos e um deles foi a rede de coites. Vários meios de comunicação têm denunciado a situação dos imigrantes que têm escolhido o Brasil, como uma rota promissora para mudar suas histórias de luta e miséria, mas que por não conhecerem a realidade caem nas mãos dos coites.

Com a chegada de haitianos em massa, os abrigos nas cidades de Brasiléia, Epitaciolândia e Rio Branco ficaram superlotados, gerando uma crise nunca vista no Estado do

Acre, sem terem as condições adequadas para receber esses migrantes, conforme podemos constatar pelas Fotografias 3, onde dezenas de pessoas dividem espaço em um alojamento na cidade de Brasília-Acre, no ano de 2013.

Fotografia 3: Imigrantes dividem espaço em Brasília-Acre.



Fonte: Veridiana Ribeiro (17/04/2013).

Fotografia 4: Haitianos reunidos em praça na cidade de Brasileia no Acre



Fonte: Alexandre Lima (01/01/2012).

O Estado do Acre, através da Rodovia Interoceânica tem se consolidado como uma das rotas utilizadas pelos imigrantes, no entanto, somente alguns conseguem atingir seus objetivos de entrar no Brasil. Para melhor entendimento da trajetória desses migrantes, entrevistamos a Sra. Aurinete Souza Brasil Freire, vice-coordenadora da Pastoral do Migrante, Assessora da Articulação Noroeste da Cáritas Brasileira e Coordenadora Regional do Projeto Orinoco AC/Cáritas Brasileira no Estado do Acre, organização que tem como objetivo promover ações de solidariedade e ajudar comunidades em situação de vulnerabilidade ou afetadas por desastres socioambientais. A entrevistada explicou que a mobilidade humana em uma fronteira sempre é constante, e tende a crescer positivamente com os territórios, na medida em que há uma segurança de fronteira que faça um mapeamento adequado e qualitativo de abordagem e fiscalização das entradas e saídas, não ficando apenas na responsabilidade da Polícia Federal, considerando que não tem efetivo suficiente para atuar na fronteira.

O ideal é que reative os Núcleos de Atendimento ao Migrante, que facilitaria e qualificaria o acolhimento do migrante na região. Capacitações em todos os espaços de trabalho também seria fundamental e estudo do espanhol e inglês para os agentes de atuação nas alfândegas. A Interlocação entre as polícias dos três países (Brasil, Bolívia e Peru), e uma maior atuação do GEFRON na região, seria fundamental. A tendência de aumentar ou não a mobilidade humana na fronteira do Acre depende muito das situações climáticas, políticas, econômicas e sociais dos países vizinhos, como também dos países da América Latina que, a depender das situações, uma das rotas mais fáceis de adentrar é pelo Acre, tanto pela facilidade de entrada pela fronteira, como pelos grupos que contrabandeiam pessoas os 'coiotes'. Portanto é uma fronteira imprevisível, dias com maior número de pessoas, dias com menor quantitativo, mas não tem um dia sequer que deixa de passar no mínimo 50 pessoas de países diferentes do Peru e da Bolívia, pois estes correspondem a uma migração pendular (Aurinete Freire, 2024. Informação verbal).

A entrevistada ressaltou também que a tendência de aumentar ou não a mobilidade humana na fronteira do Acre, depende muito das situações climáticas, políticas, econômicas e sociais dos países vizinhos, a depender das situações, uma das rotas mais fáceis de acessar é pelo Acre. Todavia, a partir da dinâmica da migração internacional na fronteira acreana, através da rodovia Interoceânica, no período de 2010 a 2024, é evidente que essa rota já é uma das escolhidas por milhares de migrantes que buscam melhores condições de vida, seja se firmando por longo termo no Acre, seja prosseguindo para outros estados, tendo em vista a facilidade como eles relatam e pela forma acolhedora que o Brasil tem tratado essas pessoas, em relação a outras realidades que nem permitem que o migrante tenha acesso a seu país.

Portanto, ao abordar os vários aspectos da dinâmica da migração internacional no Estado do Acre no período de 2010 a 2024, que inicia de forma mais contundente com a imigração dos haitianos, no ano de 2010, que venceram os maiores desafios encontrados nessa rota de acesso ao Brasil, como a rede de coiotes, que explora e intimida os imigrantes até hoje,

bem como, assaltos, frio, fome e etc., compreendemos a complexidade, importância e a necessidade de um planejamento e investimentos para as regiões fronteiriças, considerando proporcionar segurança na rota migratória, garantia de direitos e acolhimento. Retratando o que justifica todo o sacrifício passado por cada imigrante na fala de Ocsonne Elvetus, haitiano, abrigado na Casa de Passagem de Brasília, em entrevista para o Jornal “O Globo”, em 20/01/2014, que deixou três filhos e a esposa no Haiti. "Espero que Deus abra as portas e eu consiga um emprego”.

O capítulo seguinte apresenta essa busca para a inserção de imigrantes no mercado de trabalho como fator determinante para residência de longo termo no Estado do Acre.

3 - CAPÍTULO 2 - A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO COMO FATOR DE RESIDÊNCIA DE LONGO TERMO NO ESTADO DO ACRE

Este segundo capítulo analisa o trabalho e suas formas de mediação, entendendo como o imigrante se insere no mercado formal e informal no Brasil e no estado do Acre, bem como se busca compreender a mobilidade desse trabalhador, seu perfil e seus rendimentos. Destaca, ainda, a condição da mulher imigrante no mercado de trabalho, que vem crescendo no período de 2010 a 2023, o número de admissões e desligamentos dessas trabalhadoras no mercado formal de trabalho, segundo atividades laborais e contratações no estado do Acre. Outrossim, será avaliado através de tabelas, gráficos e mapas, como essas condições são determinantes para a sua decisão de permanecer por longo termo no Estado do Acre.

3.1 O Trabalho e suas formas de mediação

O trabalho humano tem sido objeto de estudo por diversas áreas científicas as quais buscam entender as relações que resultaram nesta organização de produção ao longo do desenvolvimento da humanidade, sendo dividido a princípio pelas relações de poder entre a família e os membros da comunidade, observando as funções atribuídas aos homens e mulheres que se tornaram determinantes.

As relações sociais também foram extremamente afetadas pela divisão de trabalho, principalmente com o advento da revolução industrial que escancarou que os meios de produção só poderiam ser regidos por quem estava no poder e que o trabalhador, o indivíduo que realmente desempenhava as funções, não detinha nenhuma influência no produto, muitas vezes sem ter a possibilidade de usufruir desse produto.

Segundo Antunes (2001), quando se visualiza e se desenha o mundo do trabalho hoje, aflora o seu traço destrutivo; o ser social que trabalha vivencia seu cotidiano entre a violência do trabalho, a violência da precarização e a violência ainda maior do desemprego.

De acordo com Martins (2007), a Revolução Francesa (1789-1799) foi um marco na evolução do Direito do Trabalho, pois foi a partir dela que se começaram a pensar, questionar e normatizar as garantias dos trabalhadores, além disso, suprimiu as corporações de ofício com a criação da Lei de Chapelier (1791), que proibiu o restabelecimento das corporações de ofício, sendo um avanço para os direitos individuais dos trabalhadores, impulsionando ao liberalismo. Entretanto relativo aos direitos coletivos foi um retrocesso, pois impedia que os trabalhadores se associassem coletivamente para reivindicarem melhores condições de trabalho.

Em virtude da Revolução Francesa (1789-1799), o trabalho tornou-se livre, principalmente em razão dos princípios do Liberalismo, encampado por Adam Smith, em especial a autonomia da vontade e, conseqüentemente a liberdade de contratar o trabalho que uma pessoa poderia exercer em benefício de outra mediante uma contraprestação remunerada, não havendo subordinação, mas sim, um contrato que os vincularia (Paulo; Alexandrino, 2010, p. 3).

Para compreender o trabalho no capitalismo pode-se citar a influência que Gaudemar (1976) teve para a descrição das forças de trabalho, pois o mesmo estaria observando que a força de trabalho é uma mercadoria que deve ser analisada segundo os aspectos de sua presença no mercado (decorrente de sua constituição histórica), de seu valor de uso (utilização produtiva) e de seu valor de troca (trabalho socialmente necessário acordado na esfera da circulação, onde atua a superpopulação relativa).

A evolução do trabalho no Brasil é infelizmente marcada por muito sangue e pela escravidão de diversos povos; os povos originários que habitavam esse território foram os

primeiros a serem escravizados e tiveram suas terras invadidas e tomadas pelos portugueses que aqui chegaram. Houve também a escravidão dos negros e imigrantes, escravos recebiam apenas lugar para dormir, restos de comida e roupas velhas.

Conforme Viana (2013), até o ano de 1888, homens brancos e negros trabalhavam a duras penas que eram explicadas da seguinte forma: o negro era escravo e tinha que trabalhar porque era considerado inferior devido a sua cor; enquanto que o trabalhador branco tinha que trabalhar, porque era pobre.

A Lei da Abolição dos Escravos que deveria favorecê-los na verdade manteve sua situação de exploração e exclusão, uma vez que recebiam liberdade, mas não tinham trabalho ou moradia e, conseqüentemente, não conseguiam meios de sobreviver, reflexo que até os dias atuais percebe-se como fome, marginalização, falta de moradia e aumento da criminalidade.

Com os impactos da Revolução Industrial nos grandes centros urbanos do Brasil aumentou ainda mais o êxodo rural, movimento que fazia trabalhadores rurais buscarem nas fábricas melhores condições de vida socioeconômicas, entretanto ao chegarem nas grandes cidades se depararam com: trabalhos sem qualquer formalização ou proteção aos trabalhadores, moradia inadequadas, as quais tinham que recorrer a habitações insalubres nos morros das cidades, multiplicando as favelas no país, segregando a população e ressaltando a marginalização, entre outros desafios urbanos.

No entanto, a constituição de 1988, dispõe nos artigos do 7º ao 11º sobre o direito do trabalho, direitos sociais que impactaram positivamente no direito trabalhista, trazendo nos

incisos I, II, IV, V, XIV e XVIII, expostos a seguir:

Art 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

Costa, (2006), ressalta a importância da elaboração da Magna Carta de 1988 na seara do Direito do Trabalho, a legislação jurídica trabalhista deu um grande passo ao conhecer o trabalhador como sujeito destinatário de valor, concedendo-lhe direito.

Porém, de acordo com Alves (2014, p.105), com a inserção do Brasil na nova divisão territorial do trabalho, fruto do processo de reestruturação produtiva do capital, o tema da intensificação do trabalho passa a ser foco de análise dos autores, bem como a precarização decorrente não só da intensificação, mas da desregulamentação, perdas de direitos, redução salarial e perda da qualidade do trabalho, o aumento da informalidade, etc., como podemos observar nas pesquisas realizadas no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), como as de Thomaz Júnior (2009), Souza (2011) e Perpétua (2012).

Com a criação da Lei 13.445/17 (Lei de Migração), foi assegurado aos trabalhadores migrantes acesso ao mercado de trabalho com os mesmos direitos trabalhistas, conforme “art. 3º, inciso XI da referida Lei, que dispõe: todo estrangeiro tem o direito ao trabalho garantido, quando em solo brasileiro”.

3.2 O mercado de trabalho formal e informal no Brasil e no Estado do Acre

A princípio para discutir sobre o mercado de trabalho formal e informal no Brasil e na fronteira acreana é preciso refletir sobre a mobilidade e plasticidade do trabalho, e como essa temática afeta o trabalho do migrante por todo o território nacional, as dificuldades encontradas por esse trabalhador, que sai de seu país de origem com poucas ou sem nenhuma condição com o objetivo de inserir-se socioeconomicamente em um novo território.

Conforme a teoria clássica de Marx, “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o

homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 2010, p. 188). Para Marx, o modo de produção capitalista, analisado mediante o método do materialismo histórico e dialético, implica a natureza transformada em mercadoria mediante a força do processo do trabalho humano aplicado aos “meios e objetos de trabalho”, bem como, a extração do trabalho excedente na forma de mais-valia.

A migração abrange várias áreas sociais, uma das principais é o trabalho, visto que o migrante ao chegar em um novo destino ele precisa do sustento e alocar seus conhecimentos sobre um ato laboral, sendo que a migração pode ser entendida como o exercício da liberdade de escolha humana, com o indivíduo decidindo onde alocar seu trabalho. Alves (2014) avalia que os processos de trabalho são transformados pela ação do capital e seus resultados em valor de troca, onde o trabalho de elemento humanizador passa a ser elemento de dominação.

Portanto, a ação do capital transformando os processos de trabalho e seus resultados em valores de troca, submete o trabalho, de elemento humanizador, em elemento de dominação. Em outras palavras, não é o trabalho o agente de dominação, mas as relações sob o capital que o tornam condição de prisão do homem, já que o trabalho também se constitui condição para a emancipação humana. Assim, sob o modo capitalista de produção, contraditoriamente, o trabalho é transformado em algo alheio ao processo de emancipação do homem, exterior a si mesmo. O trabalho estranhado, alienado, separa o ser humano da sua condição de sujeito na relação homem-natureza e homem-homem, o que se materializa historicamente no distanciamento engendrado pelo capital entre o homem e os meios de produção, consubstanciando-se na propriedade privada, bem como na relação de assalariamento pelo processo de dominação entre sujeitos (Alves, 2014, p. 98).

Respalando-nos nos estudos de Jean-Paul de Gaudemar (1977), o autor teve influência nessa temática trazendo o trabalho capitalista como diferente das atividades de reprodução pré-modernas pela sua característica de mobilidade. Vale dizer, o trabalho tem mobilidade por ter se tornado uma mercadoria, a mercadoria força de trabalho. Conforme Gaudemar (1977):

A mobilidade do trabalho, então, é o conceito que “dá ao trabalho o seu valor de uso para o capital”, na capacidade teórica de dar conta das “formas de existência do trabalho (ou da força de trabalho) como mercadoria, ou ainda do uso capitalista do trabalho (ou da força de trabalho)”. Portanto, “a mobilidade do trabalho tanto conduz às suas formas primitivas como às suas formas acabadas, com outros tantos momentos do processo complexo de produção (e reprodução), de circulação e utilização da força de trabalho, isto é, do seu uso na valorização do capital” (Gaudemar apud Alves, 2014, p. 298).

Os migrantes que em busca de uma mudança do seu padrão de vida são expostos a situações incompreensíveis à primeira vista, aceitando condições de exploração e escravidão, como bem descreve Alves (2014), em sua tese de doutorado, quando expõe:

Esta mobilidade espacial de homens e mulheres que passam a ter suas vidas regidas por práticas precárias e despóticas de controle por parte do capital, obrigando-os às jornadas intensas e desgastantes, com direitos desrespeitados e fortes violações não só trabalhistas, mas também humanas. Isso acaba expressando a destrutividade do capital com o sujeito – “a mercadoria trabalho” -, que representam formas regressivas de acumulação materializada na neobarbárie da degradação e superexploração do trabalho em Jirau (Alves, 2014, p. 307).

Desse modo, diferentes fluxos migratórios engendram tipos particulares de integração dos imigrantes ao mercado de trabalho brasileiro, como apresentado em sua tese, Alves (2014), onde ressalta a dinâmica espacial do trabalho.

Na análise geográfica, a questão da mobilidade, tanto da força de trabalho e do capital, é um aspecto privilegiado para compreender como o espaço e o território são inseridos no processo de produção e reprodução do capital (Alves, 2014, p. 298).

Os motivos da mobilidade humana na atualidade são diversos. Porém, uma das formas mais dramáticas e dolorosas são os deslocamentos forçados que vêm crescendo nas últimas décadas. Ao analisarmos esses deslocamentos no período 2010 a 2024, que vai além da noção de refúgio e solicitantes de refúgio e inclui também outras nacionalidades que não foram reconhecidos como refugiados no Brasil, mas de certa forma foram “forçados” a se deslocar, como é o caso dos haitianos. Silva (2020) mostra como os deslocamentos internacionais forçados influenciaram a geografia da mobilidade humana internacional no Brasil, redefinindo espaços de origem, entrada, trânsito e destino.

Silva (2020) observa que mesmo com um marco legal anacrônico até o ano de 2017, o país conseguiu estabelecer dispositivos de gestão da política humanitária permitindo os documentos necessários para ingresso no mercado de trabalho brasileiro. No entanto, alerta que muitas vezes essas pessoas, que já foram impelidas a se deslocarem, terminam enfrentando condições de exploração e desigualdades no rendimento no mercado de trabalho formal.

Antunes (1990), explica que, no movimento pendular do trabalho, preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e mais explorado, dotado de direitos, e, de outro, uma superfluidade crescente, cada vez geradora de trabalho precarizado e informatizado, como via de acesso ao desemprego estrutural. É neste quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que os capitais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. Segundo (Alves, 2014), existe

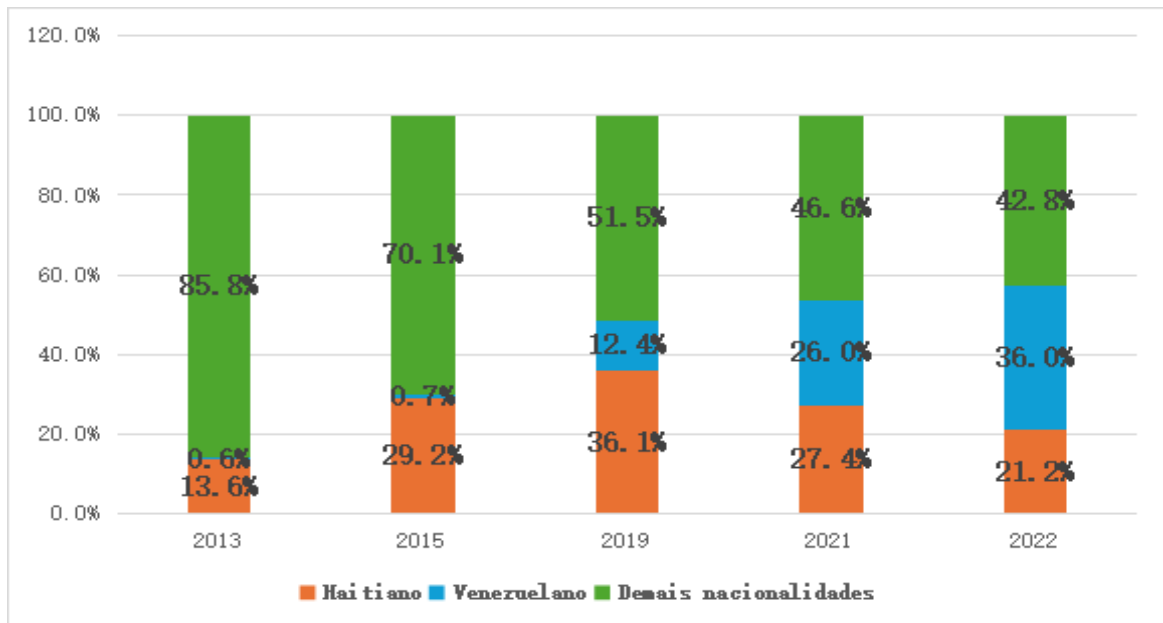
um processo pelo qual o trabalho é transformado,

(...) essa transformação do trabalho em força de trabalho pelo capital remete ao processo de transformar o trabalho, de trabalho livre, móvel, e tal mobilidade refere-se ao uso que o capital faz do trabalho (tanto na dimensão espacial, temporal e social de cada contexto de sua acumulação) em uma mercadoria necessária à sua valorização, sendo utilizada sob múltiplas formas.

Tomando por exemplo a migração haitiana, ocorrida com grande intensidade a partir do ano de 2010, e conforme aponta Mamed (2014), contrariando muitas abordagens superficiais sobre a questão, a motivação para esse deslocamento não se justifica somente pela ocorrência do terremoto, mas por uma combinação de fatores específicos do contexto haitiano, no qual a reestruturação produtiva, a mundialização da economia, as políticas neoliberais, a precarização e a desigualdade potencializaram os desdobramentos dos impactos do terremoto, fortemente marcados por epidemias, desemprego, miséria e fome.

Resumindo esses acontecimentos que colaboraram para a formação de um movimento internacional de trabalhadores haitianos em direção ao Brasil, no período recente, forçados pela tensão ocorrida em seu país de origem, partindo em busca de trabalho e melhores condições de vida, que conforme Gráfico 1, os haitianos foram os que mais se inseriram no mercado formal de trabalho brasileiro, com 13,6% no ano de 2013, 29,2% no ano de 2015, já no ano de 2019, foi o ano que mais cresceram com 36,1%, em 2021 reduziu para 27,4% e em 2022 teve crescimento de 36,0% de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho formal, consequentemente reduzindo o número de trabalhadores haitianos para 21,2%.

Gráfico 1. Distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo nacionalidades selecionadas, no período de 2013-2022



Fonte: OBMigra (2023). Org. pela autora.

A Tabela 1 demonstra que a América Central, Caribe e América do Sul, impactaram o Brasil com grandes fluxos de trabalhadores imigrantes vindos do Haiti e da Venezuela. Na situação da América Central e Caribe, houve um crescimento a partir de 2013, quando a região teve um total de 14,0% do total de trabalhadores imigrantes no Brasil, chegando a 40,0% em 2020, sua maior marca, mas caindo nos dois anos seguintes, até atingir 21,2% em 2022. No ano de 2022, podemos observar na tabela que a América do Sul obteve um dos maiores crescimentos entre os continentes, com um percentual 55,4%, no ano de 2022, seguido pela América Central e Caribe, com 23%.

Tabela 1. Número absoluto e relativo de ocupados imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, por continentes, 2013 a 2022

Ano	Total		África		América do Norte		Am. Central e Caribe		América do Sul		Ásia		Europa		Outros	
	Nº (abs.)	(%)	n (abs)	(%)	n (abs)	(%)	n (abs)	(%)	n (abs)	(%)	n (abs)	(%)	n (abs)	(%)	n (abs)	(%)
2013	92.011	100	3.116	3,4	3.144	3,4	12.849	14	32.407	35,2	8.719	9,5	24.014	26,1	7.762	8,4
2014	116.375	100	6.146	5,3	3.199	2,7	27.310	24	36.057	31	11.280	9,7	24.562	21,1	7.821	6,7
2015	127.879	100	7.945	6,2	2.932	2,3	38.133	30	36.520	28,6	11.857	9,3	23.236	18,2	7.256	5,7
2016	113.295	100	8.132	7,2	2.481	2,2	29.257	26	35.932	31,7	10.509	9,3	20.464	18,1	6.520	5,8
2017	122.648	100	8.452	6,9	2.379	1,9	39.420	32	37.014	30,2	9.081	7,4	18.336	14,9	7.966	6,5
2018	136.329	100	9.012	6,6	2.362	1,7	50.299	37	41.830	30,7	8.972	6,6	16.799	12,3	7.055	5,2
2019	159.793	100	9.641	6	2.283	1,4	60.912	38	57.129	35,8	9.324	5,8	15.873	9,9	4.631	2,9
2020	182.995	100	9.448	5,2	2.149	1,2	73.940	40	69.419	37,9	9.014	4,9	14.316	7,8	4.709	2,6
2021	187.508	100	9.682	5,2	2.550	1,4	54.320	29	87.619	46,7	9.669	5,2	19.015	10,1	4.653	2,5
2022	223.411	100	9.694	4,3	2.769	1,2	51.738	23	123.668	55,4	11.425	5,1	19.459	8,7	4.658	2,1

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque 2013 e 2021 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2022, organizada pela autora.

(1) Nota: Estimativa baseada na combinação do estoque 2021 com o saldo de movimentação 2022.

A Tabela 2, conforme dados da OBMigra (2023), evidencia a entrada de trabalhadores imigrantes no período de 2013 a 2022 no Brasil e no Acre. Assim, analisando os números absolutos e relativos, iniciando pela região Norte, observa-se um aumento da presença de trabalhadores imigrantes no referido período, principalmente nos Estados de Roraima que saiu de um percentual de 0,1% em 2013, para 2,9% em 2022 e o Estado do Amazonas de 2,0% em 2013 para 2,6% em 2022. O Estado do Acre aparece no ano de 2013 com um percentual de 0,2%, e 0,1% no ano de 2019, mantendo o mesmo percentual de 0,1%, nos anos de 2021 e 2022.

A região Nordeste teve uma participação de 5,3% no ano de 2013, uma queda de 2,0% no ano de 2019, fechando o ano com 3,3% e um crescimento de 0,3% no ano de 2021,

fechando com 3,6%, já no ano de 2022 voltou para o índice de 3,3%, ressaltando que os estado do Ceará, teve um percentual de 1,1%, no ano de 2013, 0,7% em 2019, 0,6% em 2021 e 0,5% em 2022. Pernambuco registrou uma redução de migrantes no mercado formal de trabalho com 1,1% em 2013, 0,6% em 2019, 0,6% em 2021 e 0,5% em 2022.

Na região Sudeste, o Estado de São Paulo, ainda permanece como o estado que mais emprega trabalhadores imigrantes no país, apesar de ter um declínio de 17,3%, no ano de 2022, comparando com 41,8% no ano de 2013, fechando o ano de 2022 com 24,5%. Na região Sudeste o Estado do Paraná encontrava-se com 10,4% em 2013, fechando o ano de 2022 com 15,9%.

Na região Centro oeste o Estado do Mato Grosso obteve 1,7% no de 2013, fechando 2022 com 15,9% e o Estado do Mato Grosso do Sul obteve 1,5% em 2013, fechando 2022 com 2,7%. Assim, podemos comprovar através dos índices que o número de trabalhadores imigrantes no Brasil vem crescendo a cada ano, portanto, havendo a necessidade de investimentos em políticas públicas para absorção dessa população.

Tabela 2. Número absoluto e relativo de trabalhadores imigrantes no Brasil e no Acre por Regiões e Unidades da Federação – 2013/2019/2021/2022

Brasil	2013		2019		2021		2022	
	Nº abs.	(%)	Nº abs.	(%)	Nº abs.	(%)	Nº abs.	(%)
	92.011	100	159.793	100	187.507	100	223.328	100
Norte	3.653	4,0	9.217	5,8	11.570	6,2	15.156	6,8
Rondônia	844	0,9	992	0,6	984	0,5	1.211	0,5
Acre	228	0,2	153	0,1	194	0,1	220	0,1
Amazonas	1.835	2,0	3.832	2,4	5.043	2,7	5.906	2,6
Roraima	99	0,1	3.322	2,1	4.289	2,3	6.536	2,9
Pará	456	0,5	651	0,4	767	0,4	939	0,4
Amapá	55	0,1	82	0,1	89	0	86	0,0
Tocantins	136	0,1	185	0,1	204	0,1	258	0,1
Nordeste	4.919	5,3	5.227	3,3	6.718	3,6	7.324	3,3
Maranhão	204	0,2	176	0,1	191	0,1	236	0,1
Piauí	76	0,1	112	0,1	89	0	86	0,0
Ceará	1.009	1,1	1.055	0,7	1.099	0,6	1.137	0,5
R. G. do Norte	436	0,5	472	0,3	458	0,2	490	0,2
Paraíba	274	0,3	357	0,2	372	0,2	423	0,2
Pernambuco	904	1,1	943	0,6	1.071	0,6	1.103	0,5
Alagoas	146	0,2	187	0,1	238	0,1	288	0,1
Sergipe	181	0,2	173	0,1	215	0,1	220	0,1
Bahia	1.689	1,8	1.752	1,1	2.985	1,6	3.341	1,5
Sudeste	54.363	59,1	66.528	41,6	69.743	37,2	76.506	34,2
Minas Gerais	3.655	4	6.580	4,1	7.856	4,2	9.334	4,2
Espírito Santo	714	0,8	830	0,5	1.107	0,6	1.249	0,6

Rio de Janeiro	11.569	12,6	9.766	6,1	10.600	5,7	11.209	5,0
São Paulo	38.425	41,8	49.352	30,9	50.180	26,8	54.714	24,5
Sul	23.507	25,5	66.716	41,8	85.505	45,6	106.877	47,8
Paraná	9.615	10,4	21.922	13,7	27.117	14,5	35.525	15,9
Santa Catarina	6.790	7,4	27.501	17,2	38.177	20,4	46.591	20,9
R. G. do Sul	7.102	7,7	17.293	10,8	20.211	10,8	24.761	11,1
Centro Oeste	5.569	6,1	12.105	7,6	13.971	7,5	17.465	7,8
Mato Grosso do Sul	1.419	1,5	3.787	2,4	5.031	2,7	6.067	2,7
Mato Grosso	1.576	1,7	3.936	2,5	4.245	2,3	5.614	2,5
Goiás	1.104	1,2	2.240	1,4	2.369	1,3	3.017	1,4
Distrito Federal	1.470	1,6	2.142	1,3	2.326	1,3	2.767	1,2

Fonte: Elaborado pela OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque 2013 e 2021 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2022. Organizado pela Autora.

O Estado do Acre tem um constante fluxo de imigrantes, conforme apresentado na Tabela 2, é nesse contexto que encontramos imigrantes que cruzam as fronteiras acreanas em busca de trabalho para melhorar sua vida e de suas famílias. Muitos imigrantes vem fixando residência no estado, conforme evidenciado através de relatos realizados por imigrantes que estão no mercado de trabalho formal e informal nas cidades de Rio Branco e Brasiléia, onde descrevem como ocorreu essa dinâmica migratória e a plasticidade de suas atividades laborais, sendo possível analisar vários aspectos no individual, coletivo, econômico e cultural, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Migrantes Temporários e Residentes nas cidades de Rio Branco e Brasília

Ordem	Nome	Nacionalidade	Idade	Profissão	Sexo	Situação	Local	Ocupação	Tipo de Trabalho
01	M. L. V. M.	Venezuela	24 anos	Aux. De cozinha	Fem	Temporária	Rio Branco	Desempregada	Desempregada
02	R. V. R.P.	Venezuela	25 anos	Serviços Gerais	Fem	Temporária	Rio Branco	Desempregada	Desempregada
03	C.Y.C.T.	Venezuela	25 anos	Militar	Fem	Temporária	Rio Branco	Desempregada	Desempregada
04	K. Y.E.	Venezuela	30 anos	Designer de sobancelhas	Fem	Temporária	Rio Branco	Desempregada	Desempregada
05	R.D. C.G.M.	Venezuela	35 anos	Do lar	Fem	Temporária	Rio Branco	Desempregada	Desempregada
06	L. Y.	Venezuela	50 anos	Professora	Fem	Temporária	Rio Branco	Desempregada	Desempregada
07	M. Z. A.	Venezuela	49 anos	Faxineira	Fem	Residente	Rio Branco	Doméstica	Informal
08	D. A. A.	Venezuela	20 anos	Estudante	Fem	Residente	Rio Branco	Doméstica	Informal
09	Y. M. de O. P	Venezuela	18 anos	Do lar	Fem	Residente	Rio Branco	Desempregada	Desempregada
10	M.F.P.V	Venezuela	23 anos	Estudante	Fem	Residente	Rio Branco	Do lar	Do lar
11	J.A.V.R.	Venezuela	29 anos	Bancária	Fem	Residente	Rio Branco	Analista de Vendas	Formal
12	H.C.	Cubana	31 anos	engenheira informática	Fem	Residente	Rio Branco	Servidora Pública	Formal

13	J.E.M.G	Venezuela	52 anos	Bombeiro paramédico	Masc.	Residente	Rio Branco	Empresário (alimentação)	Informal
14	M. G.	Venezuela	53 anos	Paramédica	Fem.	Temporária	Brasília	Desempregada	Desempregada
15	C. M.	Uruguai	35 anos	Artista	Fem.	Temporária	Brasília	Artista	Informal
16	D.M.C.P.	Venezuela	45 anos	Técnica em segurança do Trabalho	Fem.	Residente	Brasília	Serviços Gerais	Formal
17	F.A.G.C.	venezuelana	19 anos	Estudante	Fem.	Residente	Brasília	Corte de aves	Formal
18	D.B.M	Boliviana	42 anos	Costureira	Fem.	Residente	Brasília	Costureira	Informal
19	F. J. G. R.	Venezuela	52 anos	Engenheiro Mecânico	Masc.	Residente	Brasília	Mecânico	Informal
20	F. J. G.C	Venezuela	18 anos	Estudante	Masc.	Residente	Brasília	Estagiário	Informal
21	R.G.E.Z	Peruano	70 anos	Fotógrafo	Mas.	Residente	Brasília	Comerciante	Informal
22	G.P.S.	Venezuela	70 anos	Barbeiro	Masc.	Residente	Brasília	Barbeiro	Informal
23	J.M.M.A.	Venezuela	38 anos	Chefe de cozinha	Masc.	Residente	Brasília	Chefe de cozinha	Formal

Nesse contexto do mercado de trabalho, podemos avaliar através das 23 entrevistas realizadas, conforme Quadro 2, que no município de Rio Branco foram entrevistados 13 imigrantes (12 mulheres e 01 homem), sendo 07 imigrantes residentes, onde 02 estão no mercado de trabalho formal, 03 no mercado informal e 02 desempregados, já os 06 imigrantes temporários encontravam-se desempregados. No município de Brasiléia, foram entrevistados 10 imigrantes (05 mulheres e 05 homens), sendo 08 imigrantes residentes, onde 03 estão no mercado de trabalho formal, 06 no mercado informal, já os 02 imigrantes temporários 01 encontrava-se desempregado e outro no mercado de trabalho informal.

Quadro 2 - Resumo dos Imigrantes Entrevistados

Município	Entrevistados		Mercado			Situação	
	Mulher	Homem	Formal	Informal	Desempregado	Temporário	Residente
Rio Branco	12	1	2	3	8	6	7
Brasileia	5	5	3	6	1	2	8
Total	17	6	5	9	9	8	15

Os imigrantes enfrentam muitas dificuldades antes de se estabelecerem no mercado de trabalho, durante o percurso, até chegar a fronteira acreana, uma delas é não ter recursos para tirar a documentação necessária, como passaporte, autorizações e/ou pagar multas (porestarem muitas vezes de forma ilegal em outro país). Vejamos o relato de J.A.V.R, mulher venezuelana, migrante de longo termo na cidade de Rio Branco-Acre.

As maiores dificuldades nesse trajeto, saindo da Venezuela, foi com meu filho, porque quando eu o trouxe de lá do meu país, ele não tinha autorização do pai dele, foi um problema, e o pai dele ficou revoltado, ele entrou na justiça querendo a criança, e eu queria meu filho né... E quando entrei na Colômbia, foi muito difícil, entrar na Colômbia com meu filho sem documentação. Esse foi um dos maiores problemas, porque lá para você ficar em hotel, eles pedem a documentação da criança, para ter certeza que você não está roubando uma criança, e tudo mais, então na Colômbia foi o maior desafio, mesmo eu tendo o registro dele, eu não tinha a autorização para viagem e nem passaporte, mas mesmo assim, eu sempre registrava minha entrada nos países, mas meu filho ficava escondido dentro do carro, porque eu não poderia perder ele. Então como não me questionaram nada, eu seguia viagem, mas quando sai da Colômbia, eles não questionaram muito, então eu saí. Aí, quando entrei no Peru, eles me perguntaram da documentação do meu filho, e pediram a autorização, e eu não tinha, porém estava começando a crise, e eles me deixaram passar e seguir viagem. Minha vinda para cá foi ruim, tem muitos abismos, e o ônibus passa muito perto, meu filho chorava muito e eu chorava também, então eu sempre aviso para quem vai vir de lá para cá, que tem que trazer medicamentos, pois se não você fica mal de saúde. Vim de Iñapari, Assis Brasil, e depois Brasileia, e Rio Branco. Bom, eu passei sem

comunicar ninguém, mas eles aplicam multa na gente, provavelmente devo ter essa multa em meu nome no Peru, pois não tinha como eu ter a documentação não tinha o que fazer, o valor da multa é 5 mil Soles, mas eu tentava muito tirar meus documentos lá, mas nunca dava certo. Eu precisava sair de lá, para entrar no Peru tem muito problema, mas para sair de lá não é um problema, eles deixam passar. Na polícia eles não perguntaram nada, e eu estava sem minha documentação, eles pediram a documentação do meu filho que era a Certidão de Nascimento; aí eles me ajudaram me encaminharam para retirar meus documentos, e solicitei refúgio, em 2022, o ano que cheguei aqui. E depois disseram para retirar o resto, que é o CPF (J.A.V.R, 2024. Informação verbal).

O migrante chega na fronteira acreana, depois de passar por muitos desafios e perigos, sem recursos e abalados psicologicamente, pois se deparam com situações que nunca enfrentaram antes, tendo de se adaptar a circunstâncias degradantes para qualquer ser humano, principalmente nas situações laborais. Conforme relata J.A.V.R.

Eu fiquei como refugiada menos de um ano, depois me disseram que eu teria que solicitar residência, e hoje eu tenho, deu certo, para meu filho e para mim, meu filho agora tem 9 anos, quando saí da Venezuela ele tinha 2 anos. Só veio somente eu e ele, ele está bem independente, vai à escola sozinho. Bom, eu fiquei muito tempo no Peru, porque lá tem muita facilidade de ter emprego informal, de vender coisas nas ruas, e eu tinha que alimentar meu filho. Só que lá nós somos muito rejeitados e atacados, eu fiquei lá 5 anos, mas sinto que foi um tempo perdido, mas sinto que fiz o que pude para alimentar meu filho. Aqui (Rio Branco), temos facilidade para meu filho. Já no Brasil, não tive problemas, nunca perguntaram do pai dele, entrei na condição de refúgio, então não me questionaram nada, pelo contrário, foi tudo muito rápido, e desde que cheguei aqui, nunca me disseram não; no Brasil tive acesso a tudo praticamente, diferente do Peru. Eu trouxe dinheiro né, então eu trouxe dinheiro, porque eu tinha vendido minhas coisas, e consegui pagar um hotel, com as coisas que vendi no Peru.

O processo migratório na vida de J.A.V.R, apesar de muitas dificuldades enfrentadas ao longo de sua jornada para chegar até o Acre, apresenta uma mudança significativa, pois trabalhou muitos anos na informalidade, aceitando trabalhar em serviços pesados, com salários abaixo do mínimo e muitas vezes até sem salário. No entanto, a partir do momento que conseguiu ingressar no mercado de trabalho formal, sua vida melhorou significativamente, demonstrando assim a importância de oportunidades oferecidas pela iniciativa privada, valorizando a qualificação e habilidades no uso de recursos tecnológicos como a internet, que facilitou no momento do envio de seu curriculum, ajudando-a alcançar seu objetivo com sucesso, conforme relata sua trajetória profissional até ingressar no mercado formal:

Em Brasília, eu trabalhei um tempo em uma pizzeria, por 1 mês, e meu filho ficava sozinho de noite. Então eu sai, era muito difícil para mim deixar ele sozinho, e depois eu trabalhei em um sucato também por uns 4 meses, e era muito ruim, porque o serviço era pesado, mas lá era melhor o horário, eu conseguia levar meu filho na escola. Mas era muito pesado para mim, e eu vi que não dava para continuar ali. E logo depois em março de 2023 veio a alagação, e eu perdi tudo, alagou onde eu morava. E eu fiquei muito triste, foi quando conheci uma peruana, que disse que eu

poderia trabalhar na casa dela, porque queria me ajudar, em Rio Branco. Então eu vim, mas ela me dava muito serviço, e me sentia escravizada, era muito serviço, cuidava de muitas coisas, muitos animais. Aí eu recebi auxílio do governo e um cartão de ajuda da Cáritas, então quando ela chegou de viagem, ela viajava muito, e dizia que ia me pagar, mas ela chegou e disse que não tinha dinheiro, então eu pedi pra sair, porque não poderia mais viver ali. E então eu conheci uma senhora que me ajudou, disse para sair daquela casa, e disse para eu morar em uma casa dela, disse que eu poderia pagar quando puder, e eu não tinha nada, porque a mulher não me pagava, e eu só tinha uma mochila. Aí como eu sou licenciada em administração, então eu fui para um quarto, e nem tinha luz, a mulher disse que ia pagar então para mim tudo bem. E como eu estava sem emprego de novo, eu fui para a rua novamente, vender água de coco, e eu pensei bastante sobre isso, pensei em conseguir algo melhor, arrumei meu currículo, coloquei as informações mais importantes, e fui para as redes sociais, achei fácil por lá. Entrei em grupo de emprego, tinham algumas exigências como morar perto, ou ter transporte, e eu não tinha nada, era bem difícil assim, só que eu mandava mesmo assim, e nessa empresa que eu to agora eles também procuravam isso, mas mesmo assim eu mandei, mandei de manhã, e quando foi de tarde me ligaram, foi maravilhoso, e estou nele até hoje. Na Venezuela eu trabalhava no RH, do grupo [... informação ocultada] que é especializado em RH, e depois trabalhei 10 anos no banco internacional da Venezuela. Aqui eu sou analista de venda, eu ajudo os vendedores, ajuda de custo, combustíveis, e em degustações em mercados. Meu horário é de 7h da manhã até 17h horas, e não faço hora extra, nunca tive problema, recebo salário mínimo, e ajuda no transporte de ônibus. Mas sempre eles deixaram claro as condições e eu aceitei.

Em seu relato ressalta que atualmente não sofre xenofobia e já se sente como uma residente local, o que evidencia um ambiente de trabalho cordial e hospitaleiro. Ressalta ainda que tem interesse em aprender o português, demonstrando seu interesse para se incluir na cultura local. Vale ressaltar ainda a sua facilidade de ambientar-se e sua inteligência emocional, para resistir diante de tantas dificuldades enfrentadas no percurso migratório.

O tratamento na empresa é muito bom, no começo eu achei que teria problemas, mas nunca tive problemas, sou bem tratada, então não sei se eles não sabem que não sou daqui, mas até os que sabem me tratam bem. Me sinto muito bem aqui, e eu gosto muito das igrejas, me aproximam de Deus, eu sou cristã. Gosto dessa liberdade, prefiro aqui, estou com emprego, estou bem, mesmo tendo muitos crimes né, mas todo lugar tem. Eu consultei a revalidação do meu diploma para trabalhar em que sou formada, mas é muito difícil. Então estou tranquila, nos próximos anos pretendo entrar em uma universidade daqui. Aqui me sinto bem, não tem xenofobia, me sinto até daqui, queria até falar melhor, como vocês, mas eu não quero voltar para Venezuela, eu gosto do Acre, não sei se vai haver problema de ficar aqui, mesmo o calor sendo forte, mas aqui tem boas condições, muitos falam no sul do Brasil, mas eu prefiro aqui, eu não tenho ninguém aqui é só eu e meu filho, então vamos ficar aqui mesmo. (J.A.V.R. Informação verbal, Rio Branco, 01/07/2024).

Realizamos também uma entrevista com J.E.M.G, homem imigrante venezuelano, 52 anos de idade, trabalhador informal, técnico de controle de emergência industrial (bombeiro paramédico), que relatou que quando chegou na cidade de Rio Branco, conseguiu trabalho como auxiliar de pizzaiolo, mas com a pandemia foi demitido. Então tomou a iniciativa de vender comida, água, máscara na rua, junto com filha que vendia pudim. Atualmente tem seu próprio negócio, com a venda de sanduíches naturais, e tem como máxima que nenhuma sanduíche

retorna para seu estoque, pois ao final do expediente se não tiver vendido ele doa para quem necessita. Está morando em Rio Branco há 5 anos e não pretende sair do Acre.

J.E.M.G, mesmo sendo um profissional da área de saúde, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho formal, não conseguindo, empreendeu para o ramo alimentício, comercializando sanduíches naturais, usando sua capacidade de inovar quando perdeu seu emprego durante a pandemia, criando seu próprio negócio. Desenvolveu também seu lado humanitário, pois presencia as dificuldades de outras pessoas que não tem recursos, assim, pratica a doação de sanduíches para pessoas carentes. Após 5 anos morando no Estado do Acre não pretende ir embora, o que demonstra que através do seu trabalho desenvolveu um sentimento de pertencimento, considerando que consegue sustentar sua família com os recursos que adquire de suas vendas.

Sou venezuelano e saí do meu país infelizmente, sou técnico de controle de emergência industrial, que é bombeiro paramédico, durante 29 anos nessa profissão. Os motivos que todos já conhecem pela crise política, econômica e sanitária, escolhi a rota do Acre porque aqui já está a família de minha esposa, a gente acho que viajou acho que 1, 2, 3 em torno de 4 dias de ônibus, saímos da fronteira Santa Helena na Venezuela, fomos pra Pacaraima, pegamos um ônibus até Boa Vista de Boa Vista até Manaus, de Manaus até Porto Velho, de Porto Velho até Rio Branco. As dificuldades de se comunicar, quando chega aqui não sabe nada, mas pelo tempo que o venezuelano tá migrando, aí aponta e vai tentando. Não tive contato com coiotes, mas minha esposa teve e veio depois e foi muito traumático. Cheguei em 2009, muitas pessoas da Cáritas são muito acolhedoras, eu cheguei com minha filha, meu filho e meu genro e fomos ficar numa chácara, de amigos de minha mulher. A primeira dificuldade que a gente tem é a língua portuguesa, eu falo por mim e minha família e a gente do Acre é outro tipo de pessoa, eu não tenho nada a reclamar, sistema de saúde, de transporte. Eu vim de um país totalmente acabado, parece que foi arrasado por uma guerra, mas não tem guerra. Quando cheguei consegui trabalho como auxiliar de pizzaiolo, mas com a pandemia chegou a pandemia, quando começamos a trabalhar compramos cama, geladeira e alugamos um apartamento, no Raimundo Melo, com a pandemia ficamos na rua. Aí começamos a vender comida, água, máscara na rua, minha filha vendia pudim e meu genro foi chamado no Atacadão, de carteira assinada e o resto na rua, minha esposa chegou um ano e meio depois. Para trabalhar na minha área preciso fazer um curso, que ainda não fiz, trabalho de forma independente praticando empreendedorismo, comecei vendendo de tudo, a única coisa que não vendia era meu corpo (risos), mas vendia, pão, bananinha doce, salgada, água, máscara, almoço, café da manhã e pudim. Ainda não fiz nenhuma rede social para ajudar a divulgar meu trabalho, as pessoas que ajudam a divulgar e não volta nenhum sanduíche, se sobrar eu dou para qualquer pessoa. Eu digo que sou empresário no Acre, ainda sou informal, acordo 5 horas e trabalho o dia todo e entro pela noite, preparamos tudo a noite e misturamos os ingredientes pela manhã, saio pela manhã e volto às 17 horas da tarde. O objetivo era migrar para o Brasil não conhecia o Acre, cheguei em 2 de setembro de 2019, estou aqui há 5 anos. Permaneço no Acre porque já tenho uma carteira de amigos e tenho medo de recomeçar em outro estado, mais minha família, toda juventude, está toda em Curitiba. (J.E.M.G. Informação verbal, Rio Branco, 20/08/2024)

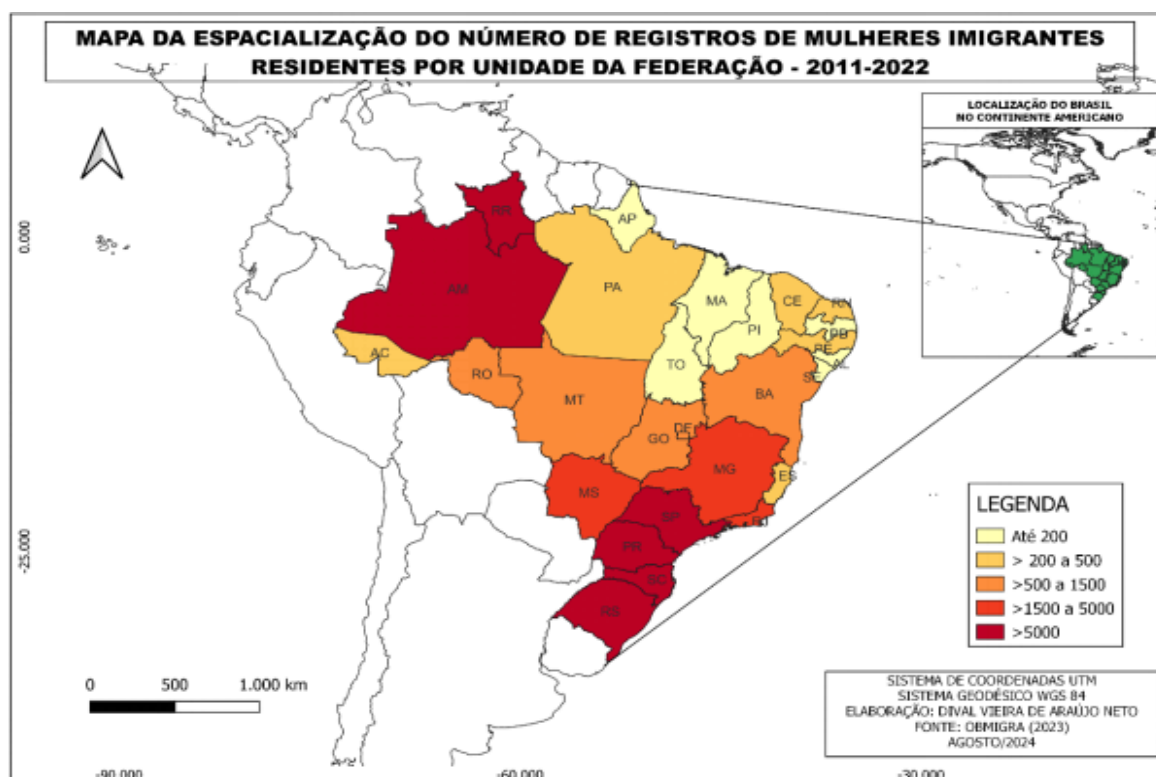
Por fim, fica evidente através dos relatos de J.A.V.R e J.E.M.G, que o trabalho seja formal ou informal, foi um fator primordial para decidirem permanecer residindo no Estado do

Acre. A superação e a adaptação são características presentes na vida desses migrantes, no entanto, ainda é necessário políticas públicas que apoiem o conhecimento da língua local, com intuito de uma maior integração e qualificação para acesso ao mercado de trabalho, condição essencial para permanecerem no Estado.

3.2.1 A Mulher migrante no mercado de trabalho formal e informal

A entrada das mulheres migrantes no mercado de trabalho tem aumentado gradativamente, o que nos leva a destacar a sua importância e atuação nesse contexto. No ano de 2010, com a imigração haitiana, vinham para o País homens, e em idade laboral, mas essa realidade começou a mudar. É o que demonstra os dados levantados pelo Observatório das Migrações Internacionais OBMigra (2023) a partir de uma parceria com o Departamento de Migrações (DEMIG) da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS). O Mapa 2, demonstra que passaram pelas fronteiras acreanas no período de 2011 a 2022, e ingressam no mercado de trabalho no Estado do Acre, uma média de 200 a 500 mulheres.

Mapa 2. Registros de mulheres imigrantes residentes por unidade da federação 2011-2022



Fonte: ObMigra (2023). Elaborado por Araújo Neto (2024)

Assim, para conhecer melhor essas mulheres migrantes que atravessam as fronteiras acreanas, planejamos entrevistas individuais ou através de rodas de conversas, primeiramente agendamos com a Coordenadora da Casa de Passagem da cidade de Rio Branco- AC, a Sra. Nívia, que autorizou nossa entrada, onde conhecemos as acomodações e realizamos uma roda de conversa com 06 (seis) mulheres, conforme discriminadas no Quadro 1, acompanhadas pela assistente social e psicóloga da casa, conforme relatado abaixo.

Para realizarmos as entrevistas com as imigrantes de longo termo, ou seja, as que já residem na cidade de Rio Branco há mais de 1 ano, tivemos o apoio da Coordenadora da Cáritas, Sra. Aurinete Brasil, que nos indicou algumas mulheres com esse perfil, contando também, com o apoio da Igreja Geração Santa, igreja evangélica, que nos cedeu o espaço para realizarmos as entrevistas com as 03 mulheres que compareceram, discriminadas no Quadro 1, conforme relatado abaixo. Já com as imigrantes localizadas na cidade de Brasília-AC, tanto a que estava abrigada na casa de passagem, quanto a residente de longo termo, tivemos que nos deslocar até a localidade e também contamos com o apoio da Cáritas.

Quadro 3 - Entrevistas com Mulheres Migrantes

Mulheres imigrantes abrigadas na Casa de Passagem de Rio Branco			
Ordem	Nome	Nacionalidade	Idade
01	M. L. V. M.	Venezuela	24 anos
02	R. V. R.P.	Venezuela	25 anos
03	C.Y.C.T.	Venezuela	25 anos
04	K. Y.E.	Venezuela	30 anos
05	R.D. C.G.M.	Venezuela	35 anos
06	L. Y.	Venezuela	50 anos
Mulheres Imigrantes de Longo Termo da Cidade de Rio Branco-AC			
01	M. Z. A.	Venezuela	49 anos
02	D. A. A.	Venezuela	20 anos
03	Y. M. de O. P	Venezuela	18 anos
Mulher imigrante abrigada na Casa de Passagem de Brasília			
01	M. G.	Venezuela	53 anos

Mulher imigrante de longo termo na cidade de Brasília			
01	C. M.	Uruguai	35 anos

Fonte: Pesquisa de campo, 2023, organizado pela autora.

Realizamos 01 (uma) roda de conversa com seis mulheres venezuelanas, com idades entre 18 e 50 anos, abrigadas na casa de passagem da cidade de Rio Branco, que por unanimidade relataram que decidiram deixar a Venezuela, seu país de origem, por causa da situação econômica, uma vez que não conseguiam emprego, sofriam perseguições políticas, ou os recursos que recebiam era insuficiente para sua subsistência e de suas famílias.

Escolheram a rota através da fronteira acreana por ser mais fácil, realizando o percurso através da Colômbia-Ecuador-Peru-Brasil, onde seguiram o trajeto andando ou por meio de ônibus, carro e avião, tendo de dormir nas ruas, pois não tinham recursos para custear hospedagem, nem alimentação, onde sofreram violências física e moral, com humilhações e discriminação. M. L. V. M., relata que outro motivo relevante para sair do Peru, país que estava residindo há 6 anos, foi buscar melhores condições de vida, pois trabalhava por muitas horas como auxiliar de cozinha e doméstica, para manter seu sustento, bem como, buscar atendimento médico para seu filho que encontrava-se doente.

Nasci na Venezuela, na cidade de Caraborro, saí do meu país de origem por causa da crise econômica. Saí da Venezuela e fui morar no Peru durante 6 (seis) anos; lá trabalhava como auxiliar de cozinha e doméstica, trabalhava muitas horas. Assim decidi vir para o Brasil através da fronteira acreana por ser mais perto passando por Colômbia/Ecuador/Peru/Brasil, e em busca do tratamento de saúde para meu filho. Seguimos viagem eu, meu esposo e meu filho, foi um percurso muito difícil, pois não tínhamos muitos recursos para custear alimentação, transporte e hospedagem. Por isso tivemos que dormir na rua, e fazer a maior parte do caminho andando, outra de ônibus ainda fomos roubados e ameaçados durante o tempo que dormimos na rua. Entramos no Brasil através da cidade de Assis Brasil, tivemos dificuldades com a linguagem, mais foi fácil tirar a documentação. Nós já estamos há 30 (trinta dias) no abrigo, temos familiares na cidade de Almirante de Tamandaré no Paraná, estou desempregada e sem dinheiro para prosseguir viagem, desejo conseguir um emprego, estamos aguardando o fornecimento de passagens". (M. L. V. M., 24 anos, Informação verbal 23/11/2023).

R.V.R.P, já estava abrigada na Casa de Passagem há 30 (trinta) dias e desejava seguir viagem, para reencontrar sua família em Almirante de Tamandaré no Paraná. Uma grande problemática observada na Casa de Passagem, são pessoas que ficam impedidas de seguir viagem por não terem como custear seus deslocamentos, aguardando ajuda do município, estado ou até conseguir um trabalho para se deslocarem para outras capitais.

Nasci na Venezuela, decidi deixar meu país de origem por causa da situação que

estávamos passando sem trabalho, sem comida, trabalhava em serviços gerais mais não conseguia emprego. Decidimos pela rota através da fronteira acreana por ser mais fácil. Fiz o percurso Colômbia/Equador/Peru/Brasil, durante o percurso fizemos uma parte andando e outra de ônibus, sofremos muitas violências, fui roubada, e violentada fisicamente quando residia no Peru, ainda permanecemos 1 ano no país, trabalhava muitas horas e não me pagavam. Chegamos ao Brasil através da cidade de Assis Brasil, quando cheguei roubaram meu telefone, mais fomos acolhidos, enfrentamos muitas dificuldades com a língua, já estou há 30 dias no Acre, e desejo ir para Curitiba onde tenho familiares, desejo conseguir um emprego, pois quero um futuro melhor para seus filhos. (R.V.R.P., 25 anos, Informação verbal 23/11/23, na casa de passagem em Rio Branco).

Ao chegarem no Brasil, pela fronteira do estado do Acre, relatam as 06 (seis) entrevistadas que foram acolhidas primeiramente na Casa de Passagem de Assis Brasil e depois vieram para Rio Branco, uma delas, L.Y. Já estava na casa há 90 dias, e seu objetivo era conseguir um emprego para seguir viagem. A entrevistada trabalhava como professora na Venezuela, largou tudo e enfrentou muitas dificuldades, mas foi resiliente e conseguiu chegar até a cidade de Rio Branco-Acre, onde tem esperança de conseguir o Bolsa Família ou recurso para voltarem para Roraima onde tem família.

“Nasci na Venezuela, na cidade de Caracas, decidi deixar meu país de origem por causa da situação econômica. Trabalhava como professora, decidimos pela rota através da fronteira acreana por ser mais fácil, fazendo o trajeto Colômbia/Equador/Peru/Brasil, fizemos o percurso caminhando, dormindo a maior parte do caminho na rua. Chegamos ao Brasil há 3 meses, através da cidade de Assis Brasil, fomos acolhidos e não enfrentamos muitas dificuldades, pois já estivemos em Roraima onde temos familiares morando em Boa Vista. Estou desempregada há 3 meses. Desde que cheguei aqui recebi o Bolsa Família, mais ainda não temos o suficiente para voltar para Roraima. L.Y., 50 anos, professora, Informação verbal, 23/11/2023.

Outra dificuldade relatada por todas as mulheres imigrantes, foi o entendimento da língua portuguesa, dificultando bastante a comunicação, para emissão de seus documentos, encaminhamentos e até mesmo para conseguir emprego, conforme relatos. C.Y.C.T, trabalhava como militar, mesmo com todas dificuldades veio para o Brasil, pela fronteira acreana por ser mais fácil, trazendo toda família. Relata que não encontraram muitas dificuldades, já estavam há 45 dias no abrigo, mas como não tinham dinheiro para pagar as passagens, estavam em busca de um emprego ou conseguir as passagens para prosseguir para Campo Grande onde tem família.

Nasci na Venezuela, na cidade de Maracai, decidi deixar meu país de origem por causa da situação econômica. Lá trabalhava como militar, decidi vir para o Brasil através da fronteira acreana por ser mais fácil. Seguimos viagem eu, meu esposo, meus filhos e irmãos, no total somos 7 pessoas. Passamos por Colômbia/Equador/Peru, fizemos o trajeto de ônibus, entrando no Brasil através da cidade de Assis Brasil, não encontramos muitas dificuldades. Nós já estamos há 45 (quarenta e cinco dias) no

abrigo, temos familiares na cidade de Campo Grande, pois minha mãe mora lá, estou desempregada e sem dinheiro, desejo conseguir um emprego para prosseguir viagem, estou aguardando o fornecimento de passagens”. (C.Y.C.T., 25 anos, militar, Informação verbal, 23/11/23).

Outra entrevistada K.Y.E. também com poucos recursos resolveu deixar seu país, com sua família, fizeram o percurso uma parte andando e outra por caronas, relataram ainda que foram furtados e não tiveram contato com os coiotes. Chegaram ao Brasil através da cidade de Assis Brasil, foram acolhidos e enfrentaram muitas dificuldades com a língua e não tem familiares no Brasil, desejam seguir viagem para São Paulo, pois dizem que lá tem bastante emprego.

Nasci na Venezuela, na cidade de Maracaibo, decidi deixar meu país de origem por causa da crise econômica, saí com o meu esposo e dois filhos pequenos, que tornou a viagem muito mais difícil, pois não tínhamos muitos recursos para custear alimentação, transporte e hospedagem. Trabalhava na Venezuela como designer de sobancelhas, decidimos sair de meu país pela rota através da fronteira acreana por estar com pouco dinheiro e ser mais fácil de conseguir carona, para entrar no Brasil e tirar documentação. Fizemos o trajeto Colômbia/Equador/Peru/Brasil, uma parte andando e outra por caronas, fomos furtados, e não tivemos contato com coiotes. Chegamos ao Brasil através da cidade de Assis Brasil, fomos acolhidos e enfrentamos muitas dificuldades com a língua, não temos familiares no Brasil. Desejamos ir para São Paulo, pois dizem que lá tem bastante emprego, atualmente a única atividade eventual é a venda de objetos na rua, estamos sem dinheiro para prosseguir viagem. (K.Y.E., 30 anos, Informação verbal, 23/11/23).

A entrevistada D.C.G.M., relatou que também optou migrar para o Brasil, através da fronteira acreana, por causa da crise econômica, fez a maior parte do percurso andando, estava desempregada e aguardava conseguir as passagens para prosseguir viagem para outros estados.

Nasci na Venezuela, deixei meu país de origem por causa da crise econômica, decidi vir para o Brasil através da fronteira acreana por ser mais perto, e fiz a maior parte do caminho andando e de ônibus. Entramos no Brasil através da cidade de Assis Brasil, tivemos muitas dificuldades para entender a língua, estou desempregada e desejo conseguir um emprego para prosseguir viagem, estou aguardando o fornecimento de passagens (D.C.G.M., 35 anos, Informação verbal, 22/11/23).

Continuando com a incessante busca, na compreensão da motivação que leva essas mulheres juntamente com suas famílias saírem de seus países de origem, conversamos com mulheres que como as citadas anteriormente, também saíram de seus países e ao chegar no Estado do Acre, decidiram permanecer residindo na cidade de Rio Branco-AC.

Assim, realizamos uma roda de conversa com 03 (três) mulheres imigrantes venezuelanas, com idades entre 18 e 50 anos, na Igreja Geração Santa na cidade de Rio Branco. Segundo relataram M. Z. A e D.A.A, já residem há 4 (quatro) anos na cidade de Rio Branco e

Y.M. de O.P, há 01 (um) ano, e decidiram deixar seu país de origem por causa da situação econômica e a dificuldade para conseguir comida e medicamentos. Informaram ainda

que trabalhavam na Venezuela como faxineiras durante muitas horas.

Decidiram vir para o Brasil pela fronteira acreana por estar mais perto, levando aproximadamente duas semanas para chegar na cidade de Assis Brasil. M. Z. A relatou que foi um percurso muito difícil por conta da gravidez da filha (D.A.A), que não tinham muito dinheiro para custear alimentação, transporte e hospedagem, fizeram parte do caminho andando e outra de ônibus e contaram com a solidariedade de muitas pessoas, durante o percurso.

Relataram ainda que entraram no Brasil através da cidade de Assis Brasil, e contaram com a ajuda da Igreja Católica e da Cáritas para custear aluguel, comida e fraldas para o bebê de D.A.A. Atualmente estão no mercado de trabalho informal fazendo faxinas e recebem o benefício do Programa Bolsa Família, que ajuda a custear as despesas da casa e não pretendem voltar para Venezuela, pois em Rio Branco têm uma vida melhor.

Nasci na Venezuela, mas decidi deixar meu país de origem por causa da situação econômica, não conseguia comida, medicamentos, e no ano de 2017, saí da Venezuela e fui morar no Peru durante 2 (dois) anos. Lá trabalhava como faxineira, trabalhava muitas horas. Como a situação estava muito difícil lá também, decidimos vir para o Brasil pela fronteira, eu, meu filho, minha filha de 18 anos grávida e meu genro. Decidimos vir para o Brasil através da fronteira acreana por ser mais perto, demoramos duas semanas para chegar na cidade de Assis Brasil. Foi um percurso muito difícil por conta da gravidez da minha filha, pois não tínhamos muito dinheiro para custear alimentação, transporte e hospedagem. Por isso tivemos que fazer uma parte do caminho andando e outra de ônibus, mais contamos com a ajuda de muitas pessoas. Entramos no Brasil através da cidade de Assis Brasil, e contamos com a ajuda da Igreja Católica, da Cáritas, e no começo tivemos ajuda para custear aluguel, comida, e fraldas para o bebe de minha filha. Nós já estamos em Rio Branco há 4 anos, trabalho atualmente fazendo faxinas e tenho o Bolsa Família que ajuda a custear as despesas de casa. Ao migrar para o Acre esperavam ter uma vida melhor". (M. Z. A., 49 anos, Informação verbal, 11/01/2024).

A entrevistada D.A.A, relata as dificuldades enfrentadas no percurso para chegar até o Estado do Acre, que no ano de 2017, saiu da Venezuela e foi morar no Peru juntamente com sua mãe e seu irmão, também trabalhava de faxineira juntamente com sua mãe. Uma das maiores dificuldades enfrentadas foi realizar todo esse percurso grávida de 8 (oito) meses. O que podemos evidenciar é que a escassez de recursos, alimentos e apoio governamental, impulsiona essas pessoas a se lançarem em uma rota que não conhecem, ficando totalmente vulnerabilizados e expostos a perigos iminentes.

A entrevistada também relata que no momento não está trabalhando, mas recebe ajuda financeira do Bolsa Família, o que ajuda nas despesas de casa, mas deseja conseguir um emprego. Vale ressaltar a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, mesmo morando na cidade de Rio Branco há 4 anos ainda não conseguiu um emprego no mercado formal.

Nasci na Venezuela, a situação econômica do meu país era muito difícil, não conseguia comida, medicamentos. No ano de 2017, saí da Venezuela e fui morar no Peru durante 2 (dois) anos juntamente com minha mãe e meu irmão, lá trabalhava como faxineira, juntamente com minha mãe. Como a situação estava muito difícil lá também, decidimos vir para o Brasil pela fronteira, eu grávida de 8 meses, meu irmão, minha mãe e meu marido. Decidimos vir para o Brasil através da fronteira acreana por ser mais perto, demoramos duas semanas, para chegar à cidade de Assis Brasil, foi um percurso muito difícil, devido à minha gestação, visto que não tínhamos recursos suficientes para cobrir as despesas com comida, deslocamento e acomodação, precisamos percorrer parte do trajeto a pé e outra de ônibus, no entanto, recebemos o apoio de várias pessoas. No início morávamos em uma casa com muitos insetos e rãs, e recebemos ajuda de algumas pessoas da igreja que nos ajudaram a pagar uma casa melhor. Nós já estamos em Rio Branco há 4 anos, não estou trabalhando atualmente, recebo o auxílio do Bolsa Família que ajuda a custear as despesas de casa, mas tenho desejo de conseguir um trabalho. (D. A. A., 20 anos, Informação verbal, 11/01/2024).

A entrevistada Y. M. O. P., também decidiu deixar seu país por causa da situação econômica, não trabalhava e morava com seus pais. Relata que foi um percurso muito difícil, pois não tinham recursos para custear as despesas e contaram com a ajuda de pessoas durante o trajeto. A história de Y.M.O.P. é similar a de muitos imigrantes que se aventuram a vir para o Acre, por já terem famílias residentes na cidade. Atualmente trabalha como faxineira, não conseguindo outro trabalho, mas conta com o Bolsa Família e é o que a motiva permanecer no Acre, pois conta com esse incentivo do governo.

Nasci na Venezuela, mas decidi deixar meu país de origem por causa da situação econômica do país e condições de saúde do marido, lá não trabalhava, pois morava com os pais. Decidimos vir para o Brasil através da fronteira acreana por ser mais perto, demoramos 3 dias, para chegar na cidade de Assis Brasil. Foi um percurso muito difícil, pois não tínhamos muito dinheiro para custear alimentação, transporte e hospedagem. Por isso contamos com a ajuda de muitas pessoas durante o percurso para chegar até a cidade de Rio Branco. Entramos no Brasil através da cidade de Assis Brasil e contei com a ajuda de minha tia M.Z.A., com a qual fiquei morando um tempo, depois conseguimos o auxílio do Bolsa Família, ajuda e motiva a permanecer no Acre, pois conseguimos pagar um local para morar. Nós já estamos em Rio Branco há 1 ano, trabalho atualmente fazendo faxinas (Y.M.O.P., 18 anos, Informação verbal, 11/01/2024).

Sobre a mobilidade espacial para se chegar até a cidade de Brasiléia e as motivações para sair do seu país e com intuito de entendermos a realidade de outras cidades que também abrigam esses migrantes, nos deslocamos até a cidade de Brasiléia, localizada no sul do Estado do Acre, na fronteira com a Bolívia, onde realizamos, no dia 28 de novembro de 2023, uma entrevista com M.G. uma mulher migrante, venezuelana, acolhida na Casa de Passagem de Brasiléia-Acre, 53 anos, paramédica, que decidiu deixar seu país de origem pela situação econômica. A entrevistada relata que decidiu vir para o Brasil pela fronteira com sua família, marido e dois filhos, entraram no Brasil através da cidade de Assis Brasil. A proximidade geográfica geralmente influencia na tomada de decisão para qual local seguir, assim a fronteira

acreana tem se tornado rota frequente para o migrante internacional.

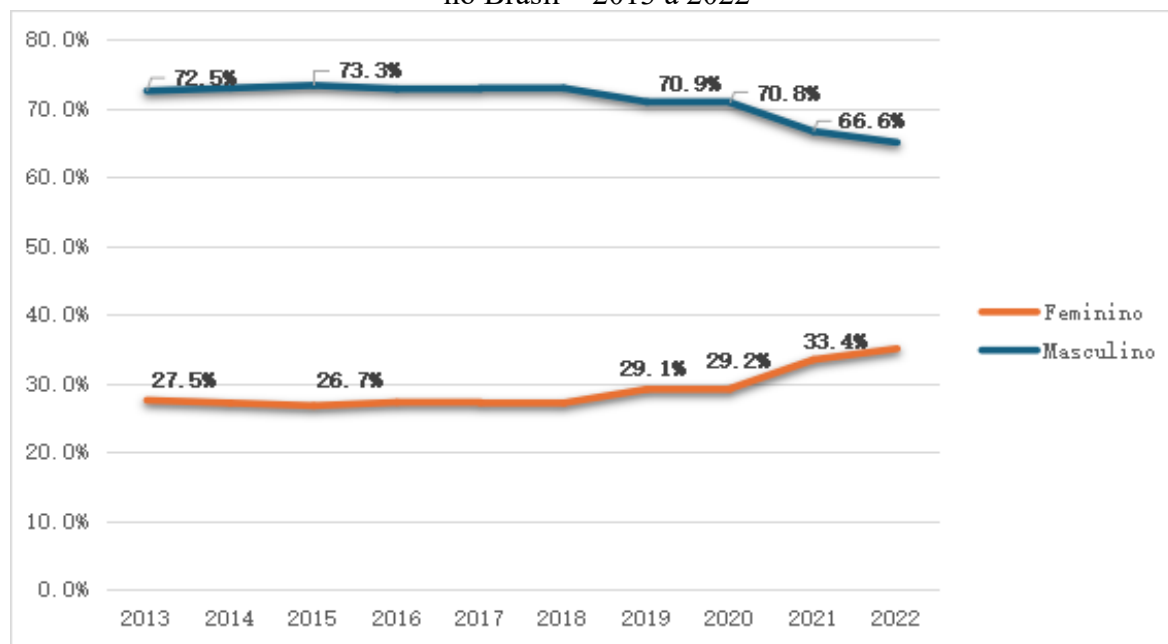
M.G. relata ainda que, está na cidade de Brasília há 2 meses e apesar de ser formada como paramédica, ainda não conseguiu emprego, mas seu marido está trabalhando, demonstrando que há esperança, mesmo que as oportunidades de empregos sejam restritas, no mercado local. Outro ponto a se considerar é que existe a vontade de se reunir novamente com sua família, o que mostra a dimensão da importância das relações familiares, o que os leva a seguirem viagem para reencontrá-los.

“Nasci na Venezuela, mas decidi deixar meu país de origem pela situação econômica, moramos um tempo no Peru e decidimos vir para o Brasil pela fronteira com minha família, meu marido e meus dois filhos. Decidimos vir para o Brasil através da fronteira acreana por ser mais perto. Entramos no Brasil através da cidade de Assis Brasil, ficando abrigados na casa de passagem de Epitaciolândia. Nós já estamos em Rio Branco há 2 meses, não estou trabalhando atualmente mas meu marido está trabalhando, temos o desejo de seguir viagem para reencontrar minha família”. (M.G., 53 anos, paramédica, Informação verbal, 28/11/2023).

Considerando que ao longo do período de 2013 a 2022, conforme Gráfico 2, foi predominante a presença de homens dentre os trabalhadores imigrantes, seguindo o padrão relacionado às migrações por trabalho. A diferença em relação às mulheres teve seu ápice em 2015, quando os homens chegaram a compor 73,3% da mão de obra estrangeira no País. A partir de 2016, houve discreta, mas progressiva ampliação da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, que chegou em 2020 representando 29,2% do total de trabalhadores, ante os 27,5% de 2013. Nos dois anos seguintes, o aumento da participação feminina foi mais intenso, atingindo 35,0% em 2022 (Hallak; Simões, 2022).

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho nos últimos anos se deve, muito provavelmente, à redução, por um lado, do volume de trabalhadores haitianos, composta em sua grande maioria por homens e, por outro, ao crescimento da força de trabalho feminina venezuelana, que, embora seja inferior à masculina, cresceu quase três vezes entre 2020 e 2022 (Hallak; Simões, 2022).

Gráfico 2. Proporção de Trabalhadores Imigrantes no Mercado Formal de Trabalho, por Sexo no Brasil – 2013 a 2022



Fonte: OBMigra (2023). Org. pela autora.

A mudança na tendência migratória, conforme Tabela 3, a partir de meados da década de 2010, implicou em modificações no perfil do trabalhador imigrante no Brasil também em relação à estrutura ocupacional. Quando se analisam os anos do período 2013- 2022, percebe-se que o aumento das ocupações ocorreu de forma bastante distinta entre os grupos ocupacionais definidos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O incremento de 142,80 mil ocupações se distribuiu mais enfaticamente nos grupos ocupacionais de menores rendimentos, como os casos dos Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (com incremento de 346,5%), Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca (387,7%) e dos Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (272,0%), a categoria mais numerosa, que passou de 24,3 mil, em 2013, para 90,5 mil, em 2022, somadas, as três categorias representaram um acréscimo de 111,6 mil trabalhadores ao total, entre 2013 e 2022, o correspondente a cerca de 85% do crescimento das ocupações de imigrantes no período analisado (Hallak e Simões, 2022).

Tabela 3. Número Absoluto Por Profissão de Migrantes no Brasil

Grupos Ocupacionais	Ocupações (vínculos)					
	2013	2020	2021	2022	2022/2013 (%)	2022/2021 (%)
Total	92.011	182.995	187.508	223.411	142,8	19,1
0 - Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	22	24	23	25	13,6	8,7
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	14.726	11.543	12.533	13.103	-11,0	4,5
2 - Profissionais das ciências e das artes	19.524	18.223	20.177	21.680	11,0	7,4
3 - Técnicos de nível médio	8.522	9.180	10.276	11.530	35,3	12,2
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	10.250	18.479	21.534	26.271	156,3	22,0
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	12.089	39.541	41.027	53.978	346,5	31,6
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	911	3.504	3.297	4.443	387,7	34,8
7/8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	24.317	79.489	75.403	90.471	272,0	20,0
9 - Trabalhadores de manutenção e reparação	1.561	3.009	3.225	1.897	21,5	-41,2

Fonte: OBMigra (2023). Org. pela autora.

Assim, conforme Antunes (1990) afirmou: a informalidade, em seus distintos modos de ser que aqui tão somente indicamos alguns exemplos dominantes no Brasil, supõe sempre a rutura com os laços de contratação e de regulação da força de trabalho, tal como se estruturou a relação capital e trabalho, especialmente ao longo do século XX, sob a vigência tayloriano-fordista, quando o trabalho regulamentado tinha prevalência sobre o desregulamentado (Antunes, 1990).

Se a informalidade não é sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização. Apontar suas conexões, suas inter-relações e suas vinculações torna-se imprescindível. E oferecer um esboço destas formas diferenciadas da informalidade do trabalho, do que é novo e

o que é velho nas distintas modalidades assumidas pela precarização do labor em seus múltiplos exemplos (Antunes, 1990).

Outro fato são os fluxos migratórios de trabalhadores em busca de oportunidades de empregos (formal e informal), e na Amazônia a agenda política também passa a contar com questões relacionadas ao trabalho e ao salário, condições de meio ambiente de trabalho, paralisações, protestos, revoltas seguidas de greves que se inserem nos conflitos regionais, pois o capital aí se recia por meio das mais variadas formas de exploração e degradação do trabalho, tanto por mecanismos regressivos, mas combinados, com a acumulação ampliada (Alves, 2014, p.310).

O “sonho brasileiro”, fruto da necessidade premente de recomeçar a vida, e assim poder ajudar a família, tende a fazer desses trabalhadores um “alvo fácil do arbítrio de organizações criminosas”, como as que operam o tráfico de pessoas referente ao transporte de força de trabalho e, posteriormente, dos próprios empregadores no lugar de destino (Villen, 2012, p. 6).

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista (Patarra, 2006, p. 7).

Quando pensamos em trabalho sob a óptica economicista, podemos afirmar que o trabalho é gerador de toda a riqueza, mas o trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Antunes, 2004, p. 13).

Alves (2014) demonstra ontologicamente o trabalho:

Diante do exposto, evidencia-se que o trabalho, ontologicamente, constitui-se em condição para o processo de humanização do ser humano. Mas essas condições passaram a ser subordinadas aos imperativos da acumulação do capital, ao seu processo de auto-reprodução calcado na extração de trabalho excedente não pago, em mais-valia, e na construção da segunda natureza (Alves, 2014, p. 99).

A última década foi marcada por muitas transformações na dinâmica da migração internacional de pessoas em todo mundo, o que teve um impacto significativo na fronteira acreana, que ao longo desse capítulo, verificamos que os números de imigrantes que ultrapassam as fronteiras acreanas só crescem.

Portanto, foi possível verificar ao longo da pesquisa que o migrante que vem em busca de melhores condições de vida, se depara com muitas barreiras como dificuldades com a língua,

com o exercício de sua profissão, o acesso ao mercado de trabalho, seja formal ou informal, que muitas vezes por discriminação o expõe a exclusão e exploração pelos meios de trabalho, tendo em vista que não é valorizado por seu nível de qualificação, sendo oferecidos trabalhos sem estrutura e garantias de seus direitos. Assim, tornando o trabalho um meio cruel de controle social, tendo em vista todas as dificuldades apresentadas e que para manter sua subsistência e de sua família se submetem a tal exploração.

Como mencionado no decorrer desta pesquisa o imigrante elege o estado como um lugar de longo termo, ou seja, fixa residência, quando se sente seguro e tem seus direitos respeitados e consegue usufruir de condições para manter sua subsistência e de sua família, como podemos comprovar através de entrevistas com migrantes residentes, dados do OBMigra (2023) e da Cáritas. O Acre não se constitui apenas como um corredor migratório, mas também como um lugar onde os imigrantes entram e ficam, sendo o que será abordado no Capítulo 3.

4 – CAPÍTULO 3 - O ACRE COMO LOCAL DE RESIDÊNCIA DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS

Neste capítulo trataremos sobre como o Estado do Acre se tornou um local de longo termo do migrante internacional, considerando que no período de 2010 a 2024 houve uma intensa migração, iniciando no ano de 2010 com a chegada, em sua maioria, de haitianos e no ano de 2022 a massiva chegada dos venezuelanos, e para corroborar com todo esse arcabouço de informações, realizamos entrevistas com imigrantes que decidiram fixar residência nas cidades de Rio Branco e Brasília, bem como, servidores públicos que atuam na referida área.

O território brasileiro passou a receber o fluxo de migrações latino-americanas nos anos de 1970, sobretudo, pelo Cone-Sul com a entrada de argentinos para a produção agrícola da soja. E, também, de uruguaios e de paraguaios que, paulatinamente, adentrariam no país, vislumbrando as possibilidades de trabalho e de novas oportunidades (Povoa-Neto, 2017).

No entanto, segundo Baeninger (2012), a migração intrarregional latino americana para o Brasil esteve balizada nos migrantes argentinos, chilenos, paraguaios, uruguaios e bolivianos – a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2000. Na entrada para o século XXI, não veio para o Brasil somente os latino-americanos, tivemos também a presença dos asiáticos (coreanos e chineses) e dos africanos (angolanos, nigerianos, senegaleses, congoleses, etc.). Assim, o Brasil passou a ser um território de oportunidades para esses grupos de imigrantes, sendo necessário normatizar o território em busca de regulamentação, via estatutos e leis sobre as migrações recentes.

Para Povoa-Neto (2017), o “Estatuto do Estrangeiro” buscou regulamentar em 1980, de forma legal, as autorizações de trabalho e permanência dos migrantes no país. Nele chegou a reconhecer o trabalhador fronteiriço que transita nas cidades-gêmeas entre Brasil- Paraguai, Brasil-Uruguai e Brasil Colômbia. Os fluxos globais de migrantes laborais em direção ao Sul-Sul era de 32%, tecnicamente empatado com a mobilidade Sul-Norte de 33%, sendo que o deslocamento Sul-Sul desafiava os governos e as instituições locais/globais da (semi)periferia, urgindo, assim, novas políticas migratórias para recepcionarem /acolherem/protegerem os latino-americanos e africanos (Banco Mundial, 2006).

Em 2009, na América Latina aconteceu o Acordo de Residência do Mercosul e Associados, dando livre trânsito para a população do bloco, pois a entrada no País se deu mediante ao documento do registro de identidade, não precisando de visto de turista-trabalho-estudante para residir no Brasil. Sendo aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro a nova Lei de Migração, em 2017, no governo do Presidente Michel Temer, incorporou reivindicações

históricas dos movimentos sociais de defesa dos imigrantes e das associações estrangeiras, via acesso da assistência social e a justiça gratuita, inviabilizando a deportação imediata dos migrantes pela Polícia Federal (Póvoa-Neto, 2017).

A partir de 2010, ocorreu a modificação do cenário migratório internacional, pois o Brasil que detinha o status de país receptor da migração do Norte global, passa a ser local de recepção, em especial das migrações sul oriundos da periferia do capitalismo, sendo de diversas nacionalidades. Conforme explicam Mamed e Lima (2015):

Nas últimas três décadas, o ingresso de estrangeiros no Brasil tem sido marcado principalmente por grupos oriundos de contextos periféricos do capitalismo, compostos por latino-americanos, asiáticos, africanos, incluindo refugiados políticos de diferentes nacionalidades, e em diversas circunstâncias (Mamed; Lima, 2015, p. 35).

Essa conjuntura migratória no Brasil, se fortaleceu ainda mais no início do século XXI e com mais densidade a partir de 2010, e o resultado dessa política foi a instalação de barreiras ou muros, sejam elas físicas ou não. Assim, a primeira década do século XXI ficou marcada pela crise dos grandes modelos de recepção dos imigrantes no Ocidente (Cavalcanti, 2021, p. 9), principalmente oriundo de países em crise como latinos, caribenhos e africanos.

Outro elemento importante para discussão sobre a atração de imigrantes, era o cenário econômico no qual o Brasil estava inserido, Alves (2014) aborda como o país encontrava-se na reestruturação produtiva do capital, pois a partir de 2010 estava em preparação para realização de eventos de renome internacional como a Copa do Mundo de futebol realizado no ano de 2014, as Olimpíadas e Paraolimpíadas, no ano de 2016, além das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que executou milhares de obras pelo Brasil. Portanto, os investimentos estatais estavam em peso e gerou a necessidade de mão de obra operária. Assim, torna-se cada vez maior a busca por postos de trabalho, em 2013, os haitianos (12,5 mil) passaram a ocupar a primeira posição entre os imigrantes no mercado de trabalho formal, desbancando os portugueses (10,3 mil), nacionalidade importante nas imigrações históricas no país, conforme Mapa 3.

Mapa 3 - Número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo países de origem 2013 e 2022



Fonte: Elaborado por Dival Neto, 2024.

Um marco importante no movimento migratório foi a criação do Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra, que ocorreu em 2013, um período que imigrantes de diferentes origens do Sul Global, principalmente haitianos, e, também, senegaleses, congoleses, guineenses, bengalis, ganeses, entre outros, começaram a chegar às fronteiras brasileiras.

Foi de extrema importância para o resultado desta pesquisa o Relatório Anual 2023, elaborada pelo (OBMigra) realizado em parceria com o Departamento de Migrações

(DEMIG) da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS), com dados, gráficos, tabelas e mapas que demonstram aspectos da vida dos migrantes e dos refugiados no Brasil.

No estado do Acre ainda busca-se meios para consolidar informações acerca da entrada, saída e permanência de migrantes no Estado do Acre, assim, a falta de dados do número de migrantes de longo termo no estado do Acre, pode ser feita apenas de forma aproximada, conforme relata a Gestora de Políticas Públicas, Maria da Luz, que expôs a situação dos dados:

Eu espero que em breve a gente tenha esses dados nós fizemos um projeto de Observatório de Direitos Humanos que precisa ser feito uma pesquisa, eu acredito que as próprias universidades possam estar nos ajudando nessa parte, porque nós como secretaria aqui, com as equipes que nós temos, não é possível acompanhar e fazer um levantamento de dados, um estudo técnico tão profundo com relação a isso, até porque são muitas nacionalidades e nos locais de fronteira, quando a gente fala de fronteira, tem Peru, tem Bolívia, que não são só os migrantes que fazem esse local de trânsito, que podem estar se fixando, vamos dizer, a nacionalidade venezuelana. É o que a

gente talvez tenha algo mais aproximado, que tem mais ou menos 200 famílias no Acre. São oito municípios de fronteira, que as pessoas se fixam também, e isso, assim, só o IBGE, dentro do seu Censo, vai fazer um levantamento mais preciso, que vai em todos os locais, nossa secretaria não tem perna para fazer um estudo técnico desse ainda, quem sabe no futuro. E sabedores disso, a gente fez um projeto de observatório de direitos humanos, que começaria, inclusive, com as migrações que se encontram na plataforma da Ufac, com o apoio da Cátedra Sérgio Vieira de Melo, que a gente espera que, em breve, a gente possa ter alguns resultados com relação a esses dados que você busca neste momento. E aí, não seria só para Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, mas para todos os municípios fronteiriços (Maria da Luz, 18 de abril de 2024).

Durante a abertura da 5ª Semana Estadual e Municipal do Migrante, Refugiado e Apátrida do Acre, em 18 de junho de 2024, em alusão ao Dia Mundial do Refugiado e do Migrante, organizado pelo governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), foi marcado também pelo lançamento do Sistema de Cadastro do Migrante, um avanço significativo nas políticas de migração do Estado, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Administração (SEAD).

Segundo o diretor de modernização da SEAD, Márcio Barros, o sistema irá funcionar “por meio da descentralização da gestão e do cadastro dos imigrantes nos municípios, utilizando um acesso unificado que segue o padrão do portal de serviços do governo, gov.br, onde todos os agentes dos municípios e do Estado poderão gerenciar de forma descentralizada essa ferramenta, facilitando a administração dos dados dos migrantes”.

4.1 Direitos da Pessoa Migrante no Brasil e no Acre

O Brasil tem se sobressaído no contexto internacional por suas políticas referentes aos migrantes, considerando que todos têm o direito de garantia, proteção e respeito, independentemente do seu estatuto migratório ou país de origem, conforme a nova Lei Federal nº. 13.445/2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, herdado do regime militar. Os direitos humanos existem para todas as pessoas, independentemente da etnia, cor da pele, gênero, orientação sexual, língua, religião, opinião política, origem social ou nacional, estado de nascimento ou riqueza.

Um passo importante para criação das políticas públicas de atendimento ao migrante é saber quem são e como vivem. Portanto, o SisMigra - Sistema de Registro Nacional Migratório veio para substituir o antigo Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCARE), de forma a se adequar à nova Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 2017. Assim como a base anterior, é formada por registros administrativos da Polícia Federal (DPF), do Ministério da Justiça e Segurança Pública que tem por objetivo cadastrar todos os migrantes com vistos de

entrada regular no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de turismo. Todas as pessoas com permissão de ingresso devem comparecer, em um período máximo de 30 dias, ao Departamento de Polícia Federal para obter o Registro Nacional Migratório (Oliveira; Cavalcanti, 2015).

O referido regramento encontra-se na Lei nº 13.445/2017, que foi, para o Brasil, um significativo avanço na questão sobre a migração. O primeiro grande advento é a diferenciação de imigrante, emigrante, visitante, residente fronteiriço e apátrida. Mostra-se, como inovação à medida, que anteriormente esses não brasileiros residentes no país eram englobados pelo termo estrangeiro, conforme dispõe:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

- (VETADO);
- imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;
- emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;
- Residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;
- Visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;
- Apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro (BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2017, p. 1).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante direitos iguais aos cidadãos e imigrantes que vivem no Brasil, conforme “Artigo 5º que dispõe: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2012).

No Estado do Acre, um dos avanços quanto a política de atendimento ao migrante foi a elaboração do Protocolo Estadual de Assistência aos Migrantes, Apátridas e Refugiados, em 29 de março de 2023, onde apresenta os principais marcos legais de garantia de direitos da população migrante, relacionados abaixo, bem como os princípios norteadores para que as instituições da rede de atendimento possam identificar as principais necessidades e vulnerabilidades da população migrante, refugiada e apátrida.

4.1.1 As políticas públicas migratórias no Brasil e no Acre

Na última década, o Estado Brasileiro observou um aumento considerável nos fluxos migratórios dentro do seu território. De acordo com dados do Ministério da Justiça e Segurança

Pública, entre os anos de 2013 e 2022 os imigrantes no Brasil cresceram 24,4%, chegando à marca de 1,3 milhão de imigrantes (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Com o aumento do número de imigrantes e da diversidade dos fluxos, tornou-se evidente que a política migratória vigente já não conseguia lidar com as novas dinâmicas que se apresentavam, o que levou à necessidade de uma atualização dos marcos legais. A antiga legislação brasileira, o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), foi desenvolvida no período que ainda vigorava a Constituição de 1967, oriunda da ditadura civil-militar brasileira e, por isso, reproduziu as práticas que caracterizam o período.

Conforme explica Minchola (2018, p. 90), nesse contexto, o tema das migrações foi tratado a partir da ótica da repressão e da violência com o objetivo de manutenção de um regime de extermínio de ideologias consideradas subversivas, na qual o estrangeiro constitui-se como uma ameaça ao Estado. Assim, embora a década de 1980 tenha testemunhado o início da abertura democrática que culminaria na Constituição de 1988, a política migratória da época permaneceu pautada na lógica da segurança nacional, na proteção do mercado interno e no controle das fronteiras.

A eficácia do acesso a esses direitos está diretamente relacionada com as políticas públicas e a articulação entre todas as instituições envolvidas no processo. Diante do constante processo migratório que ocorre pela fronteira acreana, um dos avanços foi a criação no ano de 2023 do Protocolo Estadual de Assistência aos Migrantes, Apátridas e Refugiados, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos - SEASDH, por meio da Diretoria de Direitos Humanos e em parceria com as entidades que fazem parte do Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados – CEAMAR, tendo como objetivo oferecer suporte à rede estadual de assistência e acolhimento aos migrantes e refugiados, que ingressam no Estado do Acre, que compete:

- Orientar, acompanhar e avaliar as ações, projetos, programas, planos relacionados à política de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados;
- propor mecanismos de prevenção do tráfico de pessoas, trabalho escravo, exploração sexual e outras vulnerabilidades que migrantes, apátridas e refugiados estão suscetíveis; propor parcerias,
- projetos de cooperação técnica e de captação de recursos junto a organismos nacionais e internacionais que atuem no apoio a migrantes, apátridas e refugiados, incluindo agências do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e da Organização das Nações Unidas; incentivar ou recomendar elaboração de estudos e pesquisas relacionados à temática de migração, apatridia e refúgio;

- apoiar a criação de comitês ou comissões assemelhadas de iniciativa dos municípios; indicar as prioridades de ações, projetos, programas e planos na elaboração do orçamento público estadual para execução das políticas públicas voltadas ao atendimento de migrantes, refugiados e apátridas;
- formular, acompanhar, avaliar periodicamente o Fluxograma e Protocolo Estadual de Atendimento a Migrantes e Refugiados;
- oferecer orientação, recomendações e capacitação de maneira continuada para gestores e profissionais de instituições públicas e da sociedade civil que oferecem serviços à população migrante em níveis estadual e municipal, prioritariamente em cidades com maior fluxo migratório;
- receber, encaminhar e acompanhar as denúncias relacionadas às violações dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas junto aos órgãos competentes;
- propor e fomentar a realização de campanhas de sensibilização destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;
- instituir Comissões Técnicas com a finalidade de promover a discussão e a articulação de temas relevantes para a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas no estado do Acre;
- propor a adoção de mecanismos e instrumentos para realizar o levantamento e a sistematização de dados sobre a ocorrência e entrada de migrantes, refugiados e apátridas no estado do Acre;
- estimular e apoiar a realização de debates, fóruns, seminários e outros eventos que visem alcançar as finalidades do CEAMAR/AC;
- definir representação do CEAMAR/AC em eventos e outros;
- incidir no orçamento público do Estado do Acre para inclusão das ações, projetos, programas e planos relacionados à política de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados.

O CEAMAR conta com a participação de instituições governamentais e organizações da sociedade civil, visando fortalecer as ações de suporte e proteção aos migrantes e refugiados e com o grande desafio de fazer com que o migrante tenha seus direitos garantidos na mesma proporção de igualdade com os nacionais.

No entanto, mesmo que o Estado e o município busquem encontrar saídas para o acolhimento e garantia dos direitos, muitas vezes são negligenciados pela falta de políticas públicas e planejamento, conforme aborda Silva e Ruckert,

Nesse caso, o planejamento do desenvolvimento regional para a faixa de fronteira realiza-se descolado da realidade local. Isso revela um enorme distanciamento entre os programas formulados para essas áreas e a realidade enfrentada pelos cidadãos fronteiriços – ou seja, entre a realidade e aquilo que de fato chega à região em termos de políticas públicas (Silva e Ruckert, 2016, p. 213).

Já o Protocolo Estadual de Assistência aos Migrantes, Apátridas e Refugiados contou com a participação de instituições governamentais e organizações da sociedade civil, visando fortalecer as ações de suporte e proteção aos migrantes e refugiados no Acre, apresentando os principais marcos jurídicos que garantem os direitos a essa população, além dos princípios que orientam as instituições da rede de atendimento na identificação das principais necessidades e fragilidades desses indivíduos. Os recursos disponíveis no Estado do Acre para atender aos migrantes e refugiados foram detalhados no Protocolo, buscando organizar a assistência social a essas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Segundo o chefe do Departamento de Proteção Social Especial da SASDH, Hélio Koury, através de Informação verbal em 18/07/2024, um plano de contingência já está sendo elaborado considerando a crise migratória do Peru, prevista pelo decreto governamental para expulsar imigrantes indocumentados. “Existem vários planos de ação em desenvolvimento, com apoio do governo federal, para que os municípios consigam desenvolver o trabalho, desde que o estado recebeu o alerta da segurança, no início deste ano, da possibilidade de conflitos no Peru e do decreto que prevê a expulsão de migrantes do país”, explicou o gestor.

Explicou ainda como funciona a proteção social básica, que acompanha famílias em situação de vulnerabilidade, são acompanhadas para que possam sair dessa situação, e o CRAS resolve essa inserção das famílias, também cadastrar no CADÚnico e isso dá acesso aos benefícios.

Ressaltou ainda, serviços importantes como de convivência e fortalecimento de vínculo, que reúne toda a comunidade vulnerável, como a LGBT, grávidas, grupos de desempregados e crianças. Existem ainda programas que os ajudam na inserção no mercado de trabalho. Então a assistência social tem a função de ajudar aquela família a compreender como ela pode superar e identificar suas estratégias de combate à fome. Já na Proteção Social Especial são dois níveis, a alta complexidade e a média complexidade, a alta são os abrigos, dos mais diversas situações e idades, e esse precisa de mais recursos para que seja realizado, mesmo sendo uma responsabilidade do Estado, os municípios apresentam suas demandas para o estado, e o estado se planeje para implantar esses recursos e investir.

A proteção social básica, ela compreende o PAF (Proteção e Atendimento Integral à

Família), que acompanha famílias em situação de vulnerabilidade, ou seja famílias que vivem em situação de pobreza, são acompanhados para que possam sair dessa situação, e o CRAS resolve inserindo as famílias e também cadastrando no CADÚnico, e isso dá acesso aos benefícios, e eles analisam se a família está apta para receber, pois eles precisam estar com tudo em dias, como as crianças nas escolas preenchendo todos os critérios. Existe também o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, que reúne toda a comunidade, vulnerável, como o LGBTQTS, grávidas, grupos de desempregados, e crianças, nesse grupo eles trocam experiências com psicólogos e assistentes sociais, como também educadores sociais, com um projeto chamado criança feliz, que cuida do desenvolvimento da criança, em relação a higiene, ou situações de riscos que a criança pode ser exposta. Então o CRAS faz todo esse acompanhamento vinculado ao município, já o Estado, financia esses projetos com os recursos que ele recebe e repassa aos municípios, para fortalecer esses serviços, com monitoramento e capacitações, sobre como seguir adiante. Então o CRAS é responsável por esse processo de ganho de autonomia das famílias para superar a situação de pobreza, quando o Bolsa Família foi criado, o objetivo era a transferência de renda e o acompanhamento em diversos serviços, para a melhoria nas condições de vida da população. Então a assistência social tem a função de ajudar aquela família a compreender como ela pode superar e identificar suas estratégias de combate a fome. (Hélio Koury, Informação verbal - 18/07/2024).

O entrevistado Hélio Koury, ressalta a dificuldade com os dados e a criação de um sistema de cadastro de imigrantes, que começou em 2024, por não ter dados de forma oficial, nem da entrada nem da saída.

Não temos esses dados, os que entram regularmente até temos, porque a Polícia Federal nos fornece, nos abrigos ainda conseguimos obter os números, existem relatórios que apresentam os números parciais, mas não são fixos. Assim, por conta dessa dificuldade foi criado um Sistema de Cadastro de Imigrantes, que começou agora em 2024. Dos anos anteriores não temos os dados de forma oficial, nem da entrada nem da saída, porque eles saem muito de forma irregular, mesmo tendo solicitado abrigo aqui, porque eles saem para tentar conseguir emprego e se der errado eles voltam e não precisam pedir abrigo de novo. Então os números que temos, são os que são acompanhados, mas os que não são, eles ficam soltos, e fazem o que quer e vão para onde querem. Então dados consolidados não temos como elaborar.

O entrevistado relatou ainda, como funciona os fluxos após a realização do acolhimento, para que não aconteça nenhuma violação dos seus direitos desse migrante conforme relata a seguir:

Os fluxos funcionam após a verificação da documentação, e identificação da vulnerabilidade, no acolhimento verifica-se as necessidades, faz a vacinação e avaliação médica, aí avalia-se o destino, se o imigrante quer ir para destinos externos acionamos a OIM, no intuito de buscar apoio para solicitar passagens e avisamos que tem pessoas a caminho deste destino, além do apoio do Estado que atua como um reforço. Não podemos deixar haver uma violação de direito, aí se eles quiserem ficar, fazemos a inserção deles nos programas sociais como o CadÚnico, para que ele possa se restabelecer, e buscar por um emprego, e nesse processo, ainda temos falha, pois não temos um sistema que identifique vagas para imigrantes em outras regiões do país, às vezes orientamos eles a fazerem currículo e concorrer a vagas no geral, pois eles não podem esperar somente esse tipo de vaga. Então não só mandamos eles para outros estados do Brasil, mas sim oferecemos toda assistência aqui, e vemos que ele está pronto para seguir viagem, e que eles tem outro contato lá fora, entramos em contato com a OIM, e eles ajudam nesse sentido.

O objetivo do Protocolo Estadual de Assistência aos Migrantes, Apátridas e Refugiados

é estabelecer os fluxos de identificação, de acolhida, de regularização documental, de proteção social e de acesso à justiça. É importante ressaltar a importância dos mecanismos de proteção das Secretarias Municipais e Estadual de Assistência Social nessa rede de apoio. O Protocolo é um recurso essencial para assegurar os direitos dos imigrantes e refugiados, reunindo diversos instrumentos para garantir direitos e acesso às políticas públicas. O protocolo

de assistência no Estado do Acre (2023) organizou definições acerca de termos relacionados aos migrantes e refugiados, visando divulgar e esclarecer dúvidas da população em geral, conforme discriminados abaixo:

Migrante em situação de vulnerabilidade: migrante ou grupo de migrantes com a capacidade limitada de evitar, resistir, lidar ou recuperar-se do risco potencial ou da situação de violência, exploração e abuso a que são expostos ou que vivenciam no contexto migratório. Essa capacidade reduzida é o resultado da interação de fatores individuais, familiares, comunitários e estruturais.

Vítima de tráfico de pessoas: pessoa vítima de recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça, uso da força ou outras formas de coerção, rapto, fraude, engano e abuso de poder, ou de uma posição de vulnerabilidade, ou ainda da oferta ou recebimento de pagamentos e/ou benefícios em troca do controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração.

Criança migrante desacompanhada: criança migrante separada dos dois pais e de outros parentes, sem um adulto responsável por cuidar dela, por lei ou costume.

Criança migrante separada: criança separada dos dois pais ou de seus cuidadores anteriores, legais ou costumeiros, mas não necessariamente de outros parentes.

Solicitante de refúgio: pessoa que está aguardando a decisão de sua solicitação da condição de refugiado.

Refugiado: pessoa que, temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país; ou ainda que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao temor, não quer voltar a ele.

Apátridas: pessoas que não são titulares de nenhuma nacionalidade e também não são consideradas nacionais de nenhum estado. São populações que vivem em situação de apatridia e costumam sofrer grandes privações e perseguições. É possível ser apátrida e refugiada ao mesmo tempo.

Brasileiro retornado: brasileiros que tiveram o status de refugiados reconhecido por outro país e que retornam voluntariamente ao local de origem. Muitos dos que se encontram deslocados, necessitam apoio para repatriação.

Migrantes indígenas: são pessoas que estão particularmente expostas a situações de vulnerabilidade, como extrema pobreza, risco ambiental e dificuldades para conservar e exercer suas identidades e culturas.

Vítima de xenofobia: pessoas que são alvos de sentimentos de hostilidade, violências e ódio por serem estrangeiras ou consideradas estrangeiras.

O Protocolo ainda definiu princípios norteadores para o desenvolvimento da política de assistência aos migrantes e refugiados, conforme a seguir detalhados:

Não discriminação: a assistência deve ser fornecida aos migrantes em situação de vulnerabilidade sem discriminação ou preconceito com base em nacionalidade, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, capacidade, religião, raça, etnia, idioma, status social ou qualquer outra condição.

Enfoque em direitos humanos: os migrantes em situação de vulnerabilidade devem ser empoderados a fim de que possam entender e buscar os seus direitos, ao mesmo tempo que deve ser aumentada a capacidade dos prestadores de serviço de proteger, respeitar e garantir os direitos dos migrantes. A proteção e a assistência não devem depender de outros serviços, inclusive da aplicação da lei.

Autodeterminação e participação: Os migrantes devem ser empoderados a fazer suas escolhas e participar do processo de tomada de decisão em relação à proteção e à assistência recebida. Os serviços devem ser prestados em colaboração com os migrantes em situação de vulnerabilidade, e sua autonomia deve ser encorajada pelos indivíduos e pelas organizações provedoras de serviço.

Assistência individualizada: olhar garantido para as individualidades e para o coletivo reconhecendo que cada migrante tem experiências, vulnerabilidades e necessidades únicas, os serviços fornecidos devem ser, na medida do possível, adaptados a cada um. Isso inclui a garantia de que os serviços são apropriados à idade, ao gênero e à cultura de cada migrante em situação de vulnerabilidade – inclusive fornecidos no idioma de preferência – e adaptados às circunstâncias e ao contexto.

Responsabilização: os migrantes em situação de vulnerabilidade devem participar da avaliação da qualidade dos serviços providos. A opinião deles deve ser solicitada e utilizada para adaptar ou aprimorar os serviços, por meio da inclusão de sistemas e procedimentos de ouvidoria. Além disso, medidas de segurança devem ser colocadas em prática para garantir que

nenhum dano lhes ocorra durante a utilização dos serviços de assistência.

Assistência continuada: uma abordagem holística de assistência pressupõe o fornecimento abrangente de serviços até que todas as necessidades sejam supridas. Isso é fundamental em um sistema de gestão de casos em que os serviços de assistência são mapeados, acompanhados e monitorados, especialmente quando o migrante se desloca para outros lugares, incluindo retorno ao país de origem, realocação ou outros movimentos.

Consentimento livre e informado: antes de receber assistência ou acessar os serviços, os migrantes em situação de vulnerabilidade devem conceder a sua permissão de forma voluntária, conhecendo os riscos e benefícios potenciais. Inerente ao direito de consentir está o direito de recusar assistência. O consentimento deve ser avaliado durante todo o período em que a assistência é fornecida e pode ser dado em sua totalidade ou parcialmente; além disso, o acesso a um serviço não implica necessariamente o consentimento em relação aos outros.

De acordo com o Protocolo, a obtenção do consentimento é um processo que inclui o fornecimento de informações claras aos migrantes em situação de vulnerabilidade, a oportunidade de tirar dúvidas, a avaliação do entendimento da informação fornecida ao migrante e a confirmação e o registro documental do consentimento. Os formulários de consentimento são uma forma de documentá-lo; outra forma é a obtenção verbal do consentimento, que, porém, deve ser registrado de maneira segura e confidencial.

Alguns desafios para obter o consentimento podem aparecer, como barreiras linguísticas e de comunicação, afetando o entendimento dos serviços disponíveis e seus riscos e benefícios potenciais. Os gerentes de caso devem estar cientes disso e providenciar a informação da maneira mais clara e compreensível possível, a fim de evitar que o consentimento seja obtido tendo como base informações mal compreendidas.

A capacidade de dar consentimento também pode ser afetada por fatores como idade, gênero, condição física e psicológica, habilidade cognitiva e impacto das experiências prévias.

Ainda segundo o documento citado, medidas apropriadas devem ser tomadas para determinar:

Livre acesso: os serviços fornecidos aos migrantes em situação de vulnerabilidade devem estar disponíveis em qualidade e quantidade suficiente, ser cultural e socialmente viáveis, ser fisicamente acessíveis e não apresentar problemas de segurança. Os migrantes também devem estar cientes dos serviços disponíveis.

Sensibilidade ao gênero: garantir atendimento qualificado e humanizado, independente do gênero, pois, o impacto das experiências, vulnerabilidades e necessidades de gênero deve ser reconhecido e abordado de maneira apropriada durante a assistência.

Essa abordagem leva em consideração a discriminação baseada em gênero e promove a igualdade de gênero durante a assistência. Isso pode incluir que o gerente do caso seja do mesmo gênero do migrante, que sejam fornecidos serviços específicos para algum gênero, ou que haja serviços que abordem as desigualdades e discriminações.

Assistência centrada na criança e no adolescente: caso o migrante seja menor de 18 anos (por exemplo, menor não acompanhado ou com responsável legal), os princípios mencionados acima devem ser considerados paralelamente a procedimentos específicos relevantes. Entidades que fornecem assistência e proteção a migrantes em situação de vulnerabilidade devem ter procedimentos e políticas de salvaguarda para crianças e adolescentes.

Maria da Luz França Maia, com relação a legislação voltada para população migrante, informou que a Lei de Migração nº 13.445/2017, estabelece a implementação da política, conforme relata.

A Lei de Migração, estabelece a implementação da política. Só que, para isso, precisamos criar uma diretriz nacional, a conferência de Migração foi realizada com essa finalidade. Então, só assim nós podemos começar a fazer o nosso plano. Eu até fiz uma minuta do que poderia ser o início de um plano estadual. Que poderia já passar por dentro do comitê. Mas precisamos também construir na esfera nacional essas diretrizes, pois não tem só o Acre, eles vão para outros locais que precisam estar dentro de um plano nacional para recebe-los. Eu faço um plano estadual, mas se o Paraná, para onde o migrante quer ir, ou para o Rio Grande do Sul, não tiver, eles vão para onde? vai ser tudo de acordo com o plano. Por isso tem diretriz nacional, para a gente trabalhar. Então, o plano nacional vai dar diretrizes para o Brasil todo. Eles passam aqui, mas não vão ficar aqui a maioria. Se não tiver diretriz que ele seja acolhido lá no Sul, o meu plano vai ser falho, as pessoas vão ficar sem rumo quando saírem daqui. Então, a gente tem que fazer a coisa completa. É um quebra- cabeça, como fosse um tabuleiro que a gente tem que ir montando as coisas nessa construção. O plano nacional, tem que abarcar a possibilidade de integração em outros locais também. A partir do momento que eles estão no território brasileiro, o Estatuto da Criança e Adolescente tem que funcionar para criança migrante, como o Estatuto do Idoso para o idoso migrante. Estatuto de Igualdade Racial, diversidade religiosa e etc. O Sistema Único de Saúde vai ter que funcionar para o migrante como funciona para o brasileiro. Os direitos são garantidos, os direitos fundamentais, direito à vida, saúde, educação, convivência comunitária, familiar, quando se trata de criança, é a mesma coisa. Então, são coisas que a gente também tem que lutar para garantir. Porque o sentimento de nacionalismo, ele vai acabar resultando em sentimento de xenofobia e ações de violência contra essa população por acharem que o Brasil é nosso, não é deles. Então, esse sentimento de nacionalismo, causa a xenofobia e essa é a nossa luta. Para mostrar que as pessoas têm direito e que não vão ser discriminadas por conta de nacionalidade, de cor, de raça, de religião, essas coisas. Então, é uma luta que a gente tem, quando se faz educação em direitos humanos. (Maria da Luz, Informação verbal, 18 de abril de 2024).

O Estado do Acre, com o objetivo de oferecer um acolhimento aos migrantes, apátridas e refugiados, considera suas vulnerabilidades socioeconômicas, sendo este o principal fator indicativo dos serviços que devem ser ofertados. Assim, os provedores de serviços devem conhecer os tipos, a qualidade e a quantidade de serviços disponíveis que podem ser acessados

para atender às necessidades dos migrantes em situação de vulnerabilidade.

Com relação a documentação, a maior necessidade dos migrantes em situação de vulnerabilidade é o apoio para a regularização da sua condição migratória, assim como a solicitação de documentos que irão permitir acesso aos serviços e posteriormente, sua inserção no mercado de trabalho. Os que solicitam esse apoio documental recebem orientação sobre os processos formais e burocráticos exigidos para a devida regularização da condição migratória. Toda informação deve ser claramente transmitida aos migrantes, incluindo a probabilidade de que sua solicitação seja atendida e as consequências da recusa pela instituição, bem como qualquer recurso disponível em caso de recusa.

Os serviços de acolhimento institucional devem oferecer condições para acolher migrantes levando em consideração diversos aspectos (idade, sexo, orientação sexual, a identidade de gênero, tamanho da família, pessoas com deficiência, questões relacionadas à segurança e proteção) e podem ser ofertados por instituições governamentais e não governamentais. O ideal é que os serviços de acolhimento tenham estrutura física adequada para comportar um número significativo de migrantes/solicitantes de refúgio e que possuam efetivo de pessoal para orientar e administrar os serviços de acolhimento.

A alimentação fornecida nos serviços de acolhimento deve atender exigências nutricionais conforme a legislação e adequar-se às necessidades alimentares específicas (gestantes, idosos, crianças, adolescentes, motivos de saúde ou religiosos e etc.).

Os migrantes/solicitantes de refúgio em sua maioria estão em situação de vulnerabilidade, sendo necessário atendimento específico dos cuidados médicos bem como acesso ao fornecimento de medicamentos que devem ser oferecidos pelas instituições de saúde.

A educação para os migrantes em situação de vulnerabilidade é fundamental, eles devem ter acesso à educação formal e de acordo com suas faixas etárias. O ensino deve ser inclusivo, participativo e voltado para o estudante e para as necessidades pessoais do mesmo, os locais de estudo devem oferecer as condições físicas adequadas, além da segurança necessária (proteção contra discriminação aos migrantes), com a devida certificação documental comprobatória de sua situação escolar. A capacitação deve ser orientada para o mercado de trabalho em geral e oferecer condições para que ele venha exercer qualquer profissão que deseje (empreendedor, comerciante, trabalho formal, pesquisa, etc.).

Assistência Jurídica: Os operadores envolvidos com assistência jurídica devem encarregar-se de identificar a situação dos migrantes/solicitantes de refúgios, possibilitar o acesso à justiça e, se necessário, encaminhar os mesmos para os serviços assistenciais oferecidos por instituições públicas.

Os equipamentos disponíveis no Acre para referenciar os migrantes, apátridas e refugiados, descritos no Protocolo elaborado pelo Estado do Acre, buscam organizar a proteção social dessas pessoas em situação de vulnerabilidade no âmbito local. Busca-se, outrossim, estabelecer os fluxos de identificação, de acolhida, de regularização documental, de proteção social e de acesso à justiça.

De modo especial destaca-se, nessa rede, os instrumentos de proteção das Secretarias Municipais e Estadual de Assistência Social. O compromisso e a pactuação dos envolvidos na elaboração deste Protocolo é um exemplo de construção coletiva com o apoio do ACNUR e destaca o compromisso e responsabilidade social de várias instituições que visam a garantia de direitos e a preservação da dignidade das pessoas migrantes.

Assim, o Protocolo é um documento fundamental na garantia de direitos de migrantes, apátridas e refugiados, pois reúne vários instrumentos para garantia de direitos e acesso às políticas. Toda a rede de proteção está organizada num único documento (fonte e indicar o documento na referência), de forma a facilitar o acesso às políticas públicas e a mobilidade dessas pessoas, bem como o fortalecimento e atuação das instituições públicas e ONGs.

Se faz necessário organizar instituições e serviços no Protocolo Estadual, com atores estratégicos e suas responsabilidades, que atuam direta ou indiretamente com a população migrante, nas esferas municipais, estadual, federal, internacional e ONGs, informando suas respectivas competências. A finalidade é mapear e estreitar o diálogo com organismos de assistência aos migrantes, refugiados, apátridas, vítimas de tráfico de pessoas e brasileiros retornados, que em nível local são os beneficiários deste documento. Neste instrumento se espera reunir o maior número de parceiros e organizações (rede de atendimento) para as quais se poderá referenciar os migrantes de acordo com suas especificidades e necessidades de forma individual ou coletiva com o fim de garantir os direitos, a dignidade e a mobilidade dessas pessoas.

4.2 O acesso a programas sociais pelos migrantes no Estado do Acre

Uma ação necessária para a participação das famílias imigrantes em programas sociais é a sua inscrição no Cadastro Comum Federal de Programas Sociais (Cadastro Único). O cadastro unificado é uma ferramenta que pode ser utilizada para identificar e caracterizar socioeconomicamente as famílias pobres que vivem no país. Através desta base de dados é possível saber quem são, onde estão e quais as características, necessidades e oportunidades mais importantes da parte mais pobre e vulnerável da população. O acesso a programas sociais

é um dos fatores determinantes para fixação do migrante no Estado do Acre. Além disso, o Cadastro Único também é utilizado para selecionar beneficiários de mais de 20 programas sociais, por isso é importante que todas as famílias pobres de imigrantes sejam cadastradas. O cadastramento é feito exclusivamente pelos municípios por meio do CRAS ou de outros pontos especiais de cadastro.

Os benefícios são assistência adicional e temporária concedida a indivíduos e famílias em caso de nascimento, morte, invalidez temporária e infortúnio geral. São oferecidos como bens, serviços ou dinheiro para contingências aleatórias associadas a períodos atípicos na vida das pessoas, geralmente devido ao acaso ou a circunstâncias inesperadas, também oferecidos para migrantes.

O programa Auxílio Brasil foi um programa de transferência direta e indireta de renda voltado para famílias migrantes que vivem na pobreza e na extrema pobreza em todo o país, criado em agosto de 2021, sendo substituído pelo Programa Bolsa Família em março de 2023, ainda em vigor após o término do Governo Bolsonaro. Além de proporcionar às famílias um rendimento básico, o programa visa integrar as políticas nacionais e promover dignidade e cidadania. Este programa substitutivo do Bolsa Família foi criado pela Lei Federal nº. 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

O Cadastro Único para Programas Sociais (Cad-Único) é um registro administrativo destinado à "identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda" (Brasil, 2007). Foi estabelecido em 2001, por meio do Decreto nº 3.877, com o propósito de monitorar famílias e indivíduos para evitar possíveis sobreposições entre os beneficiários de programas sociais.

Para manter os dados atualizados, as pessoas inscritas são orientadas a revisar seus dados cadastrais, no mínimo, a cada dois anos ou sempre que houver alterações na situação das famílias (Camargo et al., 2013). Contudo, devido à natureza voluntária da atualização, a defasagem das informações representa uma das principais fragilidades do CadÚnico. Outra limitação da base de dados refere-se à presença de inconsistências decorrentes de erros no preenchimento, considerando o CadÚnico como um registro administrativo (Batista; Sergei, 2013).

No que tange à abrangência do cadastro para imigrantes internacionais, ainda não foram conduzidos estudos abrangentes sobre esses dados. Além disso, alguns pesquisadores identificam inúmeras barreiras para a integração dos imigrantes à rede socioassistencial brasileira (Harrop, 2018). Assim, conforme entrevistas realizadas com imigrantes que são beneficiários do Bolsa Família, afirmaram que a política de transferências de renda, influencia

diretamente na decisão de permanecer no estado do Acre, conforme relato abaixo:

Em entrevista M.F.P.V, mulher venezuelana, 23 anos, relatou que entrou pela fronteira, passou muitas dificuldades com sua filha, sofreu com a ação dos coiotes, para reencontrar seu marido que já estava residente na cidade de Rio Branco. Chegando em Rio Branco, trabalhou como vendedora ambulante nos semáforos da cidade e atualmente é do lar e beneficiária do Bolsa Família, que ajuda com suas despesas.

Tenho 23 anos, e eu sou da Venezuela, da cidade de Puerto Ordáz, o maior motivo, foi a situação de crise do meu País, está com uma dificuldade até na comida, que eu acho muito importante, lá não tem comida, e quando tem é muito cara, que é 20 dólares, que é um salário lá. Então a situação está difícil, e eu pensei muito em minhas filhas, pois eu já tinha minha primeira filha, e eu imaginei que ela não teria um bom futuro lá. Eu entrei de forma ilegal no Brasil, entrei pela fronteira, pelo mato, passei por Santa Helena, que faz parte de Venezuela, e depois entrei para Pacaraima, e depois Roraima. Então tive que fazer muitas coisa, e depois que cheguei em Roraima, peguei um carro, e me lavaram para um hotel, pois naquele tempo, havia muitos problemas com os venezuelanos, e com a Polícia Federal, e então a Polícia, não deixavam entrar ilegal. Tive que caminhar durante uma hora de Santa Helena para Pacaraima, e depois para Boa Vista. As maiores dificuldades para mim, é a questão da segurança, pois a vida e da minha filha estava em minhas mãos né, e éramos somente nós duas, e um Coiote. Precisávamos dele, pois pagamos ele, para ele mostrar o caminho certo para seguir. Ele nos guiou por todo o caminho, e para mim era difícil pois eu não sabia se confiava nele ou não, e minha filha tinha somente 3 anos naquele tempo, estava todo tempo no meu colo. Ele me cobrou R\$ 600,00 somente para atravessar, nos dois trajetos a pé, pelo mato, e depois o carro me cobrou R\$ 500,00, para me levar até Boa vista. E lá parei na minha prima, e depois segui viagem. E os dois eram brasileiros. E teve um momento também que fui roubada, pois efetuei o pagamento de um coiote e ele disse que eu não paguei para ele então perdi meu dinheiro. Gastei mais do que o previsto né, pois gastei também com comida, alimentação era o principal, então só nesse trajeto, para chegar em Boa Vista, foi R\$1.500,00. Tinha uma pessoa, que é venezuelana e que me indicou, e ele que me direcionou, no trajeto na mata, e era bem ruim, porque no mato você não poderia fazer barulho, e teria que ir com uma roupa bem estranha, e todo o trajeto foi realizado durante o dia. Era muita floresta, o único que dava para ver descampado era o caminho, e durante o trajeto gastei 2 duas horas e meia só andando, e quando peguei o carro foram 4 horas, já tinha a ideia de vir para o Acre, quando pegou o ônibus em Boa Vista, pois meu esposo já estava aqui, e ele trabalhava aqui. Eu não poderia esperar, pois meu marido estava aqui, e eu estava com minha filha, e então eu tomei a decisão de fazer esse trajeto, que durou 3 dias e meio, vindo direto para Rio Branco, Acre. Foi um trajeto bem difícil, tive muito medo, mas quando cheguei em Rio Branco, me senti muito tranquila, e já tinha a certeza que as coisas iriam melhorar (M. F. P.V Entrevista oral, Rio Branco, 01/07/2024).

De acordo com o relatado pela migrante, pode-se perceber os grandes desafios e perigos no percurso até se atravessar a fronteira, pois ficam totalmente vulneráveis nas mãos de coites, sendo submetidos a todo tipo de violências como: física, psicológica, financeira e sexual. O migrante quando chega na fronteira, extremamente abalado emocionalmente, necessita receber um atendimento humanizado como: um local para se abrigar, emissão de documentação, médico, psicológico, remédios e etc., para ter condições de permanecer no estado ou seguir viagem.

Para tirar a documentação, foi fácil, pois tive apoio da Cáritas, e meu esposo já

conhecia essa fundação, e meu esposo me direcionou para lá, e lá foi bem fácil em menos de um mês eu já tinha tudo, até o cartão do SUS, eu solicitei residência, pois já tinha a certeza que queria ficar aqui, pois meu esposo já tinha autorização de residência, por mais que não fossemos casados, mas eu fiz minha solicitação separado, daí a nossa filha também teve residência. Bom, para a retirada do cartão do SUS, eu tive problema, creio que foi discriminação, pois a mulher não queria tirar meu cartão ela disse que não poderia, pois faltava o RG, sendo que pode sim tirar só com o CPF. Então eu tive muitos problemas com isso, mas depois de muita demora eu consegui tirar. E através dessa documentação, consegui entrar no Bolsa Família, depois de um bom tempo, em dois meses saiu o resultado, foi bastante rápido, e até hoje recebo o valor de R\$ 767.00, (M.F.P.V Entrevista oral, Rio Branco, 01/07/2024).

Um dos maiores anseios do migrante quando chega em uma nova cidade, é a busca por emprego, pois precisam de recursos para manterem a si e suas famílias, por isso aceitam qualquer tipo de trabalho, como relata a entrevistada.

Atualmente somente meu marido trabalha, mas eu já trabalhei vendendo balinhas no semáforo, durante 9 meses, ali na Av: Ceará. Na Venezuela trabalhava em um centro comercial, em um lugar que arrumava telefones, tenho cursos na área, e tenho meu ensino médio completo, meu esposo não concluiu, ele trabalhava no que tinha, pois era bem difícil ter oportunidades lá, igual tem aqui, então às vezes limpava um quintal, aqui o primeiro emprego dele foi em uma empresa de plástico. Nosso sonho, de ter uma casa própria, uma estabilidade, um trabalho, e tudo isso pensando na nossa filha, pois ela não merecia passar por tudo que estava acontecendo na Venezuela, boa parte da minha família está no Peru, que acho que eles vêm para cá, minha mãe e irmã, e meu pai está nos Estados Unidos. Aqui é muito bom, e isso motiva a continuar, pois agora tenho minha casa, e agora minha filha tem sua casa, e lá na Venezuela seria mais difícil. Na verdade não, eu penso muito em ficar aqui, com meu esposo e minha família, pois meu esposo já tem um trabalho estável, e temos a casa nossa, e eu quero muito que ele abra um negócio próprio, trabalhe para ele mesmo. Ele faz entrega e descarga, ele é ajudante. Eu morei um ano e meio alugado, eu pagava aluguel, na 6 de agosto, e bem fica. Nossos pastores, deram para nós ficar nessa casa, pois meu esposo estava sem trabalho, mas aí meu esposo conseguiu trabalho, em um lugar fixo, com carteira assinada, e aí foi quando a gente falou que queria comprar essa casa deles, e até então temos 3 meses com essa casa, que conquistamos com nosso dinheiro. (M. F. P.V Entrevista oral, Rio Branco, 01/07/2024).

Outro aspecto extremamente difícil é lidar com a xenofobia, existem pessoas que discriminam o migrante pelo fato acharem que essas pessoas representam uma ameaça, ressaltando que configura crime, previsto na Lei de Migração, “art. 3º Inciso IV, não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional”.

Já ameaçavam chamar a polícia para nós, alegando que não temos documentação, para que nós fossemos embora, mas é porque ele é pintor de veículos, e minha filha é asmática, e eu mantenho a porta fechada, então tivemos esses problemas. Hoje minha filha está na primeira série. E está indo bem, às vezes uma professora fala que ela estava com comportamentos estranhos, então não sei se é a professora, mas me dizem que ela fica inquieta, que é imperativa, mas mês que vem, vou leva-la em acompanhamento psicológico, neurológico, para verificar se é ela que está certa, ou minha filha é um pouco hiperativa mesmo. Em casa, ela é muito tranquila, não dá trabalho e me ajuda muito, na escola ela acompanha normalmente os alunos e os professores, então é isso. (M. F. P.V Entrevista oral, Rio Branco, 01/07/2024).

Com o intuito de compreender melhor a dinâmica de acolhimento ao migrante internacional nas cidades fronteiriças, realizamos também entrevistas com 03 servidores públicos, que atuam na Secretaria de Estado, Assistência Social e Direitos Humanos do Acre - SEASDH, ressaltando que uma das servidoras é migrante, enriquecendo ainda mais a pesquisa. Entrevistamos ainda uma funcionária que atua em uma organização que realiza atendimento humanitário, a Cáritas do Brasil.

Os entrevistados expuseram pontos de grande relevância para a presente pesquisa, pois atuam diretamente com a população migrante, conhecendo como funciona a rede, os fluxos, a legislação, os organismos de atendimento e os entraves que ainda existem para que o atendimento possa ser mais humanizado e justo.

Primeiramente conversamos com Maria da Luz França Maia, Gestora de Políticas Públicas, chefe do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado, Assistência Social e Direitos Humanos do Acre - SEASDH, que relatou

a necessidade de criação de sistemas de coleta de dados desses migrantes, que atualmente são realizados de forma isolada por cada instituição que atende e acompanha essa população.

Estamos trabalhando na criação do observatório de direitos humanos para levantamento de dados seguros sobre os migrantes no Estado do Acre, considerando que ainda não temos dados concentrados sobre número de residentes. Queremos também fazer a capacitação dos municípios para orientar os migrantes e queiram fixar residência, para que compreendam seus direitos fundamentais, focando inclusive na integração local. Isso é importante em vários aspectos como saúde, educação, trabalho e uma vida digna (Maria da Luz França Maia, Gestora de Políticas Públicas, Chefe do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado, Assistência Social e Direitos Humanos do Acre - SEASDH, 2023).

Considerando que o Estado do Acre tem se constituído como um local onde o migrante tem fixado residência por longo termo, a entrevistada expôs que o Estado tem planejado algumas iniciativas para contribuir com a população migrante residente no Estado.

Como o Acre é um local com poucas oportunidades é sem atrativos pretendemos fazer oficinas com as instituições e empresas, para poder sensibilizar, tendo em vista que as vezes, as empresas têm medo de contratar migrantes, pensam que a legislação trabalhista é outra, pode ser um complicador em alguma coisa nesse sentido. Então, chegamos a fazer uma oficina com algumas empresas, mas não teve muito resultado. Pensando nessa integração local das pessoas, nós chegamos a fazer capacitação para a polícia, Defesa Civil, para que possa ter um olhar também de inclusão dessas pessoas diante de situações como calamidade, enchente, essas coisas. A gente tenta fazer um trabalho educativo nesse sentido, e a gente pretende fazer um trabalho junto com as agências da ONU também, com relação a essa integração local. (Maria da Luz França Maia, Gestora de Políticas Públicas, chefe do Departamento de Proteção e Defesa dos

Direitos Humanos da Secretaria de Estado, Assistência Social e Direitos Humanos do Acre - SEASDH, 2023).

Com relação a inserção do trabalhador migrante no mercado de trabalho formal ou informal e se o Estado tem estrutura para continuar abrigoando essas famílias, a entrevistada relatou que:

Infelizmente, eu não tenho essa informação para você, de saber se eles estão no mercado de trabalho formal ou no informal, porque é certo que tem as duas coisas. Tem até pessoas em situação de rua, às vezes, que fazem a coleta para poder ir adiante. Acontece de tudo, pode ter as duas. Eu não tenho dados sobre isso. E aí, é como eu te disse, a gente está buscando criar uma estrutura para, pelo menos, sensibilizar e capacitar as equipes locais para que possam estar trabalhando e buscando. Em Rio Branco, a partir do comitê, já direcionamos para que as pessoas pudessem estar se apropriando sobre essas questões de inserção laboral, mercado de trabalho e tudo. Mas, logicamente, nós, enquanto defensores de direitos humanos, vamos fazer as orientações para o trabalho formal, porque a gente não quer que as pessoas corram risco de trabalho escravo, análogo à escravidão. A gente não quer que as pessoas, por serem imigrantes, sejam menos remuneradas fazendo a mesma coisa, que não tenham carteira assinada. Então, toda a nossa orientação que a gente vem a fazer é para o trabalho formal ou que as pessoas criem sua autonomia, também a partir de trabalho autônomo. (Maria da Luz França Maia, Gestora de Políticas Públicas, chefe do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado, Assistência Social e Direitos Humanos do Acre - SEASDH, 2023).

4.3 Migrações Temporárias e de Longo Termo no Estado do Acre

A migração que ocorre com frequência na fronteira acreana, onde migrantes de diversas nacionalidades entram, permanecem e saem em direção a outros estados é que fundamentamos a pesquisa deste 3º capítulo, nos dados do Relatório Anual da OBMigra 2023 e no relatório da Pastoral do Migrante e Cáritas Regional, que registrou em 2023 a existência de aproximadamente 60 famílias migrantes, nas cidades de Brasiléia e Etipaciolândia, totalizando 240 pessoas residentes e na cidade de Rio Branco, cerca de 100 famílias, totalizando 400 pessoas.

Durante a pesquisa encontramos dificuldades para localizar dados sobre a população migrante residente no Estado do Acre, no entanto, foi possível utilizar as informações fornecidas por instituições como a Cáritas que acompanha a população migrante residente nos municípios de Rio Branco e Brasiléia, bem como os dados do relatório da OBMigra, para se considerar que o Estado, não se caracteriza apenas como um corredor migratório, mas também como um lugar de longo termo para muitos migrantes.

Realizamos 01 (uma) entrevista com uma família imigrante venezuelana de longo termo, residente na cidade de Brasiléia, há 6 (seis) anos, composta por 4 pessoas, pai, mãe e dois filhos, que saíram da Venezuela por questões financeiras. Essa família decidiu migrar juntos e quebrar o paradigma da migração, que ocorria por parte de apenas um membro da

família. Conforme dados da Seds (2014) e Sejudh (2013, 2014), onde os primeiros imigrantes vindos para o estado do Acre eram todos homens e jovens. Realizamos ainda entrevistas com três 03 (três) trabalhadores informais, que têm suas lojas localizadas dentro do Mercado Municipal de Brasília

Iniciamos a entrevista com o senhor F. J. G. R., de 52 anos de idade, engenheiro mecânico, que relatou que escolheu essa rota via fronteira acreana, mas a intenção não era ficar no Brasil, era trabalhar alguns meses e voltar para a Venezuela, indicando que sua permanência na cidade de Brasília não foi planejada. As dificuldades linguísticas foi uma das maiores barreiras encontradas, pois como não entendiam a língua portuguesa não conseguiam se comunicar da forma esperada, tão pouco expressar suas necessidades.

Com relação a área profissional, relata que ficou apenas alguns dias desempregado, conseguindo um emprego informal como vendedor, mas atualmente abriu seu próprio negócio em sua área de formação, uma oficina mecânica ao lado de sua casa, com uma rotina de trabalho de 8 horas diárias, conseguindo rendimentos em média de R\$ 2.000,00 (dois mil), por mês.

Eu sou venezuelano, tenho 52 anos e sou engenheiro mecânico, sai do meu país por questões financeiras, política, alimentação, medicina tudo isso. Escolhi essa rota mais a intenção não era ficar no Brasil, era trabalhar alguns meses e voltar para Venezuela, o percurso foi difícil né. No Peru trabalhamos dois anos para conseguir dinheiro para as passagens , e aí chegamos no Acre e começamos a trabalhar de novo, não tivemos contato com coitoes. não precisamos, pois tínhamos documentação. A chegada foi difícil porque o dinheiro era pouco. Mais tenho conhecimento que os coitoes cobram para o destino que tu vais chegar, a maior dificuldade foi pagar diária na hospedagem para quatro pessoas. E outra parte é do idioma, poderia dar curso, com apoio da escola pública, universidade, para venezuelano, haitiano, boliviano já ajuda né. Quando cheguei aqui fiquei pouco tempo desempregado apenas dias, porque sou engenheiro mecânico, agorita faço mecânica por minha conta. Estou no mercado de trabalho informal, trabalho 8 horas, às vezes tiro R\$ 1.800,00 reais a R\$ 2.000,00, por mês, trabalhei em Eptaciolândia na Nilcar e na Dom Porquito, de carteira assinada mais é pouco pra quem paga aluguel, não tem casa própria, paga luz, alimentação. Imigrante e brasileiro ganham igual, decidi vim para o Acre para ter uma melhor vida, para mim para minha família, já vamos cumprir quase 6 (seis) anos de Acre, aqui é tranquilo, pacífico, é mais fácil de viver. Pretendo permanecer no Acre, então por agora quero ficar no Acre. (F. J. G. R., Entrevista oral, Brasília, 30/05/2024).

Em seguida conversamos com sua esposa, a senhora D.M.C.P., Técnica em segurança do Trabalho, venezuelana, relatou que escolheu o estado do Acre pelo bom acolhimento de que ouviram falar, ressaltando o grande apoio da Cáritas do Brasil, Projeto Orinoco e Europeia. Atualmente trabalha no mercado formal, com carteira assinada, mas não teve oportunidade de trabalhar na sua área de formação, está na área de serviços gerais de um mercado local, conforme Fotografia 5, trabalhando 8 horas por dia, durante 6 dias e as vezes faz horas extras. Recebe um salário mínimo, no valor de R\$ 1.412,00 (mil, quatrocentos e doze reais) e não pensa

em sair do Acre.

Sou venezuelana, agradeço a você a Universidade as pessoas que tomam seu tempo de vir para cá, por fazer esse tipo de estudo. Saí do meu país pela situação econômica, escolhi o estado do Acre pelo acolhimento que havia aqui, decidimos ficar aqui. Eu venho do Peru, porque lá estava passando muita necessidades, estou há 5 anos aqui no Brasil. Encontrei muitas dificuldades com a língua né, tem muita gente que nos ajudam. Minha adaptação foi muito boa, ficamos em um hotel em Assis Brasil, por duas semanas, e tivemos que esperar um documento que veio da Venezuela, aí um taxista nos ajudou a vir para Brasiléia e aí meu esposo conseguiu emprego, aí ficamos três meses na pousada e depois já alugamos nossa casa. A Cáritas, era um único grupo de apoio que tinha aqui na Brasiléia, depois vieram Orinoco, Europana que nos ajudaram muito. Depois consegui um trabalho na Bolívia, porque aqui no Brasil eu não entendia nada. Atualmente estou trabalhando, eu não trabalho com carteira assinada uns 6 meses. Eu sou técnica em segurança do trabalho, quando cheguei aqui fui trabalhar como auxiliar de limpeza, eu trabalhei para empresa Dom Porquito, e hoje trabalho com carteira assinada, limpando o chão. Depois que cheguei no Acre não consegui trabalhar ainda na minha área, por não entender o idioma, não consigo fazer relatório, não sabia falar, e pedi pra ficar na limpeza. Trabalho 8 horas por dia, às vezes faço horas extras e recebo por isso né, mais tenho folgas. Meu objetivo é porque aqui tem oportunidade de trabalho e uma melhoria como ser humano, está bem, está bem em minha casa, aqui é muito bom, com meus filhos, meu esposo, não pretendo sair do Acre, eu não me mudo de Acre. (D. M.C.P. Entrevista oral, Brasiléia, 30/05/2024).

FOTOGRAFIA 5: Local de trabalho da migrante - Armazém Paraíba



Fonte: trabalho de campo realizado em Brasiléia (AC), Maio, 2024.

Conversamos também com a filha do casal, F.A.G.C., venezuelana, 19 anos, quando chegou no Acre, ficou desempregada, mas estudando e agora trabalha em uma empresa de produtos alimentícios, empresa do ramo de abate e comércio de aves, com carteira assinada, trabalha 8 horas por dia, durante 6 dias, recebendo um salário mínimo, no valor de R\$ 1.412,00

(mil, quatrocentos e doze reais). Seu maior objetivo é fazer uma universidade, e não pensa em sair do Acre, somente para passear.

Sou venezuelana, sai do meu país pela má situação, escolhi a rota por ser mais fácil, Colômbia, Equador, Peru, Acre. Viemos de ônibus, as maiores dificuldades foi o alojamento muito complicado, ficamos numa pousada a princípio tinha dinheiro pra pagar. A maior dificuldade foi o português, quando cheguei no Acre, fiquei desempregada só estudando e agora trabalho no corte da Acre Aves, com carteira assinada, trabalho 8 horas por dia, entro as 8h e saio as 15h, faço horas extras que compensam, recebo R\$ 1.400,00. Não vejo diferença do meu salário para dos brasileiro. Meu maior objetivo é estudar na universidade, formar meu próprio futuro aqui no Acre, já estou há 5 anos aqui no Acre, aqui é muito mais tranquilo, já tem uma vida, tem trabalho graças a Deus, não penso em sair do Acre, somente para passear. (F.A.G.C. Entrevista oral, Brasília, 30/05/2024).

O filho do casal F. J. G.C., venezuelano, 18 anos, estudante, conforme Fotografia 6, relatou que as maiores dificuldades que ele sentia era com o idioma e a cultura, ficou dois anos estudando. Atualmente é bolsista voluntário da Cáritas, ajudando com a orientação e documentação dos imigrantes e seu objetivo é ter uma vida mais plena e tranquila e pretende ficar no estado do Acre. Vale ressaltar que auxiliou na tradução das entrevistas com outros imigrantes.

Sou venezuelano, sai do meu país juntamente com minha família por motivos econômicos, escolhemos essa rota porque era uma das mais fáceis, pra depois voltar pra Venezuela, mas como nos achou que o Acre era mais tranquilo, nós decidimos ficar. Nós passou Colômbia, Equador, Peru e nós passou por Assis Brasil até chegar aqui em Brasília. As maiores dificuldades são econômicas, porque quer as coisas e não tinha como pagar. As maiores dificuldades seria o idioma e a cultura, no início foi o idioma e a compreensão, em algumas coisas tinha que ser mais devagar, fiquei dois anos só estudando. Eu sou bolsista voluntário da Cáritas, ajudo com a orientação e documentação dos imigrantes que vão pra algum lugar. Meu objetivo é ter uma vida mais plena e tranquila, já estamos aqui há quase seis anos. Eu pretendo ficar no estado do Acre. (F.A.G.C. Entrevista oral, Brasília, 30/05/2024).

FOTOGRAFIA 6: Migrante entrevistado no seu local de trabalho



Fonte: trabalho de campo realizado em Brasiléia (AC), Maio, 2024.

Atualmente, passados 6 (seis) anos a referida família encontra-se 50% no mercado formal, considerando que a mãe e a filha trabalham com carteira assinada, o pai tem uma oficina mecânica e o filho é bolsista da Cáritas. A situação econômica da família foi apontado como um dos principais motivos para não migrarem para outros estados ou países.

Tivemos oportunidade também de conversar com três 03 (três) trabalhadores informais, que têm suas lojas localizadas dentro do Mercado Municipal de Brasiléia, uma estrutura que não tem tido grandes investimentos por parte do Governo municipal, conforme relatos dos entrevistados.

O Sr. R.G.E.Z., explica que passava muitas dificuldades em seu país, faz mais d 15 anos que mora aqui no Brasil, conseguiu manter seus filhos que moram no Peru proporcionando educação e conseguiu ajudar toda sua família, mesmo ficando sozinho em Brasiléia, mas outros peruanos o incentivaram a ficar no Brasil. No início encontrou muitas dificuldades com o clima e algumas doenças, mas conseguiu se firmar como comerciante de produtos naturais do Brasil e no Peru. Quando chegou no Brasil, ficou desempregado por quase um ano, pois é fotógrafo profissional, mas com a modernidade dos celulares, não conseguiu se sustentar com sua profissão. Trabalha de 6 a 8 horas, de segunda a sábado. Conforme relata:

Os motivos de vim pra cá, foi econômico e familiar. Passava muitas dificuldades então vim para cá, faz muito tempo, faz mais de 15 anos. Aí aqui no Brasil consegui ter um pouco mais de facilidade econômica. Porque tenho filhos lá no Peru e os mantinha daqui, proporcionei educação e estudo. Lá no Peru a coisa estava feia, muito feia, por conta da crise econômica. Por isso migrei para o Brasil, por aqui, e graças a Deus tive a oportunidade de melhorar um pouco mais economicamente. Conseguindo ajudar a minha filha. Não só a minha filha, mas também a minha mãe, pois ela é viúva. Bom, eu queria vir para o Brasil, mas meu pensamento era ir para Manaus, porque tinha um que facilitaria, tinha tios brasileiro, era peruano-brasileiro. Aí vim por aqui, por Porto Maldonado, Cusco, porque tinha também um amigo peruano que estava fazendo a rodovia Interoceânica naquela época. Aí então me trouxeram por aqui e me jogaram aqui. Pois como eu não conhecia, me jogaram aqui. Então fiquei aqui sozinho na Brasília. Graças a Deus naquela época tinha muitos peruanos aqui trabalhando como ambulante e que me disseram: “Por que vai embora? Fique aqui.” E então fiquei e eles me ajudaram. E então me acostumei e fiquei aqui, vim de carro. A maior dificuldade encontrada no percurso foi que, como sou comerciante informal, camelô, trabalhei como camelô, vendendo produtos naturais do Brasil e do Peru. Às vezes o negócio não é bom, às vezes vende, outras não. Aí veio a pandemia e todo o comércio caiu. Por isso acho que precisamos dessa ajuda de vocês, vocês que estão ajudando por esse motivo, não?! A maior dificuldade de quando cheguei aqui no Acre... Bom, nunca havia morado na Amazônia, zona de mata, eu sou da costa do Peru, tipo assim, como digo, tipo São Paulo, no litoral. Aí para vir para cá foi difícil me acostumar com o clima, pois é muito, muito quente, quente demais. E além disso, também há algumas doenças que eu não estava acostumado... E outra dificuldade foi econômica também. Pouco a pouco fui me acostumando com o clima e também tinha que me esforçar para ficar aqui. Já havia saído do meu país e não queria ter que retornar para lá com as mãos vazias. Então fiz o esforço para permanecer aqui. E como falei, meus compatriotas peruanos também me ajudaram e me incentivaram a permanecer no Brasil. (R.G.E.Z.. Entrevista oral, Brasília, 30/05/2024)

Em entrevista com o sr. G.P.S., 70 anos de idade, explica que trabalha como barbeiro, mas não que exercer essa profissão que aprendeu com seu pai, quando tinha 18 anos, por isso estudou contabilidade. Relata que depois que começaram as alagações, teve sua casa destruída, no momento está no abrigo, está bastante traumatizado, mas não pensa em sair do Brasil.

Eu sou transparente, não se preocupe. Uma das razões é sentimental, o meu casamento. E outra, bom, eu gosto de navegar pelo planeta Terra, gosto de viajar. Meus filhos já são adultos, são independentes. Bom, eu sou barbeiro, certo? Essa é uma profissão que aprendi com meu pai quando tinha 17, 18 anos. Eu dizia “Não serei barbeiro, não”. Eu saí do Peru faz mais de 20 anos e saí em uma condição delicada, por estava em busca de um emprego, o que é difícil por conta da minha idade não havia muitas opções. Surgiu então uma vaga no comércio, mas não dizia para onde seria. Então eu teria que sair de Lima e fui então para Puerto Maldonado. Era uma época que havia bastante trabalho. Então questionei: Para onde irei? disse então: não quero saber mais da minha pátria. Não tinha ressentimento, então fui até à Iberia (companhia aérea). Havia trabalho, mas não havia movimento. Então decidi me preparar, com meu passaporte, tudo legalizado. Havia decidido que iria cruzar a fronteira. Então cruzei a fronteira, encontrei um companheiro brasileiro, de quem tenho boas recordações, me recebeu muito bem, com muita hospitalidade. Em Lima se aprende mais coisas ruins do que boas. Então estava meio preparado para tudo (Risos). Bom, estou aqui, nesse mercado(barbearia), há mais de 15 anos. Não me queixo dos primeiros anos.

Em entrevista com a sra. D.B.M., 42, boliviana, relatou que faz 8 anos que mora no

Brasil com as filhas e que foi muito boa a adaptação, não houveram muitos problemas, trabalha como costureira autônoma há bastante tempo, durante 6 dias na semana, por 6 horas, no Mercado Municipal de Brasília, conforme Fotografia 7. Relata ainda que faz um esforço para permanecer na cidade de Brasília, por causa da sua filha que quer seguir uma carreira e deseja apoiá-la. Apesar de algumas dificuldades que os entrevistados enfrentaram no início da mudança para o Brasil, hoje encontram-se consolidados no mercado de trabalho informal e não querem migrar para outros estados.

Eu tenho um problema de um acidente, faz tempo, de um acidente. Então eu sempre venho para o Brasil fazer a troca da prótese. Faz 8 anos que a gente mora aqui, a minha filha vive desde pequena aqui também. Foi muito bom pra gente, para mim e para a minha família, pois tenho duas filhas. Então foi muito boa a adaptação, não houve problema. Eu sou costureira. Sou autônoma, trabalho 6 horas, porque naquele tempo (quando migrou) minha filha estava pequena, agora já está estudando. Então agora o esforço que faço para permanecer aqui é por causa da minha filha que quer seguir uma carreira e vou apoiá-la. E por esse motivo não posso ir embora e deixá-la assim. E também porque ela nunca estudou na Bolívia, desde pequena começou a estudar aqui. Faz 8 anos. Não pretendo sair do Acre. (D.B.M. Entrevista oral, Brasília, 30/05/2024)

FOTOGRAFIA 7: Local de trabalho - Mercado Municipal de Brasília



Fonte: trabalho de campo realizado em Brasília (AC), Maio, 2024.

Por fim, em nossa pesquisa de campo em Brasília conversamos com J.M.M.A, um imigrante venezuelano que tem como profissão chefe de cozinha, com 38 anos, conforme fotografia 8, que também relata as dificuldades com o idioma e como suas habilidades como chefe de cozinha o ajudaram a conseguir logo um emprego, ficando desempregado apenas 15

dias, trabalha 8 horas por dia durante seis dias e tem um dia de folga, ou seja, jornada 6X1, recebendo um salário mínimo (valor no momento da entrevista) e o que mais gosta é a tranquilidade e paz do local, não pretendo sair do Acre.

Sou venezuelano, sai de meu país porque tive muitos problemas econômico né, chegando aqui tive muitas dificuldades com idioma né, muitas pessoas me ajudaram, fiquei desempregado 15 dias e já estou trabalhando há 6 meses, como chefe de cozinha, na Pousada Floresta, a princípio não conseguia trabalhar na minha área, que é chefe de cozinha, com carteira assinada. Trabalho no restaurante, 8 horas por dia, durante seis dias e um dia de folga, não fazemos hora extra, recebo um salário mínimo e não vejo diferença do meu salário para os outros. O que mais gosto é a tranquilidade...a paz. Não pretendo sair do estado do Acre não. (J.M.M.A. Informação verbal, Brasília, 30/05/2024).

FOTOGRAFIA 8: Local de Trabalho do Migrante - Restaurante e Hotel Floresta

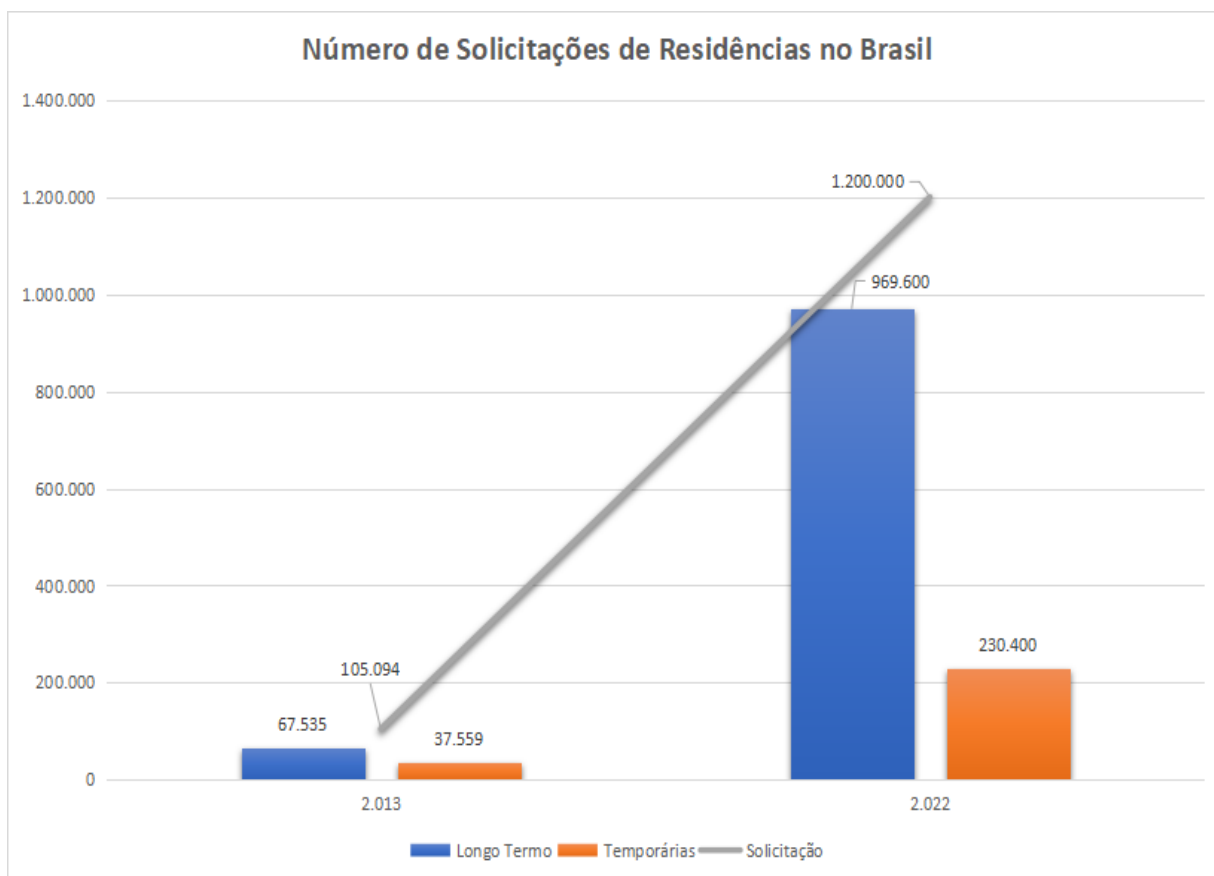


Fonte: trabalho de campo realizado em Brasília (AC), Maio, 2024.

Assim, os migrantes de longo termo são aqueles que, via de regra, espera-se que permaneçam no país por 12 meses ou mais, ao passo que para os temporários a expectativa é a de que a presença no Brasil, de um modo geral, seja inferior a esse período de tempo. Em 2013, a Polícia Federal registrou 105.094 solicitações de residência, sendo 67.535 de longo termo e 37.559 temporárias no Brasil. Passados dez anos, o volume de registros de residência passou a 1,2 milhão, mais de dez vezes o observado no início do período analisado, sendo que a participação dos migrantes de longo termo passou de 64,2% para 80,8%, sugerindo que no

projeto migratório dessas pessoas o Brasil figure como lugar escolhido para sua moradia, conforme Gráfico 3. (Cavalcanti; Oliveira; Silva., 2022, p. 24).

Gráfico 3: Número de solicitação de residência de longo termo e temporário no Brasil



Fonte: OBMigra 2023, a partir dos dados da Polícia Federal, organizado pela Autora.

Existe uma complexidade de definição entre o que é migração temporária e migração definitiva, e a respeito Almeida e Baeninger (2011) defendem a necessidade de estudar os espaços onde circulam os indivíduos e situá-los na família ou na sua rede de relações sociais. (Almeida; Baeninger, 2011, p. 12).

Por fim, realizamos uma entrevista com H. C., cubana, 31 anos, que relatou sua trajetória até chegar no estado do Acre pela fronteira acreana, em função de seu esposo ser preso político, tendo de fugir do governo cubano. Saíram de Cuba, foram para Trinidad Tobago, com o nascimento da filha, permaneceram 3 anos no local, aguardando para ir para os EUA, sem sucesso fizeram um longo percurso enfrentando muitas dificuldades, até chegar no Acre. Conforme relato:

H. C., Cubana, 31 anos, meu esposo era preso político cubano, ou seja nós tivemos

que fugir do governo cubano, na verdade quando nós saímos de Cuba, fomos para Trinidad Tobago, a ilha que fica ao lado da Venezuela, na época que nasceu a minha filha, moramos 3 anos aguardando para ir para os E.U.A, é porque lá não acolhe imigrantes, tem um escritório da ONU, ACNUR que faz intermediação entre os imigrantes que estão na ilha e o ato comissionado das Nações Unidas, para refugiados em Washington DC. Um processo para te reconhecer como refugiado, aí tu tens que aguardar um tempo para que disponibiliza 5 vagas de famílias, que não são parte da Convenção de Genebra. Aí saímos por conta própria, porque lá como não faz parte da Convenção de

Genebra não dão documentação o trabalho é ilegal não tem direito a nada, não tem direito nem a respirar, é fato. Então, nós decidimos sair por isso, fomos para os Estados Unidos só que depois que chegamos decidimos ir para o Uruguai, uma vez que chegamos ao Brasil, mas não tínhamos dinheiro e decidimos ir para o Peru, aí viemos pro Acre. Eu saí de Trinidad Tobago, fui para Guiana Inglesa e em Guiana Inglesa fiz a travessia, por Bonfim ali em Roraima, Boa Vista para Manaus, Manaus de barco até Porto Velho e de Porto Velho para Rio Branco de ônibus. (H.C. Informação verbal, Rio Branco, 20/06/2024)

A imigrante H.C. expôs quais foram as maiores dificuldades quando chegou no Estado do Acre, que sofreu muito pois não teve orientação de como emitir seus documentos ou conseguir um abrigo. Conforme relato:

As maiores dificuldades na época que eu cheguei no Acre, foi a falta de acolhimento, eu fui no escritório de direitos humanos no Acre, que era a SEJUD, e foi orientado que não tinham recursos para ajudar, a Pastoral do imigrante não existia, a Cáritas só tinha uma casa, porém não recebia quase imigrante. Aí, quando eu cheguei na casa tinha mais 15 adultos senegaleses, 7 crianças, em uma casa de 2 quartos, vou ficar aqui também não, aí nós falamos para S. Laje, somos gratos por sua ajuda mais onde fica a igreja. Aí me enviaram para o direitos humanos, aí Laje me levou com o Padre Marcos, da Paróquia Santa Cruz, no Irineu Serra, aí o Padre Marco, me falou da casa da Carita, que tinha só uma família de venezuelanos, aí então fiquei na casa de Cáritas. Aí quando começou um tempo depois entrei em crise, minha filha ficou doente, completamente desidratada, foram 5 dias de barco, ela não queria comer, era um bebe, não tava tendo alimentação e ficamos numa crise, o padre nos ajudou, nos acolheu maravilhosamente bem, e por ele que eu decidi ficar em Rio Branco. Eu fiquei dois meses na casa, chegou um casal lá e me ofereceu emprego e eu aceitei, aí no prédio que eles moram, em um residencial, contrataram meu esposo, como serviços gerais, aí então a minha filha, pedi ajuda e coloquei ela na creche, aí ela foi aceita e comecei a trabalhar. Hoje sou servidora Pública na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, especificamente na Diretoria de Direitos Humanos. Acho que fiquei dois meses desempregada, logo consegui um emprego de empregada doméstica, chegou a pandemia fui demitida, não tinha carteira assinada, fiquei uns 6 ou 7 meses sem emprego em plena pandemia, porque meu tio chegou de Cuba, o sobrinho do meu esposo pra ficar na minha casa e só meu esposo trabalhando, até que eu fui chamada primeiro para Prefeitura e depois para o Estado. (H.C. Informação verbal, Rio Branco, 20/06/2024).

Atualmente H. C. é servidora pública na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, especificamente na Diretoria de Direitos Humanos e acadêmica de direito, é engenheira informática e pós-graduada em Recursos Humanos.

Hoje sou acadêmica de direito, sou engenheira informática e pós-graduada em Recursos Humanos. Hoje eu sou chefe da Divisão de Proteção a Vítima e Testemunhas Ameaçadas de morte, hoje não trabalho com os migrantes, trabalho em cargo comissionado formal, com contrato de trabalho. Dou suporte na questão migração, porque fui técnica na unidade de referência e na questão de tráfico de pessoas. Trabalho das 7 às 14h, sem intervalo, de segunda a sexta feira. Com um salário de R\$ 3.100,00 (três mil e duzentos reais), Cargo Comissionado Classe 3. Agente saiu do meu país porque meu esposo era preso político, era perseguido politicamente, cumpriu até prisão, por está contra o governo cubano, corria até risco de vida. Então meu objetivo em vir para Brasil, Rússia, China pra qualquer um país era sobreviver ter liberdade e ter melhorias de vida, esse objetivo em qualquer país. No Acre eu fui bem acolhida aqui, em Manaus o povo não te acolhe. No Acre o povo te acolhe. Hoje eu tenho muito orgulho de mim, sai do meu país com 22 anos, sozinha no mundo, em Trinidad Tobago, é o inferno na terra, você imagina tudo o que a bíblia fala do inferno é Trinidad Tobago, é muito difícil a travessia, com uma mala para nós três, e a maioria das coisas é para minha filha. Eu lembrava que tirava a calcinha e lavava, eu era ninguém, eu lembro quando eu cheguei pela primeira vez aqui no Acre em Rio Branco, eu tinha uma caixa com prato, colheres, um colchão no chão, eu não tinha mais nada, e hoje eu sou reconhecida no Acre na imigração, reconhecida pela minha diretora como uma de suas melhores servidora, inclusive na política extremamente difícil que ninguém conseguiu dar conta eu dei conta, sou acadêmica de direito com uma bolsa integral, paga minha faculdade, pois não tenho condições de pagar, que é uma faculdade sem fronteira que dão curso para os migrantes, participei de curso de português e fiz o ENCEJA, eu passei no CEPIGRAD, ai me ajudaram nesse curso lançaram o edital, com 20 vagas para todo país. Sou acadêmica de direito e servidora pública, eu não sou rica e não vivo melhor que ninguém, mais tenho conquistado meu espaço. Desde 2018, vivo aqui, gosto do Acre porque é pequeno, não gosto de estados grandes, onde tu tens que pegar 10 ônibus para chegar em um lugar e um povo acolhedor e o trabalho foi o diferencial. Eu cheguei a abrir duas casas de migrante com doações e como voluntária. Não pretendo sair do Acre de jeito nenhum, pois não vou perder minha bolsa de estudo. (H.C. Informação verbal, Rio Branco, 20/06/2024).

Portanto, a atividade laboral a qual estão ligados é condição fundamental para fixação nas referidas cidades por longo termo, ou seja, por mais de 01 (um) ano, uma vez que com o salário recebido tem conseguido suprir suas necessidades e de suas famílias, com perspectivas de melhorias, ressaltam ainda na maioria o sentimento de segurança e tranquilidade que encontraram aqui.

O Estado do Acre tem se tornado um local de longo termo do migrante internacional, o lugar onde depositam suas esperanças por melhores condições de vida, em busca de suprir suas necessidades na área de saúde, educação, social e segurança dentre outras. Assim, ao entrarem em território acreano um protocolo é acionado para atendimento de seus direitos, ressaltando que nem sempre suas necessidades são atendidas, ainda por falta de estrutura e políticas públicas eficazes para afastar qualquer tipo de violação de direitos, inerentes ao migrante. O grande embate é combater a xenofobia e garantir os direitos do migrante na mesma proporção de igualdade com os nacionais, que conforme conversas com os servidores que trabalham no atendimento e acolhimento ao migrante, podemos identificar

avanços e dificuldades que enfrentam os migrantes que entram, permanecem ou saem

do Estado do Acre.

É possível destacar que, por mais que exista uma rede de apoio para abrigar e alimentar essa população, as oportunidades ainda são muito escassas, pois existe a necessidade de políticas públicas quanto a integração desses profissionais ao mercado e o reconhecimento de suas formações, para que possam trabalhar em sua área de atuação. Assim, o grande desafio do Estado do Acre é ultrapassar a barreira linguística, capacitando e integrando esse migrante ao mercado de trabalho, proporcionando assim, o seu desenvolvimento profissional e social. Os relatos das mulheres migrantes ressaltam a sua força e resistência diante dos desafios, às impulsionando a buscar novos territórios, sendo o que justifica o aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração internacional abordada através desta dissertação se propõe esclarecer que o Estado do Acre não é apenas um corredor migratório, mas também um local de residência para uma parcela pequena desses imigrantes. Nesse sentido, a pesquisa foca no período de 2010 a 2024, tempo em que acontece o evidente fenômeno das migrações haitiana, venezuelana, bem como, de outras nacionalidades, que ocorrem através da fronteira acreana nas cidades de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, recebendo um grande fluxo de pessoas, devido uma série de motivações sendo a principal a necessidade de melhores condições de vida.

Inicialmente, o Brasil, bem como o Estado do Acre, têm se transformado em um destino de migrantes do Sul global, considerando avanços com a implementação da nova Lei de Migração nº. 13.445/2017 e acordos firmados internacionalmente. No cenário regional, o Estado do Acre avançou devido a criação do CEAMAR - Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados e de um protocolo, que conta com a participação de instituições governamentais e organizações da sociedade civil, visando fortalecer as ações de suporte e proteção aos migrantes e refugiados, com o grande desafio de fazer com que o migrante tenha seus direitos garantidos na mesma proporção de igualdade com os nacionais.

Outro aspecto que favoreceu as migrações pela fronteira acreana foi a Rodovia Interoceânica, pois liga o Brasil ao Peru, tornando-se rota escolhida por milhares de imigrantes. Porém, essa trajetória, não está livre das ameaças dos “coiotes” que cobram altos valores para transportá-los até os locais desejados, colocando o migrante em situação de tráfico humano, se configurando como uma problemática que exige colaboração internacional para extinguir essas organizações criminosas, através de ações eficazes de fiscalização e garantia dos direitos humanos a todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Assim sendo, a presente pesquisa sobre as dinâmicas migratórias na tríplice fronteira acreana, demonstra um panorama complicado, que envolve aspectos econômicos, sociais e políticos, definindo-se como rota utilizada pelo migrante internacional, devido à sua posição estratégica e melhor acessibilidade, em vista de outros países que instituíram duros obstáculos para a entrada de imigrantes. Porém, esse contexto exige uma melhor estruturação das políticas públicas, visando proporcionar segurança no percurso utilizado e acolhimento com dignidade, para os imigrantes que entram e permanecem por longos termos no estado.

Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a dinâmica da migração internacional no Estado do Acre entre os anos de 2010 e 2024, com ênfase na imigração de haitianos e venezuelanos, bem como compreender a inserção desses migrantes no mercado de

trabalho e os fatores que os levam a permanecer na região a longo termo. De maneira mais ampla, buscou-se compreender e analisar como os imigrantes internacionais estão, ou não, firmando permanência no Estado do Acre e como se dá a inserção deles no mercado de trabalho local, o que foi possível através da abordagem e análise dos aspectos sociais, econômicos e culturais que envolvem esses processos.

Dessa forma, com relação aos dados utilizados na pesquisa coletados do Observatório das Migrações-OBMigra e da Cáritas Brasileira, considerando que ainda não temos dados consolidados gerados através de um sistema no Estado, uma vez que às informações são levantadas de forma descentralizada por cada secretária, de acordo com as necessidades de cada órgão ou organização.

Nesse sentido, no ano de 2010, chegava mais de 37 imigrantes, todos homens e jovens, já nos anos de 2011 e 2012, os números foram de 1.175 e 2.225 imigrantes, respectivamente. No ano de 2013, os números aumentaram consideravelmente com a chegada de 10.779 haitianos à região. A tendência de crescimento continuou, e estima-se a passagem de mais de 31 mil imigrantes pela fronteira acreana até dezembro de 2014 e entre 2010 e 2022, estima-se que mais de 44 mil pessoas, entre haitianos e migrantes de outras nacionalidades, entraram no Brasil pelas fronteiras do Acre. No entanto, apesar de estarmos em uma área de faixa de fronteira, onde o Estado poderia estar mais atento aos movimentos migratórios, por não serem fenômenos novos ou passageiros, havendo a necessidade de um plano de contingência eficiente visando uma abordagem sistemática para atendimento do migrante.

Ademais, quando o migrante entra no Estado do Acre, o seu primeiro objetivo é conseguir um trabalho, para suprir suas necessidades e de suas famílias. Um dos aspectos que dificulta a entrada do migrante no mercado de trabalho é o desconhecimento da língua e a discriminação contra esse trabalhador, que apesar de muitas vezes ser extremamente capacitado não encontra espaço para desenvolver suas competências. A mobilidade e a plasticidade do trabalho são processos que marcam suas vidas, pois necessitam garantir sua subsistência e de sua família, se submetendo a aceitar empregos que não garantem direitos e não respeitam suas necessidades, mediante a uma falsa flexibilidade das condições de trabalho.

De acordo com a pesquisa, os imigrantes se inserem tanto no mercado formal quanto no informal, conforme suas necessidades e oportunidades. O mercado formal é sempre o mais procurado pelo migrante, por oferecer direitos, proteção e estabilidade, no entanto, as exigências e a concorrência são maiores, o que se configura como um desafio a ser vencido. Ocorre, que muitas vezes, o migrante possui a formação e a qualificação, mas não consegue validar seus documentos para atuar no Brasil.

No entanto, no mercado de trabalho informal, o migrante se insere com mais facilidade, pelo fato da flexibilidade, podendo trabalhar geralmente no comércio com a venda de roupas, comidas, bijuterias, eletrônicos e etc. Porém, não existe a garantia de direitos inerentes ao trabalho, bem como, proteção e segurança. Podemos dizer, então, que a plasticidade do trabalho faz parte da vida do migrante, na maioria das vezes por motivo de sobrevivência, aceitando realizar qualquer tipo de trabalho, por uma remuneração que supra suas necessidades e de sua família.

A partir das entrevistas e análises dos dados coletados, foi possível compreender a dinâmica da migração internacional no Acre, evidenciando que os fluxos migratórios foram impulsionados por crises humanitárias nos países de origem, sobretudo no Haiti após o terremoto de 2010 e na Venezuela em decorrência de sua instabilidade sociopolítica e econômica. O estudo revelou ainda que o Estado do Acre, devido à sua localização geográfica e políticas de acolhimento, desempenhou papel central no acolhimento inicial desses migrantes.

No mesmo viés, ao analisar a inserção dos migrantes no mercado de trabalho no Estado do Acre, ficou claro que nos municípios de Brasília e Rio Branco os migrantes enfrentam desafios significativos, como barreiras linguísticas e restrições de qualificação profissional. No entanto, muitos encontraram oportunidades em setores como comércio e serviços informais, contribuindo ativamente para a economia local.

Desse modo, ainda relacionado aos objetivos iniciais da pesquisa, identificou-se fatores que explicam a permanência dos migrantes a longo prazo no Acre, como a inserção no mercado de trabalho, a regularização migratória promovida por políticas públicas e a percepção de segurança e estabilidade em comparação com seus países de origem. Essas condições foram decisivas para que muitos optassem por reconstruir suas vidas na região.

Outro fator importante ao longo da pesquisa é a situação da mulher migrante, considerando que sua atuação no mercado de trabalho tem crescido no período de 2010 à 2023, demonstrando a relevância das mulheres no mercado de trabalho no Brasil e no Estado do Acre. Através dos relatos de migrantes, podemos evidenciar os diversos desafios enfrentados para entrada e adaptação no mercado de trabalho, uma delas ressaltou como sua vida mudou quando conseguiu entrar no mercado formal, para outro, mesmo não conseguindo se inserir no mercado formal, ficou na informalidade no ramo do comércio, com a venda de sanduíches naturais e atualmente encontra-se consolidado no mercado informal, com muitos clientes, demonstrando determinação diante das adversidades encontradas.

Assim, concluímos através dos relatos dos entrevistados, que o Estado do Acre necessita de políticas públicas que auxiliem na integração do migrante no território em que está inserido,

bem como, possibilite o conhecimento da língua portuguesa através de cursos e qualificação profissional. Além das questões trabalhistas, o fortalecimento da rede de apoio, também é de fundamental importância para garantir a melhoria da qualidade de vida do migrante. Destacado a importância dos mecanismos de proteção das Secretarias Municipais e Estadual de Assistência Social na rede de apoio, para assegurar os direitos dos imigrantes e refugiados, sempre que necessário acionando o protocolo como um recurso essencial, para acesso às políticas públicas.

Nesse contexto, os desafios enfrentados pelo migrante na região da faixa de fronteira acreana, também se apresenta como um lugar de oportunidades. Assim, recebendo apoio, orientação e capacitação, são oportunidades que proporcionam sua subsistência, como também contribuir com sua comunidade local. O Estado do Acre ainda precisa avançar nas iniciativas de atendimento ao migrante, mas com a grande demanda de imigrantes no estado tem se consolidado como estado que tem experiência no acolhimento dessa população.

As casas de passagens e entidades como a Cáritas Brasileira que atuam na acolhida, integração e proteção de migrantes e refugiados, tem desenvolvido um papel importante no atendimento e acolhimento de migrantes que não tem recursos financeiros e parentes no estado do Acre. No entanto, com o aumento dos fluxos migratórios, os recursos financeiros tem sido insuficientes para o atendimento dessa população.

Em entrevista com servidores que atuam no atendimento ao migrante, foi enfatizado que é necessário estabelecer parcerias estratégicas entre governo, organizações não governamentais, universidade e o setor privado, visando gerar oportunidades de emprego para a população migrante, através de cooperação para desenvolver programa de capacitação, para que possam se integrar no mercado de trabalho local, seja formal ou informal, bem como, possam aproveitar habilidades e experiências que trazem consigo. Essa atitude cooperativa também auxilia para o desenvolvimento econômico regional, no sentido de se beneficiar dos conhecimentos e habilidades desenvolvidas nas diversas áreas do mercado de trabalho local.

Assim, as empresas também podem se favorecer dos conhecimentos que os trabalhadores migrantes oferecem, com essas iniciativas, é fundamental que as empresas sejam sensibilizadas sobre os benefícios da contratação de migrantes, mas que sejam oferecidos incentivos, para apoio de tal ação. Ademais, oferecer um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso é essencial para valorização e garantia dos direitos do migrante. Portanto, essa parceria proporciona um ambiente onde todos saem ganhando, promovendo a inclusão social e o crescimento econômico sustentável. Essa atuação pode servir de modelo para outros estados, criando um ciclo onde o migrante sinta-se incluído na comunidade local, com direitos

garantidos e sua cultura respeitada.

A análise das entrevistas dos migrantes do ponto de vista da mobilidade e plasticidade do trabalho, demonstram como isso ocorre na vida dessa população, revelando que esses conceitos são de suma importância para compreender a dinâmica migratória, de homens e mulheres, que juntamente com suas famílias chegam no Estado do Acre, pela fronteira, oriundos de condições bastante precárias. Considerando ainda, que a mobilidade está relacionada à capacidade do migrante se movimentar de um território para outro e se ajustar a novos cenários, em contrapartida a plasticidade do trabalho está relacionada à maleabilidade em se adequarem a diferentes funções e espaços de trabalho.

O perfil do migrante que ultrapassa as fronteiras acreanas e que hoje é residente de longo termo no Estado do Acre, como podemos observar através de seus relatos nas entrevistas realizadas, são pessoas altamente resilientes e determinadas a alcançar seus objetivos, que mesmo desenvolvendo atividades em condições inferiores às suas qualificações profissionais, não desistem.

A mobilidade é um fator presente na vida do migrante, pois se dispõe a migrar para outros estados dentro do mesmo país em busca de oportunidades de emprego, sendo o que ocorre com aqueles que não se integram no mercado de trabalho no Estado do Acre, essa disposição é um ponto positivo pois em regiões mais desenvolvidas consegue absorver esse trabalhador.

No entanto, a plasticidade envolve a capacidade de desenvolver novas habilidades e ocupações, se adaptando em diversas áreas profissionais, considerando que muitos dessa migrantes trazem conhecimentos que podem ser utilizados em diversas áreas, tendo em vista diante das necessidades se adequarem com facilidade no mercado de trabalho seja formal ou informal, permitindo que busquem novas oportunidades. Destaca-se ainda que, durante o período da pesquisa, somente uma imigrante integra o serviço público estadual, ocupando cargo na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Por outro lado, tanto a mobilidade, quanto a plasticidade pode tornar-se destrutiva a partir do momento que o capital passa a explorar esse trabalhador, submetendo-o a cargas de trabalho exaustivas, ambientes insalubres, salário indigno, tolhendo direitos que lhe são garantidos por lei. Portanto, torna-se urgente e essencial políticas públicas bem definidas e claras, que promovam a inserção e a segurança jurídica de cada trabalhador migrante.

Assim, permite-se evidenciar com a presente pesquisa que o Estado do Acre, tornou-se um local de longo termo para o migrante internacional, tendo no ano de 2010, a migração em massa de haitianos e no ano de 2022, os venezuelanos, todos em busca de um único ideal,

melhorar suas vidas e de suas famílias, sendo o trabalho, condição fundamental para se fixarem por longo termo no Estado.

O Acre se mostra um lugar acolhedor para migrantes, mas precisa de fato implementar políticas públicas que se cumpram de forma a proteger os direitos dessa população. As migrações de longo termo, diferente das temporárias expõe necessidades diversas que precisam ser ajustadas e implementadas com estratégias eficazes que alcancem essas pessoas, o que se pode comprovar através das entrevistas é que as políticas públicas, protocolos e fluxos, ainda se mostram insuficientes diante da grande demanda de imigrantes que ultrapassam as fronteiras todos os dias.

Para que o Acre se transforme em um espaço ainda melhor para receber a população migrante, é necessário investimentos em infraestrutura, qualificação profissional para humanizar ainda mais o atendimento, abrigos compatíveis com a demanda, fortalecimento da rede de atendimento e parcerias estratégicas entre o estado, município, empresas e demais organizações.

Assim, confirma-se o Estado do Acre não apenas como uma rota de passagem, mas como um local de permanência de longo termo para homens e mulheres migrantes, que vêm se inserindo no mercado de trabalho e tem encontrado seu espaço para desenvolver seu potencial profissional e habilidades seja com trabalho formal ou informal, permitindo assim, suprir suas necessidades e de sua família, o Acre tem aberto oportunidades para recomeçar suas vidas.

Nesse contexto, torna-se urgente e necessário estratégias para se atender as diversas demandas que surgem, afinal são pessoas com as mais variadas culturas e necessidades, frente a uma estrutura pequena, como a do estado e municípios. Apesar do Estado do Acre já ter avançado em diversas frentes como: criação de comitê, qualificação, elaboração de fluxos e protocolos, ainda existe um caminho a se trilhar com passos mais rápidos na melhoria dos serviços de atendimento ao migrante, pois seja qual for o motivo, catástrofes ou crises políticas, o Acre necessita está preparado para receber essa população.

Enfim, o fenômeno da migração internacional tem diversos desdobramentos que transformam a vida de todos, dessa forma a Amazônia Sul ocidental tem sido palco para esse fenômeno extremamente complexo, no qual o Estado do Acre faz parte. Sendo assim a pesquisa compreende que a configuração do Estado do Acre, apenas como um corredor migratório esta ultrapassada, pois há de se considerar os migrantes que se fixam no estado a longo termo, pois ignorar aqueles que permanecem, seria uma tentativa de invisibilizá-

REFERÊNCIAS

ACRE, Secretaria de Estado de de Assistência Social e dos Direitos Humanos - SEASD (AC). **Protocolo Estadual de Assistência aos Migrantes, Apátridas e Refugiados do Estado do Acre**. 2023.

ALBUQUERQUE, G. R.; MORAIS, M. J.; MIRANDA, E. M.; PEREIRA, C.; JOSEPH, H.. **Entre palavras proféticas e enunciações do corpo: história, silenciamentos e táticas de sobrevivência elaboradas em diásporas haitianas**. 2023. Tese (Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade) - Universidade Federal do Acre.

ALMEIDA, L. P. **Questões de gênero e a necessidade de políticas públicas na região de fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia**. Ebook Chile: Território(s), Género, Trabajo y Políticas Públicas en América Latina. São Paulo, 16-27.

ALVES, José. **A Revolta dos Trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia**. 2014. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2014.

ALVES, José; THOMAZ JUNIOR, Antonio. **A migração do trabalho para o complexo hidrelétrico Madeira**. In: ANAIS DA XIII JORNADA DO TRABALHO, 1, 2012, Presidente Prudente. Anais eletrônicos. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000142012000100032&lng=pt&nrm=abn. Acesso em: julho de 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAGÃO, T., & SANTI, V. (2018). **Somos migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima**. Aturá: Revista Pan-Amazônica de Comunicação, 2(1), Jan.-Abr., 136-156.

ARAÚJO, K. A., FONTOURA, F. C., & ALMEIDA, L. P. (2017). **Migração, território e trabalho de mulheres latino-americanas**. São Paulo: Ebook Chile: Território(s), género, trabajo y políticas públicas en América Latina, jan., 139-150.

BASTOS, F. H. C., & MAGESTE, L. (2018). **Migração internacional qualificada e política migratória no Brasil (2000-2017)**. Conjuntura Austral, 9(48), Out.-Dez., 72-97.

BAUMAN, S. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, (Carlos Alberto Medeiros, Trad.), 2017.

BECKER, B. K; MIRANDA, M; MACHADO, L.O. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1990.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática – Série Princípios, 1991.

BECKER, Bertha K; SANTOS, Milton. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

BÓGUS, L., & FABIANO, M. L. “O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios”. *Ponto e Vírgula*, (18), 126-145. 2015

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Faixa de fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira** (PDF). Brasília: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais, 2009.

BRASIL. **Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira**. Brasília: GTI, 2010

BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania. Áreas críticas de segurança pública na faixa de fronteira. In: **Segurança pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016b.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Coordenação Geral de Imigrações**. Portal de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Resumo%20Executivo%2005.12%20-%20final.pdf Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. **Guia De Atendimento A Migrantes Internacionais No Âmbito Do Sistema Único De Assistência Social (SUAS)**. OIM, Agência da ONU para as Migrações. 2022.

CAVALCANTI, L. (2014). “**Imigração e mercado de trabalho no Brasil: Caracterização e questões teóricas**”. In: Cavalcanti, L., Oliveira, A. T., & Tonhati, T. (Orgs.). *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Coleção Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, Cap. 1, 11-22.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, T; MACÊDO, Marília; PEREDA, L. **Imigração e Refúgio no Brasil. A inserção do migrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal**. Observatório das Migrações Internacionais. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

GAYOSO, C. F. **Espaços latino-americanos: comunicação, interculturalidade e cidades da fronteira Brasil-Bolívia**. 2013. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação, Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Trad. Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa, 1977.

GHIZZO, M. R; ROCHA, M. M. **Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas ciências humanas**. Espaço Plural, local? ano IX, n.18. jan/jun, 2008.

GIANEZINI, Kelly et al. **Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI**. Revista de Políticas Públicas, vol. 21, núm. 2, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Bertrand Brasil, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). **Censo Demográfico 2010 de Mato Grosso do Sul**. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>.

JAKOB, A. A. E. **A migração internacional recente na Amazônia brasileira remhu - Rev. Interdiscip.** Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 249-271, jul./dez. 2015.

JARDIM, T. D. M. (2017). **“A lei migratória e a inovação de paradigmas”**. Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, 12(12), dez., 17-46.

KILIMNIK, Z. M., NETO, S. P. S., & REIS, J. A. (2015). **“Empregabilidade e reinserção no mercado de trabalho: um estudo com profissionais com experiência internacional”**. Gestão.org, 13(2), 93-102.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 22a ed. 2006.

LEITE, M. (2019). **“Imigrante ganha marmita com pedaços de vidro e é levado para hospital em RO”**. Uol Notícias, Abr. 8. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/08/imigrante-ganha-marmita-com-pedacos-de-vidro-e-e-levado-para-hospital-em-ro.htm>.

MACHADO, Lia Osório; et al. **O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica**. In: Tito Carlos Machado de Oliveira (Org.) Território sem limites. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS. Grupo Retis/UFRJ; NUREG/UFF. 2005. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/pesquisa/limites-e-fronteiras-internacionais/o-desenvolvimento-da-faixa-de-fronteira-uma-proposta-conceitual-metodol%C3%B3gica/#.YBX2r8B8Wko#ixzz6l51EqmUk>.

MAMED, Leticia Helena; DE LIMA, Eurenice Oliveira. **Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil**. RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP, v. 10, n. 1, 30 nov. 2016. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2636/2046>.

MAMED, Letícia Helena; DE LIMA, Eurenice Oliveira. **Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira**. Novos Cadernos NAEA, v. 18, n. 1, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2079/2672>.

MARTINE, G. (2005). **“Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21”**. São Paulo em perspectiva, 19(3), Jul.-Set., 3-22.

MARTINS, I. M. M. **Por uma geografia das migrações: estratégias de mobilidade e permanência em imigrantes haitianos**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

MARTINS, José de Souza. **O Problema das Migrações e da Exclusão Social no Limiar do Terceiros Milênio**. In: MARTINS, José de Souza. A Sociedade vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 119-137.

MARX, K. **A lei geral da acumulação capitalista**. In: MARX, K. O Capital. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b. Livro 1, v. 2, cap. 23, p. 713-823.

MILESI, R., & LACERDA, R (Orgs.). **Políticas públicas para las migraciones internacionales: migrantes y refugiados**. Brasília, 2007.

MORAES, I. A., DE ANDRADE, C. A. A., & MATTOS, B. R. B. (2013). **A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios**. Conjuntura Austral, 4(20), 95–114. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.35798> Acessado em 28 de setembro de 2023.

MORAIS, M. J., et. al. **Dinâmicas fronteiriças: o estado do acre como corredor da migração internacional**. Ciência Geográfica - Bauru - XXIV - Vol. XXIV- (3): Outubro – 2023.

MOURA, R.; CARDOSO, N. A.; VACCARI, L. S. **Aglomeraciones transfronteiriças no Sul do Brasil: entre a porosidade e o controle ostensivo**. In: MORAIS, M. da P.; COSTA, M. A. (Org.). Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. 1. ed. Brasília: Ipea, 2010. l. 6, v. 2. p. 683-714

NETO, Dival Vieira de Araújo (2023). **Migração Venezuelana em Tempos de Pandemia de Covid-19 na Amazônia Sul Ocidental: O caso dos imigrantes indígenas warao na cidade de Rio Branco (ac)**. Dissertação (Dissertação em Geografia). Rio Branco, AC: Departamento de Geografia, Universidade Federal do Acre, Brasil.

NOLASCO, C. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Oficina do CES, 2016.

OLIVEIRA, M. G. (2008). **A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade**. Dissertação (Dissertação em Geografia). Brasília, DF: Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasil.

OLIVEIRA, Susana Damasceno de. **Evidências da construção da figura do imigrante qualificado no Brasil: uma leitura a partir da Lei 6.815/80**. Orientador: José Walter

Nunes, 2014. Dissertação (Mestrado). Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Repositório UnB. Brasília, 2014. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18081/1/2014_SusanaDamascenodeOliveira.pdf.

OLIVEIRA, V., Brandão, I., & Costa, E. (2018). **“Protesto de brasileiros após morte de pintor exige expulsão de venezuelanos e fechamento da fronteira em Roraima”**. G1 Roraima, Set. 8. Recuperado de
<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/08/brasil-eiros-fazem-manifestacao-em-boavista-apos-morte-de-pintor-e-cobram-expulsao-de-venezuelanos.ghtml>.

OLIVEIRA, T.; TONHATI, T. Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil In: VENDRAMINI, Célia Regina. **A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético**. Revista Katálisis. Espaço Temático: fronteira, migrações, direitos sociais e serviço social. v. 21, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802018000200239&script=sci_arttext&tlng=pt.

OLIVEIRA, T.; TONHATI, T. Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.
 Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

PATARRA, N. **“Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais”**. Estudos Avançados, vol. 20, n. 57, Mai/Ago 2006.

PATARRA, N. L. **“Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volume, fluxos, significados e políticas”**. São Paulo em Perspectiva, 19(3), 23-33, 2025.

PEREIRA, A. P. S. **“A imigração venezuelana em Roraima e o risco da explosão demográfica. Estadão Política”**. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-imigracao-venezuelana-em-roraima-e-o-risco-da-explosao-demografica/> Ago. 2018.

PERÉZ, E. R. (2008). **Empregabilidade: versões e implicações. Uma leitura desde a Psicologia Social. (Tese de Doutorado)**. São Paulo, SP, Brasil: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado: incluindo noções de direitos humanos e direito comunitário**. 9. ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

QUAINI, Máximo. **Materialismo Histórico e Geografia**. In.: Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRÍGUEZ, R. (2018). **Saiba tudo sobre o Pacto Global para Migração**. ONU New: Dez.8. Recuperado de <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>.

ROSA, R. C. (2019). “Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas”. Brasília: Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana, 27(55), Abr.,199-206.

SAYAD, A. **O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante**. Revista do Migrant, CEM. Ano XIII, número especial, jan. 2000.

SEGUY, Franck (2014). **A catástrofe de janeiro de 2010, a ‘Internacional Comunitária’ e a recolonização do Haiti**. Tese de Doutorado (Sociologia). Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; MARQUES, Renato de Oliveira. **O Papel das Cidades-Gêmeas da região Norte brasileira na articulação do comércio exterior**. Caderno de Geografia, PPGGeo PUC Minas, v. 30, n. 60, p. 128-151, jan./mar. 2020.

SINGER, Paul. **Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: Paul Singer. São Paulo, 2018.

SOUZA, F. B., & ALMEIDA, L. P. “**Migração de retorno: fator de conflitos pessoais e familiares**. Conflits en territoires hispanophones, lusophones et francophones”, (6), 13-20. 2015.

VENDRAMINI, C. R. A. (2018). “**A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético**”. Revista Katál., 21(2), Mai.-Ago., 239-260.

VIEIRA, A. R. “**Os desafios da Psicologia no contexto contemporâneo da migração e as políticas públicas no estado do Paraná**”. In I Seminário sobre Direitos Fundamentais e Democracia. Anais do I Seminário sobre Direitos Fundamentais e Democracia. Curitiba: Autor, mar. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista de imigrante

ROTEIRO DE ENTREVISTA DE IMIGRANTE

Parte I – Identificação

Data: ____/____/____

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Nacionalidade: _____

Parte II – A dinâmica da imigração internacional no estado do Acre

1. Qual o seu local de origem?
2. Qual o motivo da saída de seu país de origem?
3. Porque você escolheu a rota do Acre?
4. Qual o percurso realizado para chegar até o estado do Acre?
5. Quais as maiores dificuldades encontradas no percurso?
6. Ao chegar no Acre quais as maiores dificuldades enfrentadas?
7. Como foi o processo de adaptação na região? O que foi mais difícil no início?

Parte III - A inserção do imigrante no mercado de trabalho do estado do Acre

1. Está trabalhando?
2. Quanto tempo está ou ficou desempregado no Acre?
3. Qual sua profissão?
4. Qual função está desempenhando?
5. Está vinculado (a) a alguma empresa?
6. Está inserido (a) no mercado de trabalho formal ou informal?
7. Qual sua rotina de trabalho?
8. Quantas horas você trabalha e quantos dias ?
9. Faz horas extras?
10. As horas extras compensam?
11. De quanto em quanto tempo tem folga?
12. Seu regime de trabalho é contrato ou registro em carteira?
13. Qual é o salário base da categoria? existe alguma diferença do seu salário em relação ao trabalhador nacional?

Parte IV – Os motivos que levam o imigrante a entrar, permanecer e sair do estado do Acre

1. Qual seu objetivo ao migrar para o estado do Acre?
2. Quanto tempo reside no estado do Acre?

ANEXO - PROTOCOLO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA AOS MIGRANTES, APÁTRIDAS E REFUGIADOS

ANEXO A - Atores Estratégicos e Responsabilidades Atores do Órgão Executivo Secretaria Municipal de Assistência Social

SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
CRAS	<p>O CRAS é responsável pelo oferecimento da proteção social básica que tem como objetivo prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. Promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, tornando-se uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Poderá prestar assistência aos migrantes, refugiados e brasileiros retornados em situação de vulnerabilidade e risco social, fazendo os encaminhamentos e inclusões necessárias em programas federais tais como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Programa Auxílio Brasil (PAB) e programas de qualificação profissional.</p>
CREAS	<p>O CREAS tem o objetivo de oferecer proteção social especial, provendo atenção socioassistencial a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Auxílio Brasil em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras. Poderá fornecer apoio aos migrantes, refugiados e às vítimas de tráfico de pessoas, mais precisamente, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de risco por violação de direitos.</p>

CENTRO POP	<p>O Centro POP está voltado, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua. No entanto, este Centro também presta atendimento aos migrantes que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. O Centro POP oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, acompanhamento especializado e trabalho articulado com a rede socioassistencial (CRAS, CREAS e outros equipamentos públicos) das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua.</p>
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL	<p>O Serviço Especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada, referenciada ao CREAS ou Centro Pop, e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, além de migrantes, refugiados e vítimas de tráfico de pessoas em situação de rua e/ou direitos violados, dentre outras situações. A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculos de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social. Este serviço (abordagem social) poderá ser ofertado pelas seguintes unidades, conforme avaliação da gestão local: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidade específica referenciada ao CREAS e pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).</p>
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (CASAS DE PASSAGEM PARA MIGRANTES)	<p>Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para migrantes internacionais em situação de rua e desabrigo por abandono e ausência de residência em trânsito e sem condições de autossustento. O acolhimento deverá ser em qualquer horário do dia e da noite e com capacidade máxima de até 50 pessoas por unidade.</p>

Secretaria Municipal de Saúde

SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS	Presta assistência de saúde. Tem a responsabilidade de atender a todas as pessoas, inclusive estrangeiros, pelo critério da universalidade do acesso à saúde pública no Brasil, nos termos do art. 6º da Constituição Federal. No entanto, e apesar da universalidade, a carteira do SUS tem sido solicitada como requisito para a prestação do atendimento, com exceção dos casos de urgência, o que tem dificultado o acesso dos migrantes. Estão obrigados a informar ao Ministério da Saúde os agravos (violências) de notificação compulsória, dentre elas o crime de tráfico de pessoas.
URAP	A URAP promove a articulação e integração de cuidados com todas as outras unidades funcionais e com as unidades hospitalares da área de abrangência do ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde). A cooperação da URAP tem por base o planejamento da intervenção do profissional de acordo com o diagnóstico de situação aferido por este.

Secretaria Estadual de Saúde

SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
UPA	De responsabilidade estadual, mantém pacientes em observação, por até 24 horas, para elucidação diagnóstica ou estabilização clínica, e encaminham aqueles que não tiveram suas queixas resolvidas com garantia da continuidade do cuidado para internação em serviços hospitalares de retaguarda, por meio da regulação do acesso assistencial.
PRONTO SOCORRO	É um pronto atendimento de reponsabilidade do estado, que atende pacientes com problemas de saúde agudos, ou seja, alterações fora do padrão de saúde das pessoas que precisem de uma intervenção imediata. São os casos chamados de urgência ou emergência.
FUNDHACRE	Oferece atendimento em serviço social para acolher pacientes. Os assistentes sociais desempenham a função de mediadores e orientam os pacientes e acompanhantes, cujo apoio é considerado fundamental para que o cidadão possa utilizar o serviço público de saúde e alcance a alta médica.

Outros órgãos ligados ao Poder Executivo

SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
CONSELHO TUTELAR	O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei. Atua sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados. (Art. 98 do ECA). Atende crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos Art. 136, 98 e 105, aplicando as medidas previstas nos Art. 101, I a VII e 129, I a VII do ECA.
CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER - CEAM/SEASD	Os CEAMs são espaços estratégicos da política de enfrentamento à violência contra as mulheres e visa a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania das mulheres, por meio de atendimento intersetorial e interdisciplinar. Prestam orientação, acolhimento e acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência, no sentido de fortalecer sua autoestima e possibilitar que essas mulheres se tornem protagonistas de seus próprios direitos. Atendem também mulheres migrantes e mulheres vítimas de tráfico de pessoas.
NÚCLEOS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (NETP)	Têm a finalidade de executar as ações previstas na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de acordo com os eixos de prevenção, responsabilização dos autores e atenção às vítimas. Implementados a partir de convênio com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.
ÓRGÃOS GESTORES DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS NO ESTADO.	A Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres – SEASDHM, foi criada através do Decreto Nº 3.308, de 17 de julho de 2019. Na estrutura organizacional, criou a Diretoria de Políticas de Direitos Humanos (DIPDH) que tem o papel de promover, defender e organizar a política pública estadual de proteção, defesa e acesso aos direitos humanos, nos municípios do Acre.
ÓRGÃOS GESTORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO	A Diretoria de Assistência Social da SEASDHM apoia os municípios através do Departamento de Gestão do SUAS, Departamento de Proteção Social Básica, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Programas e Projetos Especiais, com o empenho das equipes das divisões que a compõem.

SASDH	Planejar, executar, coordenar, acompanhar, propor projetos de lei, da política de assistência social no âmbito do município em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Lei Federal nº 12.435, 07 de dezembro de 1993);
SASDH	<p>Garantir a concessão de benefícios socioassistenciais a famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade temporária;</p> <p>Articular-se com os demais órgãos afetos às políticas de direitos humanos;</p> <p>Desenvolver políticas transversais que garantam os direitos das crianças e adolescentes, pessoas com sofrimento psíquico, idosos, moradores de rua, população indígena, migrantes internacionais, egressos do sistema prisional e populações em situação de vulnerabilidade social;</p> <p>Oferecer atendimento, encaminhamento e acompanhamento de denúncias de violações de direitos humanos, políticas afirmativas de promoção da igualdade e serviços de apoio às vítimas de violências;</p> <p>Promover, coordenar, planejar, desenvolver e executar as políticas públicas transversais voltadas à juventude e à mulher;</p> <p>Formular, coordenar, articular e executar políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial.</p>
CEDCA	<p>Tem como uma de suas principais atribuições a participação na elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.</p> <p>Artigo 1º - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 1.011, de 18 de dezembro de 1991, alterada pela lei nº 2.967, de 22 de julho de 2015, com sede em Rio Branco e atribuição em todo o Estado, é um organismo normativo, deliberativo e controlador das políticas públicas e das ações governamentais e não governamentais no Estado do Acre, quanto ao atendimento à infância e à juventude, conforme inteligência do artigo 18 das disposições transitórias da Carta Magna estadual e Artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90.</p> <p>Artigo 3º - Cabe ao Conselho: I – Formular a política estadual de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como coordenar, controlar e fiscalizar a sua execução, garantindo a operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>

CMDCA	<p>O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão de deliberação colegiada da política de Direitos Humanos de crianças e adolescentes. É responsável pela formulação da política de atendimento e está vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (na capital) e nos municípios do Acre, geralmente vinculados às Secretarias de Assistência Social. Algumas de suas atribuições são atuar no processo de escolha do Conselho Tutelar, realizar o cadastro de instituições de atendimento de crianças e adolescentes e fiscalizar as organizações de atendimento a esse grupo.</p>
COMITÊ ESTADUAL DE APOIO AOS MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS – CEAMAR	<p>Compete ao Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados – CEAMAR/AC:</p> <p>Orientar, acompanhar e avaliar as ações, projetos, programas, planos relacionados à política de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados;</p> <p>propor mecanismos de prevenção do tráfico de pessoas, trabalho escravo, exploração sexual e outras vulnerabilidades que migrantes, apátridas e refugiados estão suscetíveis; propor parcerias,</p> <p>projetos de cooperação técnica e de captação de recursos junto a organismos nacionais e internacionais que atuem no apoio a migrantes, apátridas e refugiados, incluindo agências do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e da Organização das Nações Unidas; incentivar ou recomendar elaboração de estudos e pesquisas relacionados à temática de migração, apatridia e refúgio;</p> <p>apoiar a criação de comitês ou omissões assemelhadas de iniciativa dos municípios; indicar as prioridades de ações, projetos, programas e planos na elaboração do orçamento público estadual para execução das políticas públicas voltadas ao atendimento de migrantes, refugiados e apátridas;</p> <p>formular, acompanhar, avaliar periodicamente o Fluxograma e Protocolo Estadual de Atendimento a Migrantes e Refugiados; oferecer orientação, recomendações e capacitação de maneira continuada para gestores e profissionais de instituições públicas e da sociedade civil que oferecem serviços à população migrante em níveis estadual e municipal, prioritariamente em cidades com maior fluxo migratório; receber, encaminhar e acompanhar as denúncias relacionadas às violações dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas junto aos órgãos competentes; propor e fomentar a realização de campanhas de sensibilização destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas; instituir Comissões Técnicas com a finalidade de promover a discussão e a articulação de temas relevantes para a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas no estado do Acre; propor a adoção de mecanismos e instrumentos para realizar o levantamento e a sistematização de dados sobre a ocorrência e entrada de migrantes, refugiados e</p>

	<p>apátridas no estado do Acre; estimular e apoiar a realização de debates, fóruns, seminários e outros eventos que visem alcançar as finalidades do CEAMAR/AC;</p> <p>definir representação do CEAMAR/AC em eventos e outros;</p> <p>incidir no orçamento público do Estado do Acre para inclusão das ações, projetos, programas e planos relacionados à política de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados.</p>
SINE	<p>O SINE tem a finalidade de prestar informações sobre o mercado de trabalho. No âmbito do governo federal, foi instituído na Convenção Nº 88, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O SINE organiza vagas de emprego junto aos empregadores e realiza a divulgação das oportunidades para a população. É o responsável de expedir (meio digital) a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).</p>
MTP/SRT Ministério do Trabalho e Previdência / Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Acre)	<p>As Superintendências Regionais do Trabalho (SRT) prestam serviços como emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (por meio digital), orientação, recebimento e processamento de seguro desemprego, fiscalização do trabalho, mediação em negociação coletiva, assistência ao trabalhador na rescisão do contrato de trabalho e outras orientações trabalhistas. Na ausência de Superintendência do Trabalho na localidade, as Gerências e Agências Regionais do Trabalho, bem como os órgãos da administração pública direta e indireta, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal poderão prestar o atendimento de solicitação de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ao estrangeiro, bem como a entrega do respectivo documento. É necessário identificar em sua localidade qual órgão é responsável pela emissão de CTPS.</p>

Atores dos Órgãos Essenciais Para a Administração da Justiça

SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	<p>Atuar no diálogo interinstitucional visando a elaboração e implementação da política migratória no Estado do Acre, acompanhando desde a formulação, normatização, validação, e inclusão no orçamento público estadual; Orientar, acompanhar e fiscalizar a implementação das medidas emergenciais de assistência humanitária e acolhimento, com respeito aos direitos fundamentais de migrantes, refugiados e apátridas;</p> <p>Monitorar e acompanhar, junto aos órgãos de execução, as investigações, cíveis e criminais, que tenham como vítimas migrantes em situação de vulnerabilidade, em especial, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, bem como todo e qualquer ato que envolva preconceito em razão da origem estrangeira;</p> <p>Manter o diálogo com os poderes públicos visando a implementação de medidas conjuntas para a inclusão dos migrantes aos serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, infância e juventude, dentre outros, pautando-se pelas estratégias de autocomposição;</p> <p>Estabelecer estratégias institucionais de articulação e de atuação para enfrentar os problemas decorrentes do fluxo migratório, buscando a garantia de respeito aos direitos humanos de migrantes, refugiados e apátridas; manter constante articulação com os demais órgãos do sistema de justiça estadual, bem como, em razão da matéria, com o Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União e organizações da sociedade civil com atuação na temática; atuar em conjunto com órgãos de execução que possuam atribuições naturais para os fatos, formulando recomendações, termos de ajustamento de conduta, ações judiciais, pareceres, relatórios com sugestões e encaminhamentos, em conjunto com o membro do Ministério Público com atribuições para o caso concreto;</p> <p>Organizar, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) momentos formativos para membros, servidores e comunidade externa, sobre a temática da migração, refúgio e apatridia;</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	<p>O MPF atua como fiscal da lei, mas tem atuação também nas áreas cível, criminal e eleitoral. Na área eleitoral, o MPF pode intervir em todas as fases do processo e age em parceria com os ministérios públicos estaduais.</p> <p>A atuação do MPF ocorre perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Federais, os juízes federais e os juízes eleitorais, nos casos regulamentados pela Constituição e pelas leis federais.</p> <p>O MPF também age preventivamente, extrajudicialmente, quando atua por meio de recomendações, audiências públicas e promove acordos por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC).</p>
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	<p>Atua para garantir e promover os direitos sociais dos trabalhadores por meio de procedimentos administrativos (inquéritos civis, audiências públicas, etc.) e ações judiciais individuais e coletivas (sindicato ou grupo de trabalhadores). Tem atuado com frequência na erradicação do trabalho escravo, adicionando um enfoque na temática das migrações tendo em vista a possibilidade do resgate de estrangeiros em situação de trabalho escravo.</p>
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL	<p>Órgão autônomo, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal, conforme art.º 134, Constituição Federal. Conforme a Resolução Administrativa nº 006/2020/GAB/DPE-AC, compete ao Subnúcleo de Direitos Humanos assistência jurídica com o fim de resguardar os direitos da Pessoa Migrante, sem distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território ao qual ela pertença, assim como preleciona a Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p>
DPU	<p>A Defensoria Pública da União é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal. Faz representações aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos e tem a função de promover ação civil pública e ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais. Atua na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão. Atua também na defesa dos direitos dos migrantes, refugiados e brasileiros no exterior em situação de hipossuficiência que necessitem de</p>

	apoio judicial e extrajudicial para resolver demandas no Brasil.
OAB	É importante identificar as prerrogativas e a função pública que a OAB, como Conselho de Classe, exerce no Estado na defesa e promoção de direitos individuais e coletivos, cabendo inclusive, caso necessário, promover ação judicial para que o beneficiário alcance determinado direito, inclusive em caso de inexistência da Defensoria Pública na localidade.

Atores do Órgão de Segurança Pública

SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
POLÍCIA FEDERAL	Responsável pelo registro de ocorrência ou notícia de crime e pelos inquéritos policiais em caso de crimes de competência federal, tais como o aliciamento para o fim de emigração (art. 206 do Código Penal, conhecido como contrabando de migrantes) e o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (art. 207 do Código Penal), o tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231 do Código Penal), redução a condição análoga de escravo (art. 149 do Código Penal, conhecido como exploração do trabalho escravo). Dentre suas atribuições, é polícia de fronteira e responsável por informar que os serviços podem ser acessados por meio do site do gov.br (muitos serviços devem começar pelo site), registro de estrangeiros controle migratório adulto e infanto-juvenil, emissão de passaporte, emissão de Carteira de Registro Nacional Migratório – CRNM (nos casos de refugiados, apátridas ou asilados) e nos casos de quem tem registro de imigrante com visto temporário ou quem tem autorização de residência, tratativa de solicitação de naturalização ou prorrogação de estadia no Brasil.
CONARE	O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.
SISCONARE	O SISCONARE é o sistema por meio do qual se solicita o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. O sistema permite que o solicitante registre suas informações, receba notificações, acompanhe o andamento do seu processo e mantenha os seus dados de contato atualizados.
SISMIGRA	O SISMIGRA contém dados do Sistema de Registro Nacional Migratório referentes ao número de registros ativos de imigrantes, segmentados por escopo temporal (mensal), escopo geopolítico (UF), país de nacionalidade do imigrante e situação do imigrante (residente, temporário, provisório e fronteiriço).
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma instituição policial ostensiva federal brasileira, subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja principal função é garantir a segurança com cidadania nas rodovias federais e em áreas de interesse da União. Combate as mais variadas formas de crimes nas rodovias e estradas (não pavimentadas) federais do Brasil e também monitora e fiscaliza o trânsito de veículos, bens e pessoas. Participe de ações e pactos (inter) nacionais de promoção dos direitos humanos. No

	Acre a PRF atua na área de fronteira, garantindo o direito fundamental de locomoção, assistência e proteção aos imigrantes, refugiados e apátridas. A instituição trabalha diuturnamente ainda contra os tipos de crime relacionados à dignidade humana.
POLICIA CIVIL	Responsável pelo registro de ocorrência ou notícia de crime e pelos inquéritos policiais em caso de crimes de competência estadual, tais como o tráfico interno de pessoas para fim de exploração sexual (art. 231-A).
POLICIA MILITAR	Responsável pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, prevenindo crimes e realizando flagrantes. Também registra ocorrências ou notícias de crimes que deverão ser encaminhados à Polícia Civil para investigação.

Atores da Organização da Sociedade Civil

SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
CARITAS BRASILEIRA/ PASTORAL DO MIGRANTE.	<p>A Caritas Brasileira, criada em 12 de novembro de 1956, presente em 170 países, integra a Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora da CNBB. Sua ação é ecumênica, dentro e fora da comunidade eclesial, estabelecendo parcerias com organismos nacionais e internacionais pela defesa da vida e dos direitos fundamentais da pessoa humana. Está organizada em nível nacional, regional, diocesano e paroquial.</p> <p>O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) criado oficialmente em 1986, está vinculado à CNBB e atua, principalmente, com a formação, incidência e articulação, em nível nacional e estadual. Na Diocese de Rio Branco, atua por meio da Pastoral do Migrante.</p>

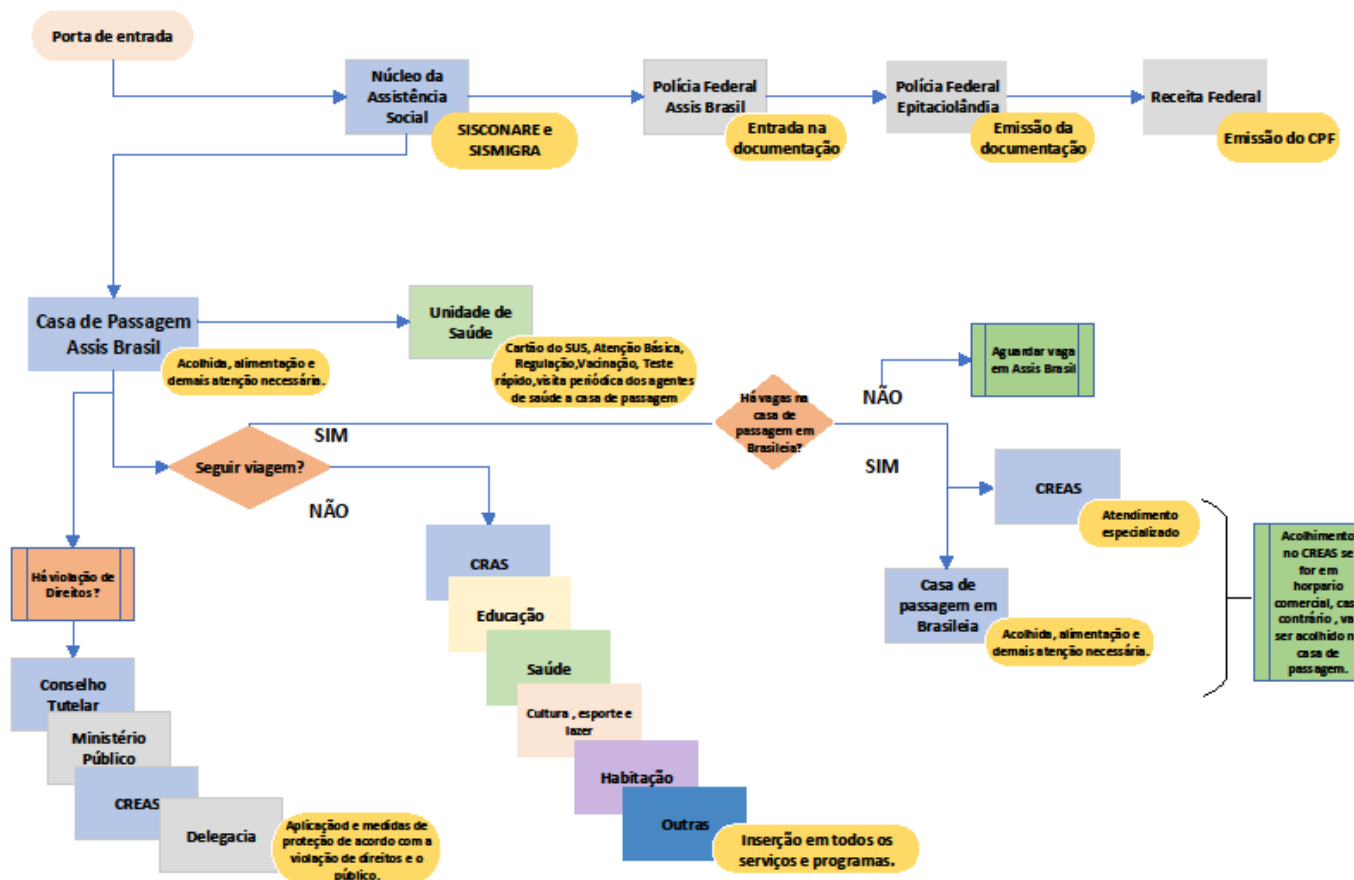
Atores do Sistema de Ensino e outros

INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
UNIVERSIDADES/ FACULDADES – PROGRAMAS DE EXTENSÃO	científicas e tecnológicas, envolvendo as diversas áreas do conhecimento humano, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e institucional do estado e do país. Através de programas de extensão ou laboratórios de experiência prática para os estudantes universitários, realizam defesa de direitos e outros atendimentos (Língua Espanhola, Língua Portuguesa, atendimento jurídico, psicológico e social) gratuitos. São os próprios estudantes que prestam o atendimento sob a supervisão de professores universitários. É importante identificar em nível local/estadual as Universidades e Faculdades que oferecem este tipo de serviço e realizar convênio de cooperação.
SEE	<p>De acordo com a Lei Complementar Nº. 355, de 28 de dezembro de 2018, à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes, responsável pelas políticas públicas educacionais e pela administração superior da Rede Pública de Ensino do Acre, compete:</p> <p>Planejar, executar, supervisionar e controlar as políticas públicas relativas à educação e ao esporte; elaborar e executar políticas e planos nas áreas de educação e desporto, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação e desporto, integrando e coordenando as ações no estado e nos municípios; autorizar, reconhecer e fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio da rede pública e particular; propor política de expansão do ensino superior no estado, por meio de parceria com outras instituições públicas; promover a autonomia das escolas por meio de programas de transferências de recursos e responsabilidades; promover a erradicação do analfabetismo adulto e a redução do analfabetismo; promover o esporte comunitário e escolar; e estimular e apoiar técnica e financeiramente as iniciativas públicas e privadas destinadas ao desenvolvimento de atividades desportivas.</p>

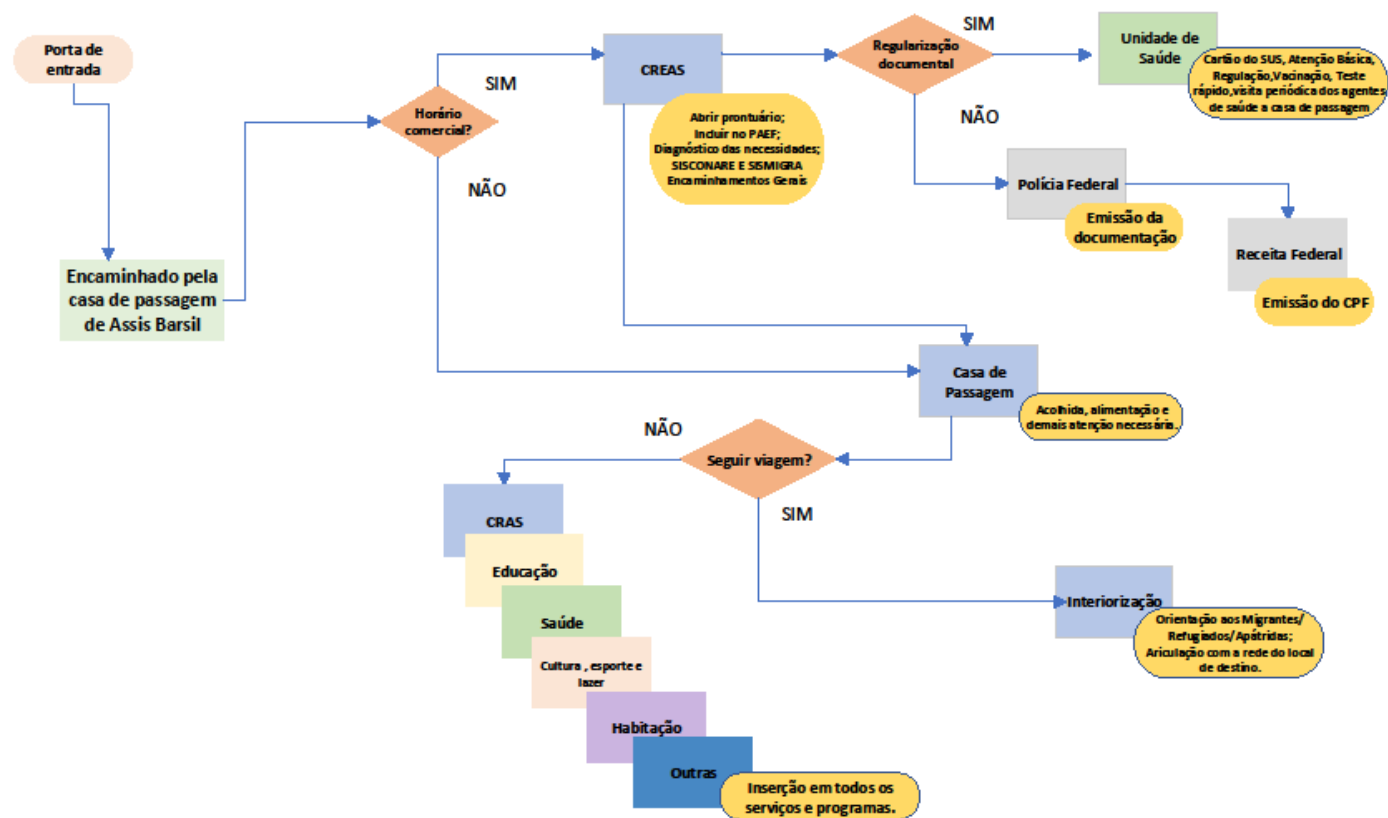
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME	Planejar, executar, supervisionar e controlar as ações do município relativas à educação; Formular e executar a política municipal de educação tendo como referência os princípios e diretrizes da educação em nível estadual e federal; Fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino fundamental, público, de diferentes níveis, inclusive a educação infantil, mantidos pelo poder público municipal; Dedicar atenção prioritária à educação infantil e ao ensino fundamental; Promover, coordenar, supervisionar, orientar e executar outras atividades previstas em lei na sua área de atuação; Apoiar iniciativas comunitárias vinculadas à educação infantil.
RECEITA FEDERAL	A Receita Federal é a instituição responsável em emitir o documento do CPF. Para emissão se faz necessária apresentação do Protocolo Provisório de Permanência, emitido pela Polícia Federal. O posto de atendimento do Alto Acre está localizado no município de Epitaciolândia e em Rio Branco, na OCA e sede da Receita Federal.
BANCO WESTERN UNION	Transferência rápida, prática e direta para contas bancárias no exterior. No Acre, os locais de funcionamento são as Lojas Gazin.

ANEXO B – Fluxogramas da Rede de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados em Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia e Rio Branco

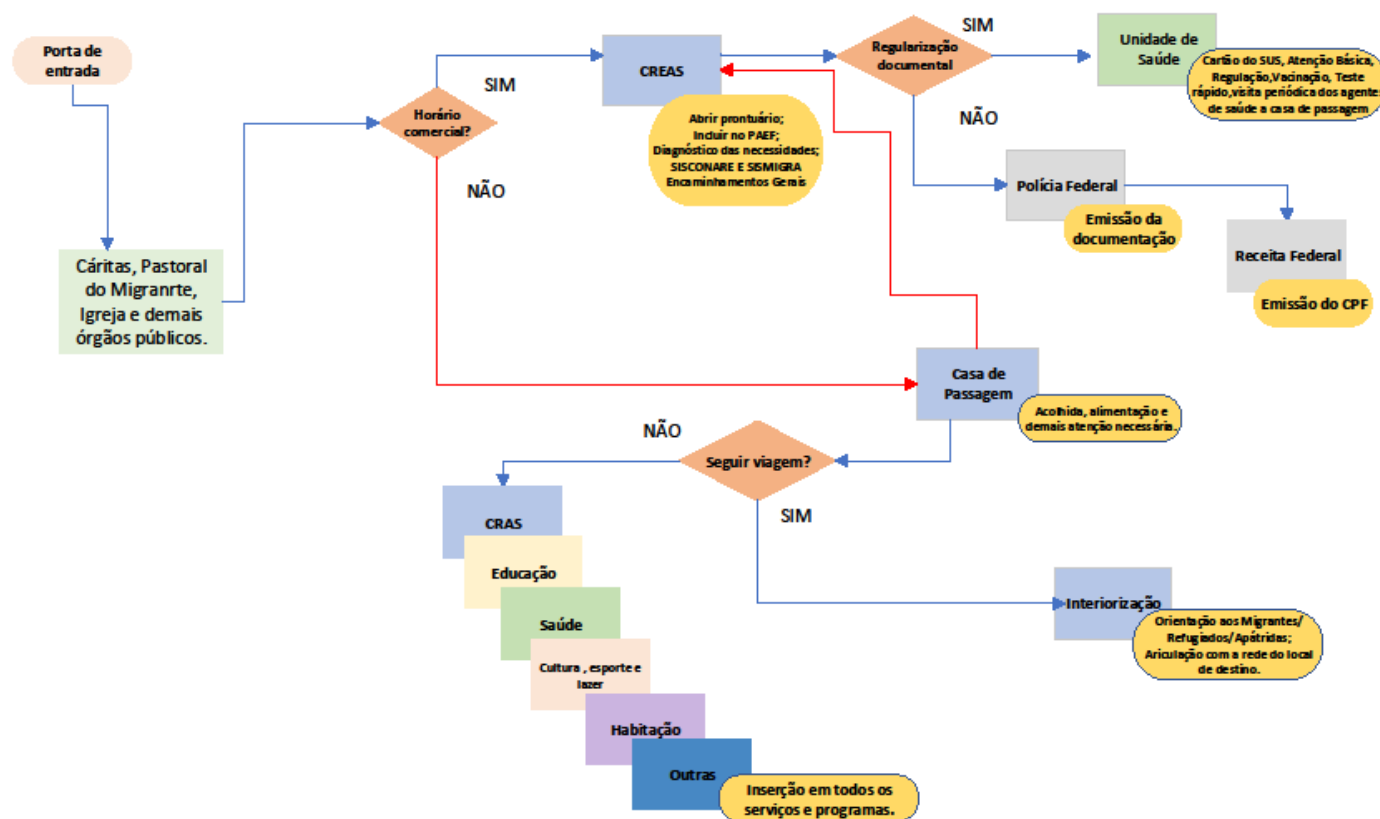
Rede de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados em Assis Brasil



Rede de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados em Brasília e Epitaciolândia



Rede de atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados em Brasília e Epitaciolândia



Rede de Atendimento aos migrantes, apátridas e refugiados em Rio Branco

